



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**IZABELLE MAYARA RAMOS DE OLIVEIRA**

**A CIDADE DE TAPEROÁ E O PROCESSO DE HIGIENIZAÇÃO SOCIAL:  
LIBERDADE, UM BAIRRO MARCADO PELA SEGREGAÇÃO E  
MARGINALIZAÇÃO (1930-1970).**

**CAMPINA GRANDE  
2015**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, SOCIEDADE E CULTURA  
LINHA DE PESQUISA I: CULTURA E CIDADES**

**A CIDADE DE TAPEROÁ E O PROCESSO DE HIGIENIZAÇÃO SOCIAL:  
LIBERDADE, UM BAIRRO MARCADO PELA SEGREGAÇÃO E  
MARGINALIZAÇÃO (1930-1970).**

**IZABELLE MAYARA RAMOS DE OLIVEIRA**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História da Linha I de Pesquisa Cultura e Cidades.**

**ORIENTADOR  
PROF. DR. ANTONIO CLARINDO BARBOSA DE SOUZA**

**CAMPINA GRANDE  
2015**

**IZABELLE MAYARA RAMOS DE OLIVEIRA**

**A CIDADE DE TAPEROÁ E O PROCESSO DE HIGIENIZAÇÃO SOCIAL:  
LIBERDADE, UM BAIRRO MARCADO PELA SEGREGAÇÃO E  
MARGINALIZAÇÃO (1930-1970).**

**Dissertação Avaliada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.**

**BANCA EXAMINADORA**

**Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza  
Orientador**

**Dr. Iranilson Buriti de Oliveira  
Examinador Interno**

**Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto  
Examinador Externo**

**Dr. Alarcon Agra do Ó  
Examinador Interno (suplente)**

### **Dedicatória**

**A minha mãe e aos meus avós, pelo esforço desmedido em educar-me e inclinar-me para os caminhos corretos da vida. A vocês todos os agradecimentos e a certeza que colheremos juntos os louros de todas as vitórias que ainda estão por vir.**

## AGRADECIMENTOS

É chegado o fim de mais um projeto de vida. Realizar um trabalho acadêmico não é uma tarefa fácil, requer do pesquisador disciplina, planejamento e entrega total à pesquisa. Apesar de comumente ouvir que o trabalho científico é sinônimo de isolamento para o seu autor, sempre procurei na convivência com o outro, buscar a inspiração e força que me faltava para concretizá-lo. É por isso que, através desse espaço, venho singelamente agradecer a todos que contribuíram para que esse sonho se tornasse realidade.

Agradeço primeiramente a Deus, Pai Eterno, sem o auxílio do qual jamais traçaria caminhos de luz e prosperidade. Obrigado por me acalantar nos momentos mais difíceis, inseguros e insertos. Em seus braços tenho a certeza de que estarei sempre no rumo certo.

Aos meus pais, Ana Maria Ramos e José de Oliveira e avós, Estelita Matilde Ramos e Severino Ramos pela educação, amor, carinho e compreensão, ao longo da minha existência, e em especial nesse difícil, porém prazeroso período de finalização de mais uma etapa acadêmica. A vocês devo a minha vida.

Aos meus irmãos, Igor Jefferson Ramos de Oliveira e Adilson Antônio Ramos Sobrinho, juntamente aos demais membros da minha família. Obrigado por me fazer feliz a cada dia. Vocês sempre serão meu porto seguro.

Ao companheiro por mim escolhido, meu noivo Luzinaldo de Oliveira Leite, pelo apoio, incentivo e cooperação nos momentos de ausência. Não é tarefa fácil manter um relacionamento à distância, porém não existe recompensa melhor do que retornar para casa aos finais de semana e receber seu amor, carinho e compreensão. Amo você!

Aos amigos e companheiros de jornada Hélio, Johnny, Rômulo, Romênia, Tia Côca, Iranete entre tantos outros, pelas palavras de incentivo e reconhecimento. Sempre acreditei em amizades verdadeiras, que edificam o ser humano, que multiplicam sonhos e que os realizam com o auxílio do próximo. Com vocês continuarei construindo grandes Histórias.

Ao grande amigo Dhiego Thallys Aires de Lima (in memória). Perder você foi sem sombras de dúvida o maior golpe que recebi da vida. Não há ser humano que compreenda uma morte tão precoce, uma doença tão avassaladora, um saudade que não tem fim. Com você partilhei os meus maiores sonhos, desde a vinda para Campina Grande, onde a residimos juntos, à entrada para a universidade, um na torcida pelo o outro. Pena você não estar aqui fisicamente para partilhar comigo mais essa vitória. Porém, sei que aonde estiveres, estarás torcendo por mim.

Aos amigos conquistados na passagem por essa instituição de ensino, ao longo dos últimos seis anos. Em especial a turma 2007.2, companheiros saudosos e inesquecíveis, com os quais partilhei grandes momentos, especialmente Débora, Idarliane, Aniquely, Ana Claudia, Pedro, Leonardo, Priscila, Vanilma, Janaina e Nete, e a diversificada, porém igualmente especial turma de Pós Graduação 2013. Vivenciar novas práticas, abrir novos horizontes e conhecer pessoas diferentes, valem sim a pena.

Ao professor e orientador deste trabalho Antônio Clarindo Barbosa de Souza pelo auxílio, empenho e comprometimento, não apenas nessa pesquisa, mas ao longo da minha vida acadêmica. Foi uma grande parceria que infelizmente se encerra por aqui, mas que deixa como fruto uma verdadeira amizade. Taperoá sempre estará de portas abertas para você, especialmente aos carnavais.

Ao professor conterrâneo e amigo Faustino Teatino Cavalcante Neto, pela gigantesca contribuição para a execução deste trabalho, sem o auxílio do qual, provavelmente não o concluiríamos com êxito. Juntamente a este, saúdo o professor Iranilson Buriti de Oliveira pelas contribuições no momento de qualificação.

A esta instituição de ensino, UFCG, em especial aos funcionários da Coordenação do curso de História e do PPHG pelo excelente atendimento sempre a mim prestado, bem como aos companheiros de trabalho da Escola Estadual Nina Alves de Lima, unidade de ensino aonde venho desenvolvendo ultimamente o ofício de professora.

Ao corpo docente que compõem a Pós Graduação, especialmente aos professores ligados a Linha de pesquisa Cultura e Cidades, que contribuíram sobremaneira para a execução deste trabalho: Gervacio Batista Aranha, Alarcon Agra do Ó e Severino Cabral Filho, bem como aos mestres da graduação de História, que fizeram parte da minha formação intelectual enquanto historiadora.

Ao professor e orientador do estágio de docência José Luciano de Queiroz Aires, pela oportunidade de desvendar novos conhecimentos e novas formas de pensar a História. Estendo ainda os meus agradecimentos a Capes, pelo financiamento da pesquisa.

Aos funcionários dos arquivos públicos do município de Taperoá, que de bom grado auxiliaram-me na incessante busca por fontes históricas: Janaina ( Prefeitura Municipal), Adriana (Câmara de Vereadores), Nailton, Mailton, Nildo, Rivelino e Thiago (Comarca de Taperoá) e a todos os colaboradores que se propuseram a resgatar suas memórias a fim de contribuir para a nossa escrita. Continuem cuidando com zelo do patrimônio histórico do nosso município.

Enfim, agradeço a todos aqueles que acreditaram no meu sonho e contribuíram direta e indiretamente para que este se realizasse. Com a ajuda de todos vocês, enfim consegui!

**Colocar em evidência os esquecidos da história, os marginalizados, os foragidos, as messalinas e outros pecadores...homens do povo, mestiços e outras de ‘cor imprecisa’ leva-nos a relevar o discurso não reconhecido pela ordem social, a palavra marginalizada pela história oficial, um novo enunciado e, sobretudo, espiar outros testemunhos e indícios. (BARBEIRO, 2006, P.13)**



## RESUMO

Propusemo-nos nesse trabalho analisar o contexto político e social das transformações urbanísticas na cidade de Taperoá- PB nas primeiras décadas do século XX, no intuito de percebermos como tais interferências influenciaram sobremaneira o processo de (des) territorialização de espaços ditos anti-higiênicos no perímetro suburbano denominado bairro Liberdade, atual Alto da Conceição. Neste, foram alocados entre as décadas de 1920 e 1930, espaços considerados pelo discurso burguês como moralmente impróprios e higienicamente sujos, tais como cemitério, meretrício e hospital. Em contrapartida, realizamos um estudo frente às tímidas iniciativas públicas do executivo local e estadual entre as décadas de 1940 a 1970, no que concerne aos melhoramentos urbanos daquela região. Debruçamo-nos ainda em fontes, que nos permitiram perceber indícios do cotidiano dos populares residentes naquela localidade, especialmente as meretrizes e indivíduos que se envolveram em delitos. Nesse sentido, percebemos como as práticas sociais que tais sujeitos históricos desenvolveram ao longo dos anos, permitiram a construção de estereótipos, preconceitos e representações sociais negativas em torno do bairro. Por fim, realizamos um estudo em torno do folguedo Cambindas Novas de Taperoá analisando essa manifestação folclórica centenária sob o prisma da construção identitária de pertencimento étnico e espacial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bairro, cidade, higienização, prostituição, marginalização, segregação.

## ABSTRACT

We proposed in this paper to analyze the political and social context of urban transformations in the city of Taperoá-PB in the first decades of the twentieth century in order to realize how such interference greatly influenced the territorialization hygienic said spaces in the suburban neighborhood called perimeter Liberdade, current Alto da Conceição. In this, they were allocated between 1920 and 1930 spaces considered by the bourgeois speech as morally in appropriate and hygienic dirty, such as cemetery, prostitution and hospital. On the other hand, we conducted study front ace timid public initiatives of local and state executive between the decades from 1940 to 1970, with regard to urban improvements that region. Text looks us even in sources that allowed us to see daily evidence of the popular residents in that area, especially prostitute sand individuals who were involved in crimes. In this sense, we realize how social practices such historical subjects developed over the years, allowed the construction of stereotypes, prejudices and negative social representations around the neighborhood. Finally, we conducted a study around the merriment of Cambindas Novas of Taperoá, analyzing this centuries-old folk manifestation through the prism of ethnic identity construction and spatial belonging.

keywords: Subdivision, hygienization, prostitution, marginilização, segregation.

## LISTA DE QUADROS E MAPAS

Quadro 1. Bens imóveis municipais	57
Quadro 2. Formação do grupo Cambindas Novas de Taperoá	130
Mapa 1. Parte baixa da cidade	146
Mapa 2. Bairro Liberdade (Alto)	146
Mapa 3. Bairro São José	147
Mapa 4. Perímetro suburbano do município	147

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. COMO NASCE UM BAIRRO POPULAR? .....	24
1.1 – O PROCESSO DE FOMAÇÃO DO BAIRRO LIBERDADE EM TAPEROÁ-PB (1930-1940). .....	26
1.2 – “ LIBERDADE OU ESQUECIMENTO” ALGUMAS INICIATIVAS DO PODER PÚBLICO NA CIDADE DE TAPEROÁ(1950-1970).....	47
2. LIBERDADE, UM BAIRRO “MARCADO” PELA PROSTITUIÇÃO E CRIMINALIDADE .....	74
2.1 – UM ESTUDO SOBRE O COTIDIANO DA ZONA DE MERETICIO TAPEROAENSE ENTRE (1940-1970) .....	74
2.2 – NOS MEANDROS DA CRIMINALIDADE: VIOLÊNCIA, CRIME E MARGINALIZAÇÃO NO LIBERDADE. ....	109
3. AS CAMBINDAS NOVAS DE TAPEROÁ E AS PRATICAS CULTURAIS DO GRUPO DANÇANTE. ....	120
3.1. – A HISTÓRIA DO GRUPO CAMBINDAS NOVAS DE TAPEROÁ: O FOLGUEDO E SUAS MUITAS ESTÓRIAS .....	120
3.2 – AS PRÁTICAS DANÇANTES DO GRUPO CAMBIINDAS NOVAS DE TAPEROÁ.....	125
3.3 – A HISTÓRIA DO FOLGUEDO ENTREAÇADA A HITÓRIA DA FAMÍLIA: FOMAÇÃO DE IDENTIDADES ÉTNICAS E DE PERTENCIMENTO .....	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	140
REFERÊNCIAS .....	148

## INTRODUÇÃO

As transformações urbanísticas ocorridas no final do século XIX e início do século XX, têm sido acompanhadas e problematizadas por diversos estudiosos das mais variadas áreas do conhecimento, incluindo, entre outros, arquitetos, economistas, geógrafos e historiadores. Sob a perspectiva de Barros (2012), este momento histórico contribuiu para que historiadores voltassem seus olhares para a organização da vida cidadina, fenômenos sociais e formas históricas de urbanização, ampliando assim sua abordagem científica sobre a cidade.

No Brasil, o processo de transformação e higienização do espaço urbano recebeu influências diretas das transformações ocorridas na Europa durante a década de 1870, em especial em Londres e Paris, esta última patrocinada pelo Barão de Haussman.

Para concretizar tal projeto fez-se necessário, entretanto, a união de alguns sujeitos sociais, representados especificamente pelos homens públicos, médicos, sanitaristas e arquitetos. Aos primeiros atribuem-se as estratégias de disciplinarização e normatização dos hábitos dos transeuntes, no sentido de padronizar os costumes sociais e, por conseguinte, realizar uma efetiva racionalização dos espaços. Em articulação a estes, delegou-se aos médicos sanitaristas a elaboração e propagação do discurso sanitarista que priorizava imprimir na cidade o ideal de higiene, limpeza e modernidade, e, por fim, aos arquitetos restou a elaboração efetiva do projeto. Devemos, contudo, ressaltar que, durante o processo de transformação urbanística, muitos cidadãos burlaram as normas e produziram significados próprios sobre a cidade.

Michel Foucault (2001) destaca que, nestas sociedades, as estratégias de disciplinarização dos espaços urbanos, foram elaboradas e disseminadas pelos sujeitos detentores do saber poder, na tentativa de estabelecer na cidade práticas condizentes com o discurso burguês, associados aos preceitos de ordem e progresso. Em contrapartida, François Béguin (1991) nos ajuda a problematizar a história e especialmente o processo de transformação urbana através da perspectiva da gente inquieta, que encontra-se na outra ponta do novelo, causando medo aos “bem nascidos”.

O ponto de partida para a concretização da cidade moderna no Brasil, que também passou a servir de modelo para outras capitais, foi a cidade do Rio Janeiro, então capital da República Brasileira. Segundo Menezes (1999, p. 119), a administração do prefeito Pereira Passos (1902-1906) transformou-se no símbolo maior do processo “civilizatório”, transformando a capital federal em uma cidade vitrine, modelo a ser seguida e copiada pelo restante do país.

Em meio ao “bota abaixo”, lugares pouco higiênicos, como o meretrício, passaram a ser tolerados apenas frente ao isolamento, marginalização e segregação em espaços suburbanos da cidade. Como salienta Foucault:

Quando a região do meretrício se transformou em lugar de isolamento, passou a vigorar então um mecanismo disciplinar que foi capaz de controlar a “perigosa” mistura dos corpos nos espaços da cidade de maneira que pudesse demarcar os territórios e seus limites, posicionando os habitantes da cidade, cada indivíduo, em seu devido lugar (2002, p. 122-123).

Nesse sentido, Rago (2008) considera que a prostituição, como um “mal-necessário”, possuía sua funcionalidade própria na sociedade burguesa, uma vez que, mesmo moralmente condenadas, as prostitutas garantiam a virgindade das futuras esposas, iniciando os jovens nas artes do prazer, ao passo que mantinham os instintos libidinais masculinos, impossibilitados dentro do modelo nuclear de família.

Outras capitais, como São Paulo, também procuraram inserir-se no âmbito do moderno, não só no que concerne ao conjunto arquitetônico, como também no remodelamento dos comportamentos urbanos, disciplinando tanto os corpos dos transeuntes quanto os lares dos cidadãos. Segundo Sevckenko (1999), a reurbanização da cidade de São Paulo contribuiu sobremaneira para acirrar as diferenças sociais naquele espaço, constituída essencialmente por imigrantes pobres e ex-escravos.

Entretanto, tal fenômeno não se restringiu aos limites geográficos do sul do país e atingiu também as capitais do nordeste brasileiro como Recife, Fortaleza, Natal e Parahyba do Norte, além da cidade interiorana de Campina Grande, o que possibilitou as transformações urbanísticas transcorridas nessas cidades durante o século XX.

Em se tratando do remodelamento urbano desta última, conseguimos pontuar alguns escritos de historiadores que se debruçaram sobre tal temática, nas suas mais variadas perspectivas. Dentre eles, destacamos *Territórios de Confronto, Campina Grande (1920-1945)* do historiador Fábio Gutemberg B. de Sousa Ramos, onde o

mesmo, ao analisar as transformações urbanísticas na cidade de Campina Grande sob o governo de Verniaud Wanderley (1935-1937 e 1940-1945), debruça-se sobre o olhar dos populares, tentando identificar as tensões e conflitos oriundos dos melhoramentos físicos estruturais do centro comercial. Além disso, o autor consegue identificar, com base nas crônicas de Cristino Pimentel, a construção de novas espacialidades pelos chamados populares, ou seja, a constituição de uma nova cartografia reinventada e destoante daquela desejada pela elite local.

Já Aranha (2005), ao discutir sobre o processo de implantação dos aparelhos modernos na cidade de Campina Grande, especialmente tratando-se da concessão de trechos ferroviários na Paraíba, deixa-nos evidente que historicizar o processo de transformação urbana nas cidades do Norte do país é substancialmente tratar de especificidades locais. Segundo o mesmo, (...) “é impossível falar em vida moderna no norte no período estudado, tomando como parâmetro a idéia de ritmo social do tipo que serve para caracterizar as cidades européias do período oitocentista” (2005, p. 79). Dessa forma, devido à distância geográfica destas cidades com os grandes centros europeus, símbolos universais do moderno, a implantação dos signos do moderno se dá numa perspectiva muito mais simbólica e cultural.

Desse modo, a modernidade nas cidades do Norte do país vai se tornando possível na medida em que vamos nos afastando daquelas concepções vinculadas à velocidade, ditadas pelos “ritmos sociais”, isso porque a vida moderna no Norte do Brasil caracteriza-se menos pela agitação e ritmo frenético do que pela introdução de alguns poucos instrumentos novos que chegavam isolados, um de cada vez, e que eram considerados modernos, a exemplo de “certos equipamentos urbanos de uso coletivo, que se dão como a última palavra em termos de novidades produzidas ou adotadas no estrangeiro” (ARANHA, 2005, p. 79).

Podemos citar ainda o trabalho do historiador Antonio Clarindo Barbosa de Souza, *Lazeres permitidos, Prazeres proibidos: sociedade, lazer e cultura na cidade de Campina Grande (1945-1965)*, onde o mesmo, embasado especialmente em processos crimes da época, percebe como se divertiam populares e a elite da cidade, no período que compreende parte do governo getulista e a Ditadura Civil-Militar. Ademais, analisa os divertimentos permitidos e proibidos aos cidadãos, demonstrando como os mesmos em meio ao processo de transformação burlaram regras impostas a fim de aliviar as tensões cotidianas.

Tais trabalhos permitiram-nos perceber como se deram as medidas de embelezamento e melhoramento na pequena urbe, bem como as tentativas de moralização pública propostas pelos gestores municipais. A própria vila do Batalhão,<sup>1</sup> como observaremos posteriormente, através dos escritos de Cavalcante Neto (2007), guardadas as particularidades locais, começou a adequar-se ao discurso modernizador ainda no início do século XX, quando os primeiros signos do moderno passaram a incidir sob o cotidiano da população.

Amparados nessa perspectiva teórica buscaremos entender como se deu o processo de segregação social na cidade de Taperoá<sup>2</sup> em meados do século XX, resultado do processo higienista, tomando como objeto de estudo o bairro Liberdade (atual Bairro do Alto), espaço periférico e popular, que recepcionou ao longo dos anos espaços e corpos considerados anti-higiênicos pelo discurso médico-burguês.

Através de narrativa intitulada *A cidade de Taperoá e a higienização social: o caso da zona de meretrício (1936-1939)*<sup>3</sup> tivemos a oportunidade de historicizar o processo de transformação urbanística na vila, que desembocou com a transferência da zona de Meretrício para áreas mais afastadas da urbe. Conseguimos demonstrar que o município, ainda com a denominação de vila de Taperoá, no início do século XX, engrenou, entre os sucessivos prefeitos, um projeto de caráter “civilizatório” higienista e modernizante no que concerne ao ambiente físico urbano. Entre alguns melhoramentos podemos citar: a criação do Código de Postura do Município no governo Félix Daltro<sup>4</sup> (1908-1912) que, segundo o gestor municipal, tinha como função “ensinar novos gestos e atitude a seus habitantes” (CAVALCANTE NETO, 2007, p. 12); a construção da ponte sobre o Rio Taperoá, a chegada da luz elétrica e a construção de banheiros públicos e de um chafariz no governo Hermann Cavalcanti (1924-1926) e, ainda sobre a

---

<sup>1</sup> Em 06 de outubro de 1886 o distrito de Batalhão desmembrou-se de São João do Cariri, permanecendo com a mesma denominação. Pela lei municipal de 23/11/1905, Batalhão passou a denominar-se Taperoá. Em 1943 voltou a chamar-se Batalhão; pela lei estadual de janeiro de 1949 passou a denominar-se de forma definitiva por Taperoá. Cf. Cavalcante Neto, 2013.

<sup>2</sup> Taperoá localiza-se geograficamente na microrregião do Cariri paraibano, conhecida popularmente como “coração da Paraíba” por exatamente localizar-se na parte central do Estado. Encontra-se a 240 km distante da capital João Pessoa. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2010, sua população era estimada em 14.938 habitantes. Sua área territorial é de 639.959 km<sup>2</sup>.

<sup>3</sup> Trabalho de conclusão de curso defendido na Universidade Federal de Campina Grande em dezembro de 2011.

<sup>4</sup> Félix Daltro nasceu em Cabeceiras, formou-se advogado pela Faculdade de Olinda em 1880 e chegou a Batalhão em 1890, como primeiro juiz daquela Comarca. Entre 1908-1916 exerceu a mesmo tempo as funções de prefeito e deputado estadual, reeleito em (1912-1916), ocupando a vice-presidência da Assembléia Legislativa entre 1917-1920. Cf. Mariz, 1987.



administração desse gestor, a inauguração do hospital São Vicente de Paula, com o incentivo do capital estadual, e a arborização e iluminação das principais ruas da cidade.

Percebemos assim, analisando os melhoramentos que ocorreram na vila de Taperoá patrocinado do poder público, que estes procuravam entrar em consonância com o discurso médico-higienista-burguês, interiorizado no cenário brasileiro, por sua vez, com o auxílio da elite letrada local. É evidente que devemos observar este fenômeno de forma particularizada, levando em consideração a dimensão territorial e posição geográfica do espaço urbano em questão, como também as novas sensibilidades e práticas cotidianas oriundas desta transformação naquela urbe.

Entretanto, de todos os governos que compactuaram com o projeto higienista na cidade de Taperoá o que mais nos chamou atenção foi o do prefeito Abdon de Souza Maciel<sup>5</sup> (1936-1940), pois nele ocorreu um conflito de caráter político religioso para a retirada da zona de meretrício das proximidades da recém inaugurada Igreja Católica.

Apesar de continuador dos projetos urbanísticos na cidade, a exemplo da construção de um prédio para o funcionamento de um hotel, “*com todo rigor da nova arquitetura, podendo se dizer que será o mais confortável do sertão*” (Jornal A Voz da Borborema, 12 abr 1939) e a finalização do Cais, iniciado em administrações anteriores, mas que só recebeu finalização e melhoramentos em seu governo, tornando a avenida onde se encontrava “*a entrada mais bela de todas as cidades sertanejas*” (Jornal A Voz da Borborema, 12 abr 1939), Dr. Maciel, como era chamado pelos munícipes, parecia não se importar com a proximidade geográfica entre o espaço do profano e o espaço do sagrado.

Não satisfeito com o posicionamento do chefe do executivo, o Pe. Edgar Toscano de Brito<sup>6</sup>, vigário local, além de emitir um protesto solene à seus fiéis, realizou em pleno domingo de Páscoa, 19 de abril de 1937, a transferência das imagens e atividades religiosas da nova Igreja, “*magnífico templo religioso*” (Jornal A Voz da Borborema, 19 maio 1931), para primeira matriz, representação do antigo, do arcaico.

---

<sup>5</sup> Natural da cidade de Cajazeiras, Paraíba, Abdon de Souza Maciel era formado em Farmácia, mas exercia a profissão de médico. Encontramos registro da posse do referido prefeito no jornal A União de janeiro de 1936, onde o mesmo se dirige ao governador do Estado, através de um telegrama, declarando-se empossado prefeito do município e oferecendo sua solidariedade ao executivo.

No requerimento nº 03/80 de propositura do vereador Osvaldo Vilar Filho, encontramos o pedido para um minuto de silêncio pela morte do antigo prefeito do município, bem como o pedido de homenagens póstumas pela memória de Dr. Maciel. O requerimento fora aprovado por unanimidade em 15 de outubro de 1980.

<sup>6</sup>Encontramos registro da passagem de Pe. Edgar Toscano e Brito pela cidade na Ata de Posse do dia 2 de fevereiro de 1936. Secretaria da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Livro de Tombo 1, folha 69.

Duas possibilidades nos apresentaram naquela ocasião como resposta para a morosidade do prefeito na execução do empreendimento sanitarista. Dr. Maciel seria freqüentador assíduo do prostíbulo e, por isso, não compactuava com a transferência exigida pelo padre, ou seria mesmo o “pai dos pobres”, assim como seus eleitores o construíram discursivamente. Preocupado em realocar as meretrizes, só realizou a transferência após a construção, em área suburbana da vila ( Bairro Liberdade), de um novo espaço do prazer ( 10 casas).

Findada a pesquisa, começamos a perceber que o bairro em análise, ou pelo menos sua área ainda inabitada, fora utilizado com a finalidade social de territorializar o espaço do prazer, e livrar do olhar dos cidadãos a “desordem” e “devassidão” que para a elite local imperava no cabaré. Assim, surgiram novos questionamentos: Por que a escolha do Liberdade? Seria uma liberdade para as meretrizes que, enfim, teriam um território próprio do prazer, longe dos olhares e discursos higienistas ou seria uma liberdade para os demais cidadãos, principalmente para os cristãos freqüentadores da matriz que, enfim, afastavam-se do símbolo do profano, justificado pela construção de um paredão dividindo a cidade? Poderia ainda Dr. Maciel ter escolhido esse nome estabelecendo uma ironia à libertinagem que ali ocorria? Conjecturas apenas, nossas fontes não nos confirmaram nenhuma dessas hipóteses.

Realizar um trabalho que tem com objeto central um bairro não foi, a princípio, muito fácil. Primeiro porque, se levarmos em consideração a aproximação do pesquisador ao objeto pesquisado, poderemos dimensionar a dificuldade perante a imparcialidade e neutralidade próprios da pesquisa acadêmica. Segundo, devido às grandes lacunas no campo da historiografia sobre a temática. Outras áreas do conhecimento humano, como a Arquitetura e a Geografia, têm dados largos passos nesse sentido, mas na História, principalmente nas áreas de pesquisa sobre cidade, ainda contamos com poucos trabalhos dessa natureza, especialmente quando se trata de pequenos bairros, em pequenas cidades.

Para auxiliar-nos nessa caminhada procuramos dialogar com a narrativa de Pierre Mayol (2008), em *A invenção do Cotidiano II, Morar, cozinhar*, obra deste autor em parceria com Michel de Certeau e Luce Gird, onde os mesmos procuram desenvolver uma sócio-história das artes de fazer que vão desde a esfera privada, com as artes de alimentação, até a esfera pública, onde se encontram descritas as práticas no bairro.

Sobre esta perspectiva podemos analisar as duas possibilidades de registros da organização da vida cotidiana, passíveis de problematizarão ao historiador. A primeira estaria ligada aos comportamentos, vestuário, códigos de cortesia, ritmos de andar ou simplesmente as formas como se pratica o espaço público. E a segunda seriam “os benefícios simbólicos que se espera obter pela maneira de se portar no espaço do bairro” (MAYOL, 2008, p. 39). Nesse sentido, o bairro seria o espaço onde os usuários, conhecedores do contrato social estabelecido, tornar-se-iam obrigados a respeitar as regras da vida cotidiana, sob pena de, infringindo-as, desestabilizar a coexistência do mesmo.

Para Mayol (2008), bairro é por excelência o espaço onde o usuário, seja de forma negativa ou positiva, se sente reconhecido, familiarizado. Os atos de repetição dos corpos citadinos indicariam assim o grau de apropriação que estes cidadãos fizeram deste espaço.

Podemos ainda entendê-lo levando em consideração a progressiva privatização deste espaço público devido ao seu uso habitual. Segundo Mayol, o bairro (2008, p.42)

Trata-se de um dispositivo prático que tem por função garantir uma solução de continuidade entre aquilo que é mais íntimo (o espaço privado da residência) e o que é mais desconhecido (o conjunto de cidade ou mesmo por extensão o mundo) [...] Um bairro, poder-se-ia dizer, é assim uma ampliação do habitáculo; para o usuário [...]

Sob esse viés, problematizamos nosso objeto, entendendo que sua estrutura fundadora ultrapassa o âmbito público, devido às práticas habituais dos seus usuários que o privatizam, entre elas: conhecer os lugares e trajetos cotidianos, manter relações políticas com a vizinhança, relações comerciais no bairro e sentimentos de pertença ao seu território.

Situamos nosso trabalho no âmbito da Nova História Cultural, mais precisamente na abordagem que tal movimento possibilitou aos estudos sobre cidades. Segundo (BARROS, 2005, p. 126), história Cultural seria:

(...) a modalidade historiográfica que amplia a possibilidade de estudos os mais variados, como a “cultura popular”, a “cultura letrada”, as “representações”, as práticas discursivas partilhadas por diversos grupos sociais, os sistemas educativos, a mediação cultural através de intelectuais, ou a quaisquer outros campos temáticos atravessados pela polissêmica noção de cultura.

Por isso, recorremos a Michel de Certeau na abordagem que este estabelece na obra *A Invenção do Cotidiano* onde se propõe a diferenciar, lugar e espaço. Nas palavras do autor,

Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo ao qual se atribuem elementos na relação de coexistência... um lugar é, portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade... Existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis (1994 p. 201- 202).

Dialogando com este autor e entendendo o conceito de espaço enquanto um lugar vivenciado, onde os indivíduos exercem dinâmicas de movimentos através dos usos e, assim, potencializando-os, nos guiamos utilizando-o sobre dois véis: ao analisarmos o cabaré enquanto espaço de sociabilidade genuinamente masculina e por assim ser entendido enquanto um “mal necessário” na configuração cartográfica da urbe; e quando nos debruçamos efetivamente sobre o conflito político religioso que ganhou configuração à medida que dois espaços socialmente distintos ocuparam o mesmo ambiente físico da cidade.

Ainda recepcionando as teorias de Michel de Certeau no corpus analítico deste trabalho, nos apropriamos dos conceitos de estratégia e tática por ele elaborado: uma estratégia seria “o cálculo ou a manipulação de relações de força que se tornam possíveis a partir do momento em que um sujeito de vontade ou poder é isolável e tem lugar de poder ou de saber”; já as táticas “constituem-se por uma ação calculada ou pela manipulação de força quando não se tem um próprio, quando estamos dentro do campo do outro, no interior de um campo definido pelo outro e é em função da ausência desse lugar próprio que calculamos a relação de força” (CERTEAU, 1994, p. 15).

Tais conceitos possibilitaram distinguir e perceber as diferentes medidas adotadas pelos sujeitos “detentores do poder”, responsáveis por elaborar estratégias higienistas que contribuíram em demasiado para justificar a (des) territorialização de espaços ditos anti-higiênicos e, conseqüentemente, a segregação dos seus sujeitos sociais, alocados, no bairro Liberdade. E as táticas, executadas pelo sujeito ordinário, nesta abordagem identificado tanto pelas meretrizes, que procuravam burlar as normas instituídas pelos “homens de bem” para adentrar aos espaços a essas proibido, como pelos cidadãos, populares moradores do “Liberdade”; que, por sua vez, desenvolveram

práticas próprias de divertimento e sociabilidade, a exemplo da manifestação cultural afrodescendente: as Cambindas.<sup>7</sup>

Ainda se faz necessário estabelecermos contato com os conceitos, tolerância e conveniência encontrados diluídos na obra *a Invenção do Cotidiano*. Através dos ditos de Pierre Mayol, perceberemos que ser conveniente em um dado espaço significa se portar de forma adequada, se ajustar aos hábitos e costumes do local que se frequenta, ou seja, “exercer a função reguladora dos comportamentos sociais, reprimidos, o que “não convêm” e o que “não se faz” (MAYOL, 1996, p. 47). Em contrapartida, o ato de se tolerar encontra-se intimamente relacionado à visão do outro em relação às formas encontradas por um sujeito em praticar um determinado espaço.

Buscamos, assim, compreender quão conveniente foi para as autoridades públicas a construção da dezena de casas no bairro Liberdade, uma vez que, territorializando o prazer nos arredores da cidade, livrava dos olhares da opinião pública a imoral e a devassidão, que para eles, imperavam no centro da urbe. Ainda tomamos como base este conceito ao enveredarmos no cotidiano da prostituição, ao passo em que problematizamos situações onde prostitutas e frequentadores do meretrício mostraram-se convenientes aos códigos de conduta de dito espaço.

Procuramos também dialogar com Michel Foucault ao longo da pesquisa, sob a ótica da análise dos discursos proferidos pelas autoridades públicas e religiosas no intuito de fomentarem a necessidade da segregação do meretrício, bem como os propagados pelos demais cidadãos, que ao longo de 40 anos, procuraram afastar do centro urbano sujeitos considerados marginalizados. Na sua obra *A Ordem do Discurso*, Foucault procura mostrar que os discursos que permeiam a sociedade são controlados, perpassados, por formas de poder e de repressão. Diz ele:

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes, dominar seu conhecimento aleatório [...] (1996, p. 9).

Por fim, estreitamos laços com os escritos de Roger Chartier e Sandra Jatahy Pesavento. Do primeiro nos apropriamos do conceito de representação, entendido como:

---

<sup>7</sup> A história da dança Cambindas é recontada na cidade de Taperoá pela família Levino. Segundo os mesmos de passagem pela cidade, o andarilho de nome João Melquíades fez amizade com o negro João Levino e o ensinou uma dança chamada Cambindas, que segundo o mesmo vinha da terra de seus ascendentes escravos. Cf. ALVES, 2013, p.11.

[...] apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante às classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, própria do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças as quais o presente pode adquirir sentido, [...] (CHARTIER, 1980, p. 17).

Para assim percebemos como os moradores do “Liberdade” foram representados através das diferentes percepções da realidade e, assim, resguardados à espaços sociais excludentes que primavam por autorizar e atualizar práticas preconceituosas.

Em consonância com a abordagem cultural elaborada por Chartier, faremos uso do conceito de sensibilidade elaborado por Pesavento, segundo a qual

(...) são as formas pelas quais indivíduos e grupos se dão a perceber, comparando como um reduto de representação da realidade através das emoções e dos sentidos... Sensibilidades remetem ao mundo do imaginário, da cultura e seu conjunto de significações construído sobre o mundo. Mesmo que tais representações sensíveis se refiram a algo que não tenha existência real ou comprovada, o que se coloca na pauta de análise é a realidade do sentimento, a experiência sensível de viver e enfrentar aquela representação. Sonhos e medos, por exemplo, são realidades enquanto sentimento, mesmo que suas razões ou motivações, no caso, não tenham consistência real. (2003, p.58).

A partir desta perspectiva, buscaremos identificar as sensibilidades apresentadas pelos moradores do Liberdade (atual Bairro do Alto). O que sentiam e sentem em relação às práticas exclusivas por que passaram e passam ao longo dos anos.

No tocante ao corpus documental por nós investigado e problematizado na presente pesquisa, procuramos utilizar um variado leque de possibilidades, sejam eles fontes impressas, a exemplo dos periódicos *A Voz da Borborema* e *A União*; dos arquivos paroquiais, especialmente o acervo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição<sup>8</sup>; das fontes oficiais fornecidas pela Prefeitura Municipal<sup>9</sup> e pela Casa Corsino de Farias (Câmara de Vereadores); dos processos crimes do arquivo do Fórum Desembargador Manoel Taygi<sup>10</sup>; além de relatos de memória disponibilizados por

<sup>8</sup> A Secretaria de Nossa Senhora da Conceição fica situada a Rua 15 de novembro, número 67, defronte a Igreja Matriz, que leva o mesmo nome.

<sup>9</sup> O prédio da prefeitura municipal fica localizado a Praça Frei Martins.

<sup>10</sup> A comarca da cidade de Taperoá localiza-se a Rua Epiácio Pessoa, PB- 238.

cidadãos taperoaenses. Cada análise sob as respectivas fontes contou com abordagem metodológica diferenciada.

Perante o primeiro, procuramos localizar e evidenciar a parcialidade de ambos os periódicos, seja devido às redes de ligação destes com os governos em voga, seja, devido ao seu grupo produtor e seu contexto de produção.

No que concerne à pesquisa realizada nos arquivos paroquiais, transcritas por nós a punho, procuramos, a princípio, identificar as origens e as formas de armazenamento daqueles documentos. Percebemos, a partir desta investigação, a preocupação excessiva de Padre Edgar Toscano de Brito (vigário da cidade durante o conflito político-religioso) em registrar os eventos religiosos por ele realizados, num grau de frequência visivelmente maior que seus antecessores e sucessores. Pensando através de Bassanezi (2005), conseguimos identificar que tal ato não se realizava gratuitamente, já que o Padre Edgar, cumpridor dos seus deveres cristãos, estava efetivando uma prática obrigatória da Igreja Católica que foi instituída no Brasil ainda no período colonial, através das *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia (1707)*, que regulamentava a obrigatoriedade dos registros paroquiais. Ainda segundo Bassanezi, tal obrigatoriedade e, por conseguinte, padronização na confecção destes registros possibilitou não só a universalidade e representatividade dos mesmos, como também seu duplo caráter qualitativo, por serem ao mesmo tempo documentos individuais e coletivos.

Referente à documentação dos poderes executivo e legislativo, procuramos problematizá-los partindo do princípio de que os mesmos não são, como se acreditava anteriormente, testemunhos neutros do passado, fontes que narravam oficialmente à verdade. A nosso ver, o trabalho do historiador é exatamente o inverso, analisar a produção desses discursos, contextualizar sua visão e desconstruir o seu conteúdo. Desse modo, procuramos analisar nossas fontes com um olhar crítico reflexivo, que visualiza o não dito da escrita oficial, os embates políticos das autoridades locais, cruzando-as, quando possível, com outras fontes históricas.

Destacamos aqui que, apesar do descaso por parte de algumas autoridades públicas municipais no que se refere à preservação dessas fontes históricas, e considerando as enchentes que inundaram parte do arquivo público da Prefeitura Municipal, em 1967 e 1975, conseguimos angariar uma quantidade considerável de documentos públicos da edilidade para a elaboração desse escrito. Já no que se refere aos documentos da Câmara Municipal de Taperoá, Casa Corsino de Farias, reunimos

uma variada gama de documentos, sejam eles requerimentos, projetos-leis, orçamentos, etc.

No que concerne ao trato metodológico com os processos crimes, partilhamos dos ditos de Keila Grinberg (2011) em *A História nos porões dos arquivos judiciários*. Segundo a mesma, tal documentação revela ao historiador não apenas as práticas culturais dos sujeitos marginalizados, como também contribui para entendermos o cotidiano de sujeitos dos mais variados grupos sociais que acabaram caindo nas malhas da justiça, como testemunhas arroladas no processo ou por terem apresentado em dada época, comportamentos anti-sociais.

Entendemos, nesse sentido, que trabalhar com documentos judiciais não representa uma tarefa fácil para o historiador. Primeiro, devido à dificuldade de acesso a estas. Muitas comarcas brasileiras não disponibilizam o acesso a documentação ou não a conservam e organizam da maneira apropriada. No caso do arquivo da Comarca de Taperoá, o trabalho de catalogação e organização acontecia no momento em que realizávamos a pesquisa para esta dissertação. A segunda problemática diz respeito ao trato com a fonte, uma vez que nelas nos deparamos com as várias versões discursivas sobre um mesmo evento histórico. Cabe ao historiador, portanto, analisar a construção dessas diferentes versões, percebendo quem foram seus enunciadores, se estes demonstram contradições ou incoerências com o contexto, bem como se essas narrativas se repetem ao longo do processo. Só assim podemos estabelecer a nossa verossimilhança sobre o evento ocorrido.

Para o trabalho com as fontes orais nos amparamos metodologicamente em dois trabalhos que tratam da utilização da história oral em pesquisas: o texto de Verena Aberti (2005) *Histórias dentro da História*, e o trabalho de José Carlos Sebe Bom Meihy, *Manual de História Oral* (1996). A partir de ambos, percebemos a importância da história oral para a escrita da história, não apenas por possibilitar o falar dos silenciados em todos os setores sociais, mas também por permitir ao entrevistador perceber como as pessoas experimentaram o passado e, a partir dele, selecionaram o que deveria ser guardado ou não na memória. Deste modo, acreditamos que a fonte oral traz consigo pelo menos duas perspectivas ao historiador: conhecimentos sobre a época enfocada pelo depoimento do entrevistado, o tempo passado; bem como suas concepções sobre o contexto social em voga, o tempo presente.

Três capítulos compõem esse trabalho. No primeiro discutimos a formação dos bairros populares no Brasil a partir da discussão estabelecida por Marins (1997) em sua



obra. Tal escrito possibilitou-nos entender como o ato de territorializar espaços, tornou-se uma prática comum da administração pública no final do século XIX e acabou reconfigurando a cartografia das principais cidades brasileiras. Dessa forma, procuramos evidenciar, a princípio, como se deram as primeiras reorganizações urbanas realizadas na vila de Taperoá no início do século XX, permitindo aquela urbe, enquadrar-se minimamente nos requisitos urbanistas do processo de modernização das cidades, resguardando-se, evidentemente, o ritmo e intensidade com que este remodelamento urbano ocorreu nas diferentes cidades brasileiras.

Dessa forma, construindo o hospital, o cemitério e transferindo a zona de meretrício da cidade, após a resolução do impasse entre o executivo da edilidade e o vigário local, têm-se não só a concretização de uma ação moderna, higiênica e moralizante, como também a contribuição para a configuração urbana de um dos bairros populares na referida urbe, o “Liberdade”.

Posteriormente, passamos a investigar, a partir dos vestígios históricos deixados pelos nossos antepassados, os melhoramentos urbanos realizados na cidade de Taperoá entre os anos de 1950 e 1970, contemporâneos a ocupação do “Liberdade”, mostrando como o mesmo, resguardado a sua pequenez marginal, tornou-se invisível aos olhos dos administradores municipais, ao passo que, ao concretizarem suas ações naquela urbe, relegaram o bairro ao esquecimento no que concerne a distribuição de investimentos públicos.

Pontuamos ainda os poucos investimentos públicos financiados pela edilidade no bairro Liberdade, a exemplo da lavanderia pública e, principalmente, aqueles construídos posteriores a década de 1970, período contemporâneo ao fechamento da zona de Meretrício, como a Escola Municipal “Odacy Vilar”.

No segundo capítulo dedicamos espaço àquelas que estavam no centro do discurso higienista e burguês, as prostitutas. Neste, procuramos analisar o cotidiano da prostituição na cidade de Taperoá entre as décadas de 1940-1970, período em que ocorreu o fechamento da zona de meretrício no bairro Liberdade, quando José Vilar, então prefeito, ordenou a derrubada das dez casas que alocaram aquelas mulheres por 30 anos. Procuramos analisar ainda que tipo de representações sociais foram construídas pelos cidadãos taperoenses, em torno dessas mulheres e, conseqüentemente, as práticas que estas realizavam.

Destarte, analisamos as manifestações de sociabilidade dos populares do “Liberdade”, especialmente no que se referem as práticas de lazeres desenvolvidos pelas meretrizes, a partir das táticas, em espaços a estas proibidos.

Debruçamo-nos também nos processos crimes da comarca de Taperoá a fim de mapearmos os delitos em que se envolveram os moradores do “Liberdade”, bem como os conflitos que se desenvolveram naquele perímetro suburbano. Procuramos entender, nesse sentido, como os habitantes do “Liberdade” foram tocados pelo discurso do poder, articulado aos mecanismos de disciplina, neste caso, exemplificado pelo poder judiciário local, contribuindo sobremaneira para a perpetuação na cidade de um discurso moralista que segregou e marginalizou seus habitantes, ao ponto de instituir no imaginário coletivo dos cidadãos uma representação social de caráter discriminatório, construindo para aqueles que residem naquele perímetro, a imagem de bandido e prostituta.

Por fim, realizarmos um breve estudo sobre as Cambindas de Taperoá, a partir dos relatos de memória dos descendentes da família Levino, responsáveis pela perpetuação do folguedo no decorrer do último século. Ao passo em que observávamos a história das Cambindas, percebíamos a relação do grupo com a comunidade do bairro Liberdade (Alto), haja vista a presença dos descendentes da família Levino nesse perímetro urbano e mais precisamente sua forte ligação com os populares de origem afrodescendente, uma vez que, até certo período, apenas os negros da comunidade poderiam participar desta manifestação folclórica.

Deste modo, pretendemos com nossos escritos despertar novas reflexões e inquietações diante do processo de modernização da cidade, bem como permitir a sociedade entender que o processo de territorializar espaços está para além da contemporaneidade, sendo possível sua historicidade em decorrência da possibilidade de localização dos discursos que já primavam por esta segregação. Por assim ser, procuramos corresponder aos ditames teóricos metodológicos desta academia e especialmente o enfoque de pesquisa da linha Cultura e Cidades, que tem como interesse principal o estudo das cidades que revela o cotidiano dos seus cidadãos, as sensibilidades e sociabilidades da vida cotidiana e o advento dos equipamentos modernos e as mudanças sociais proporcionados pelos mesmos. Esperamos, pois, que o resultado dessa pesquisa esteja à altura dos nossos pares.

## 1. COMO NASCE UM BAIRRO POPULAR?

*Bairros de Luxo e ghettos de miséria são necessários uns aos outros, surgem de modo interligados num destino comum, são o produto da mesma lógica de desenvolvimento.*  
(FERRANOTE 1973, p. 24)

A presença da zona de meretrício no perímetro urbano na cidade de Taperoá só fora “tolerada”<sup>11</sup> pelos higienizadores sociais até os idos de 1939, ano em que se deu a transferência da zona de prostituição na cidade. Entretanto, como já problematizamos em outra oportunidade, as tentativas para desterritorialização do prazer iniciaram-se no início da década de 1930, quando a imprensa campinense veiculou em um dos seus principais periódicos a presença de “*centros de reuniões equivocadas constantemente frequentada pelo elemento masculino.*” (Jornal *A Voz da Borborema*, 30 maio 1931).

A cidade que aos poucos vinha recebendo melhorias urbanas e, assim, enquadrando-se no progresso modernizador que alastrava-se pelas cidades brasileiras, possuía um grande problema a resolver: livrar dos olhos dos cidadãos a zona de meretrício. O momento favorável viria com a inauguração da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição<sup>12</sup>, em janeiro de 1930, pelo vigário Apolinário Martins<sup>13</sup>, que ironicamente localizava-se próximo as imediações do cabaré, e mais precisamente, com a posse do Padre Edgar Toscano de Brito, em fevereiro de 1936.

Iniciada a “Cruzada Cristã” contra a zona de meretrício, com o auxílio dos discursos moral, religioso e higienista que já haviam servido de base para a segregação

---

<sup>11</sup>Apesar de analisamos o processo de territorialização da zona de meretrício na cidade de Taperoá, compactuamos da perspectiva teórica que acredita que a prostituição vai além da zona de meretrício, sendo, portanto, praticamente impossível seu confinamento. Para Foucault, portanto, o controle do comércio sexual ultrapassa a questão moral, inserindo-se nas questões de gestão da população.

<sup>12</sup> A igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição começou a ser construída em 1880, pelo padre Manoel Ubaldo da Costa Ramos, padre Neco, período em que Taperoá ainda era Vila Batalhão. Os custos das obras ficaram por conta das doações, rifas, leilões e contribuições dos fiéis, que também ajudaram nos mutirões. No final da década de 1930, a Igreja Matriz ainda não encontrava-se totalmente pronta, mas fora inaugurada. Cf. Terceiro Neto (2002, p.43). Em 1936 deixou de exercer temporariamente a função de templo religioso, devido o conflito político-religioso em questão, voltando apenas a realizá-los no ano de 1939, com o apaziguamento da querela.

<sup>13</sup> José Apolinário Martins tomou posse no cargo de padre na paróquia da cidade em 29 de março de 1927, e nela ficou até 1933, sendo substituído posteriormente pelo padre Apolônio Gaudêncio Queiroz. Cf Livro de Tombo nº1.

desses espaços em outras localidades, a cidade de Taperoá torna-se também personagem das transformações urbanas, processo esse que denominamos de higienização social.

Porém, como possuía uma importância específica para a população taperoaense, especialmente a masculina, seja no que concerne à iniciação da vida sexual dos homens, seja na preservação da honra das suas mulheres, constituindo-se enquanto um “mal-necessário”, a zona de meretrício resistiu, por algum tempo, imune às investidas de desterritorialização. Pudemos demonstrar em outros escritos que, apesar da veemência dos pedidos do então vigário da paróquia às autoridades responsáveis pelo andamento do município (prefeito, delegado e bispo), a solução para resolução de tal impasse só chegaria após três anos (1936-1939), quando se deu a construção de moradias em espaço ainda inabitado do bairro Liberdade para recepção daquelas mulheres, segundo relatos orais de duas ex meretrizes.

A demora, entretanto, em tornar a zona de meretrício “invisível” aos olhos dos cidadãos não foi, a princípio, despreziosa. Alguns depoentes identificaram na passividade, a conveniência e ambiguidade de um homem: Dr. Abdon de Sousa Maciel, prefeito do município. Para alguns entrevistados, como frequentador assíduo, ele resolveu não dar ouvidos aos pedidos do vigário; para outros, sua morosidade se deve à preocupação que este tinha com os menos abastados, nesse episódio, as prostitutas, alocando-as no “Liberdade” apenas em 1939.<sup>14</sup>

Por assim ser, entendemos que este bairro apresentou ao longo dos anos uma funcionalidade social própria: recepcionar espaços e sujeitos rejeitados pela cidade moderna, burguesa, higienista e moral, o que ocasionou a redefinição de espaços cartográficos da cidade e, por que não dizer, segregou cartografias na referida. Nessa perspectiva, este bairro será por nós problematizado nos seus mais variados aspectos, sociabilidade, referenciais de memória e de pertencimento, e constituição de identidades sociais, na tentativa de contribuir com a escrita historiográfica deste município e, principalmente, dar voz àqueles que foram silenciados pelo confinamento e muros da cidade moderna.

---

<sup>14</sup> Além dos relatos orais de memória, encontramos no requerimento de propositura do vereador Osvaldo Vilar Filho, nº 3/80, menção sobre a preocupação de Dr. Maciel em sua vida pública, com os menos favorecidos da cidade.

## 1.1 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO BAIRRO LIBERDADE EM TAPEROÁ-PB (1930-1940).

Paulo César Garcez Marins (1997), em *Habitações e Vizinhanças limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*, toma como parâmetro o processo de urbanização das metrópoles brasileiras para entender como o Estado brasileiro estabeleceu espaços públicos de lazer e circulação controlados, e espaços privados movidos à práticas familiares institucionalizadas com o objetivo de enquadrar o país nos pressupostos de nação moderna, dita civilizada.

O Rio de Janeiro, capital federal, foi a primeira a passar por essa experiência, iniciada no governo Rodrigues Alves em 1902. O intuito dos reformadores era demolir as habitações populares que, além de enfejar a cidade, concentraram altos índices de insalubridade e falta de higienização, tornando-se foco das principais doenças combatidas durante o século XX (cólera-morbo, tuberculose, malárias, varíolas, etc). Essas demolições contribuíram, sobremaneira, para a primeira tentativa de homogeneizar vizinhanças no Brasil, já que cortiços e casa populares passaram a ser proibidas no centro da cidade e na zona sul da capital brasileira.

Entretanto, o projeto não conseguiu atingir o êxito pretendido. Os populares que haviam perdido suas habitações com a demolição do cortiço “Cabeça de Porco”, subiram os morros próximos ao centro e construíram suas novas habitações, arruinando o projeto de homogeneizar vizinhanças no Rio de Janeiro. Assim,

As favelas surgidas no Rio de Janeiro quase contemporaneamente à República inauguraram o modo exemplar a frustração das elites em eliminar a convivência de habitações diversas no seio da maior e mais importante cidade brasileira até então (...) (MARINS GARCEZ, 1997, P.142).

A cidade de São Paulo, salienta Marins Garcez (1997), também inicia seu processo de redefinição do espaço urbano no início do século XX. Contudo, essas intervenções foram muito mais favoráveis e bem sucedidas que as executadas na capital federal. Como até 1870, a cidade era uma pequena área com poucas habitações, os primeiros projetos de melhoramento urbano quase não encontraram interferência.

Quando São Paulo tornou-se o centro econômico e político do Brasil, devido à consolidação da produção cafeeira e à chegada dos imigrantes para trabalhar na lavoura, foi que os planejadores urbanos começou a se preocupar efetivamente com as

habitações populares, especialmente as casas de taipa e tijolos da área central. Para o discurso sanitarista, associado aos anseios dos cafeicultores e empresários paulistas, essas habitações, com pouca salubridade e infraestrutura, constituíam-se como foco de proliferação de epidemias e, por isso, deveriam ser sanadas. Em 1892, o Estado criou o código que proibia a construção de novos cortiços e regulava a adequação sanitária das habitações e padronização dos espaços domésticos. Era o Estado controlando não só o espaço público, mais também o espaço privado dos habitantes.

Através das medidas sanitárias, que promoveram o fim dos morros e vales nos arredores das cidades e construíram os primeiros bairros operários, se tem efetivamente em São Paulo a primeira experiência concreta de vizinhança homogeneizada, como salienta o autor:

A incipiência da urbanização paulista por ocasião da República acabou por viabilizar não só um controle mais eficiente dos bairros e habitações populares, mas o próprio zoneamento dessas áreas, em locais efetivamente distintos daqueles em que depressa se concentraram as moradias obedientes e clivagem entre espaços privados e públicos almejada pelas elites republicanas. (MARINS, 1997, p. 172)

Dentre as várias capitais citadas pelo autor, Brasília ganha destaque na sua narrativa devido a sua especificidade de cidade planejada. O projeto urbanístico executado em Brasília diferia de todos os outros pensados para as cidades brasileiras, tornando-se a concretização “de uma vida urbana nova, alheia às agruras históricas das sociedades brasileiras” (1997, p. 209).

O plano era construir uma cidade para receber as funções administrativas federais e que, por isso, deveria apresentar características de um espaço livre de qualquer problemática urbana. Nesse sentido, as superquadras representavam o alinhamento norte americano, a auto-suficiência comercial e a homogeneização das vizinhanças, uma vez que esses espaços eram restritos à pessoas do mesmo grupo social.

O projeto teria sido perfeito não fosse à insistência dos trabalhadores que construíram a cidade. Muitos esquecidos pelo projeto piloto passara a habitar os arredores da cidade, espaço que mais tarde receberia o nome da primeira dama do Brasil, Vila “Sara Kubitschek”. Aquela localidade lembraria à cidade a permanência dos populares, abortando as ilusões de isolar no Brasil discrepâncias sociais.

A narrativa de Marins (1997) contribui substancialmente para entendermos, através do estudo das cidades brasileiras, que a tentativa de desterritorializar espaços e homogeneizar vizinhanças está para além da nossa contemporaneidade, e vem sendo historicizado paulatinamente pelos historiadores.

Nesta perspectiva, procuramos entender como se deu o processo de higienização social na cidade de Taperoá, dando ênfase a um de seus perímetros suburbanos, o bairro “Liberdade”, buscando analisar seus habitantes, suas particularidades e o posicionamento do executivo municipal frente à determinada espacialidade territorial, segregada pelo imaginário coletivo dos cidadãos taperoaenses até os dias atuais.

A organização territorial do município de Taperoá no início da década de 1940<sup>15</sup> apresentava em sua formação a presença de dois distritos: Taperoá e Carnaubal, atual Livramento<sup>16</sup>. Formação esta que acabou passando por transformações durante os anos de 1940 e 1950, com a incorporação do distrito de Assunção<sup>17</sup>.

No que se refere ao perímetro urbano da vila de Taperoá daqueles idos, percebemos que as primeiras ruas conglomeravam-se na parte norte da cidade próxima ao rio Taperoá<sup>18</sup>. De acordo com Terceiro Neto (2002) “o chão onde no século XIX eram fazendas de agricultura e criação de propriedade dos Oliveira Ledo, cortado pela estrada que liga o Cariri ao Sertão, tornou-se anos depois a vila Batalhão, nascendo às margens do Rio Travessia”.

---

<sup>15</sup> Segundo Medeiros (1942), no recenseamento de 1940, Taperoá contava com 670 prédios nas zonas urbanas, 51 nas suburbanas, 2.828 nas rurais. Sua população era de 1.737, habitando a zona urbana, 171, suburbana e 14.290 rural.

<sup>16</sup> Pelo decreto-lei nº 1164, de 15-11-1938, o distrito de Livramento passou a denominar-se Carnaubal. Pelo decreto-lei estadual nº 520, de 31-12-1943, o município de Taperoá voltou a denominar-se Batalhão e o distrito de Carnaubal passou a denominar-se Sarapó. No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o município já denominado Batalhão é constituído de 2 distritos: Batalhão e Sarapó. Pela lei estadual nº 213, de 19-11-1949, o distrito de Sarapó voltou a denominar-se Livramento. Pela lei estadual nº 318, de 07-01-1949, o município de Batalhão voltou a denominar-se Taperoá. Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município é constituído de 2 distritos: Taperoá, ex-Batalhão e Livramento, ex-Sarapó. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1955.

<sup>17</sup> Pela lei estadual nº 1954, de 17-01-1959, é criado o distrito de Assunção e anexado ao município de Taperoá. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de 3 distritos: Taperoá, Livramento e Assunção.

<sup>18</sup> No passado conhecido como Rio Travessia, pois através dele as expedições colonizadoras transportavam mercadorias do Cariri ao Sertão. Segundo Ramos (1972) não há registros do período e motivações que levaram o rio Travessia a se chamar Taperoá, entretanto, o mesmo aponta o início do século XIX como data provável desse mudança já que são desse período os primeiros registros documentais sobre o rio com a nomenclatura alterada. Segundo Ramos (1972), possivelmente este nome tenha sido dado ao rio em referências as aldeias indígenas abandonadas ao longo das margens, uma vez que, com base em um dos seus significados, morador de taperas, casas abandonadas, em ruínas. Cf. Cavalcante Neto, 2013.

Em *Taperoá: crônicas para uma história* (2002) encontramos a presença de uma das primeiras ruas da cidade de Taperoá, conhecida pelos munícipes aquela época como Rua Chã da Bala<sup>19</sup>:

Em 1912 quando Taperoá foi invadida, tiroteada e saqueada pelos cangaceiros dos Drs. Augusto Santa Cruz e Franklin Dantas, sapatas e paredes da Igreja em construção serviram de trincheiras aos bandoleiros. Dali, despacharam intenso bombardeio sobre a cidade, da madrugada às quatro horas da tarde do dia 25 de março. O quartel ficava defronte, a duzentos metros, em prédio de dois andares que também era a cadeia (...). O anspeçada Luiz Riscão, com meia dúzia de soldados, sustentou fogo até que a munição dos bacamartes acabasse. Vem daí a denominação “Chã da Bala” ao trecho de rua em declive, onde se deu a descarga das armas. (TERCEIRO NETO, 2002, P. 45).

Outra fonte de recorte histórico do início da década de 1970, consubstancia a teoria de que a cidade surgiu partindo das proximidades do Rio, desenvolveu-se sentido sul e leste, possuindo terreno inicialmente plano, com declives progressivos.



Imagem I- Vista panorâmica da cidade de Taperoá na década de 1970<sup>20</sup>. Fonte: Arquivo de Reuza Ribeiro de Queiroz, Taperoá - PB.

<sup>19</sup> Atualmente, Rua Manoel de Farias Castro.

<sup>20</sup> Chegamos a esta datação devido à presença na fotografia do prédio da Rodoviária “TOTA Vilar” inaugurado na cidade em 20 de janeiro de 1970, bem como da ausência do prédio do Banco do Brasil, construído em 1976. Ainda podemos observar nesta imagem o Bairro Liberdade, atual Alto da Conceição, com grande número de edificações. Este bairro é também denominado atualmente pelos munícipes, como Alto da Conceição, por localizar-se exatamente por trás da matriz de Nossa Senhora da Conceição.



A fotografia possui ícones significativos para percebermos a distribuição geográfica do município. Observa-se que as habitações e instituições ocupam espaços concomitantes, organizando-se lado a lado, contudo, sem uma intenção pré-definida, o que nos possibilita dizer que a cidade cresceu de forma espontânea, orgânica e não planejada.

O código de Postura da vila de 1936 determinava as suas dimensões geográficas, distinguindo perímetro urbano e suburbano:

Art. 2º Perímetro Urbano.

7.1- O Perímetro urbano será constituído pelas ruas, praças e avenidas principais e suburbano por prédios arruamentos, terrenos e vias públicas não compreendidos na primeira zona.(Código de Postura de Taperoá, 1936)

A primeira transferência de um espaço público para perímetro suburbano da vila de Batalhão aconteceu nos idos 1905, com a relocação do cemitério público da urbe. Durante o século XIX, circulava no Brasil a teoria miasmática, discurso difundido no imaginário social da população que acreditava está no ar os vetores invisíveis responsáveis pela disseminação de doenças. Dessa forma, para os médicos sanitaristas todas as instituições que contassem com a presença da matéria orgânica em decomposição (matadouros, hospitais e cemitérios), deveriam ser afastadas do perímetro urbano.

O primeiro cemitério do povoado de Batalhão data de meados do século XIX. O mesmo teria sido edificado no ano de 1860, como afirma Pinto (1977), quando da passagem do padre Ibiapina<sup>21</sup> pelo local, momento em que os moradores demonstraram-lhe a necessidade de um cemitério naquela localidade. Missionário apostólico que, segundo registros da Casa de Caridade de Santa Fé, “já tinha feito até 1860 grandes conquistas em favor da religião, do estado, da moral e dos bons costumes, da paz e da harmonia da sociedade” (MARIZ, 1942, p.62), foi o mesmo quem coordenou, auxiliado pelos moradores locais, a dita edificação. No centro desse cemitério foi erguida uma pequena capela para Nossa Senhora da Conceição.

---

<sup>21</sup> José Antônio de Maria Ibiapina nasceu em Sobral-CE, em 05 de agosto de 1876 e faleceu aos 87 anos de idade, 1883, na localidade de Santa Fé, Araras-PB. Viu na juventude seu pai e seu irmão serem fuzilados. Formou-se em Direito na cidade de Olinda e foi eleito deputado. Aos 47 anos escolhe o sacerdócio como profissão, onde passa a exercer a função de Vigário Geral na cidade de Olinda. Tempos depois passa a peregrinar pelo Norte, realizando trabalhos de caridade junto às populações mais carentes.



Imagem II: Túmulo remanescente do primitivo cemitério da vila Batalhão, onde se encontra sepultado de Laurêncio Bezerra de Albuquerque (1897). Ao lado, antiga Matriz de Nossa Senhora da Conceição (atual Igreja de São Sebastião)<sup>22</sup>. Fonte: Cavalcante Neto, S/D.

Conforme consta nos escritos de Cavalcante Neto (2013, p.93), com a construção desse cemitério o pequeno povoado passou a receber novos moradores e crescer substancialmente em suas cercanias, ao passo que, em 1908 já contava com 50 casas residenciais e comerciais, capela, cemitério e escola pública, informação está corroborada por Mariz, quando o mesmo afirma que a vila de Batalhão daqueles idos, “Está dividida em oito quarteirões, com quinhentos eleitores” (...). (...) “Compõe-se de cento e cinquenta casas urbanas (...)” (1910, p. 73 e 77). Para Cavalcante (2013), portanto, esse fato é considerado fundador da povoação de Batalhão na circunscrição de São João do Cariri.

Entretanto, com o aumento populacional na vila e o aparecimento de novas moradias, o espaço dedicado aos mortos passou conseqüentemente, a dividir o mesmo território das habitações ocupadas pelos vivos, o que para os médicos higienistas representaria uma condição insanitária de saúde. Mariz (1910, p. 414) relatou em seus escritos as condições de insalubridade por que passava a referida urbe naqueles idos, quando da realização dos seus ritos católicos: “para celebração do culto divino existe somente a capela do cemitério, situado em condições anti-higiênicas, por estar ao nascente e quase dentro da vila. (...) <sup>23</sup>”.

<sup>22</sup> Onde localizava-se o antigo cemitério, posteriormente abriram-se ruas. Deste, resta apenas o mausoléu de Laurêncio Bezerra D’Albuquerque, homem que teria contribuído para o “progresso” da vila Batalhão. Segundo Terceiro Neto, na época do falecimento, ocorrido por varíola, não se permitiu o enterro de Laurêncio nos arredores da Igreja. Com a chegada do seu filho do Rio de Janeiro, Liberalino, seus escravos exumaram o corpo de seu pai enterraram enfim ao lado da Igreja. (2002, p. 43).

<sup>23</sup> Neste cemitério encontra-se sepultado um grande número de antigos habitantes “ilustres” de Taperoá, dentre eles: Manoel de Farias Castro, a quem se atribui a fundação do povoado, falecido em 16 de junho

Não obstante, a maior preocupação desses intelectuais, com as condições anti-higiênicas do cemitério, consistia exatamente na proliferação de doenças infectocontagiosas que do dito espaço poderiam advir. Segundo o discurso sanitarista, sua localização geográfica, inserido na nascente da urbe, propiciaria condições para a eclosão de focos epidêmicos. Em pesquisa no registro de óbitos do Cartório Civil de Taperoá, entre 1905 e 1908, Cavalcante Neto (S/D, p.15), constatou mortes ocasionadas pelas doenças epidêmicas tuberculose e tifoide, sendo cinco óbitos em 1907 e dezoito em 1908<sup>24</sup>.

Desse modo, naquele contexto a vila contava apenas com uma pequena área cercada, ao lado da Igreja de taipa (hoje Igreja de São Sebastião), para enterrar seus mortos, prática essa que, segundo Margareth Rago (1985, p. 173), estava contra as normas vigentes de sanitarização, pois, “desde o começo do século XIX, uma carta régia proibia o enterro dos mortos nas Igrejas e ordenava a construção de um cemitério mais afastado da cidade”. Assim fez-se necessário pensar em um novo espaço para receber os mortos.

Foi assim que Félix Daltro (1905-1908/1908-1912), então prefeito, autorizou a construção de um novo cemitério e a demolição do antigo ao lado da Igreja, como afirma o *Jornal A Imprensa*, 31 jan. 1940 “(...) Construiu um cemitério de alvenaria no bairro Chã da Bala e demoliu o antigo, existente em torno da Igreja Matriz (...)”, afastando e desterritorializando pela primeira vez na história da vila, um espaço higienicamente impróprio.

---

de 1909; o ex-deputado provincial Sulpício Torres Vilar, finado em 03 de novembro de 1910; Félix Joaquim Daltro Cavalcante, morto em 11 de janeiro de 1920, dentre outras tantas pessoas que fizeram parte da história política daquela terra. Cf. Cavalcante Neto, S/D, p.14.

<sup>24</sup>Segundo o livro de óbitos 1-C, do Cartório de Registro Civil de Taperoá, nos anos de 1905 e 1906 ocorreram 02 e 05 falecimentos, respectivamente. Depois desses anos os próximos apresentaram os números de óbitos que seguem: 1907, 29; 1908, 42; e 1909, 52; um crescimento vertiginoso se considerarmos aquele pequeno núcleo urbano, o que pode ser indício de um período marcado pela proliferação de doenças, até porque nos anos de 1910, 1911 e 1912 estão registradas 23, 12 e 10 mortes, respectivamente. Cf. Cavalcante Neto, S/D, p.14



Imagem III: Cemitério construído na gestão de Félix Daltro (1905), atualmente conhecido como “Cemitério Velho”. Fonte: Cavalcante Neto S/D.

O novo cemitério, por sua vez, alocou-se nas margens do Rio Taperoá, estrada que seguia para os sertões, parte oeste da cidade, portanto, fora do perímetro urbano populacional.<sup>25</sup>

Com o passar dos anos e o conseqüente aumento populacional<sup>26</sup>, a agora cidade de Taperoá voltou mais uma vez a recolocar seu cemitério a um outro perímetro suburbano da cidade<sup>27</sup>. Não encontramos documentações que determinassem o ano exato da inauguração do cemitério “Da Consolação” no bairro Liberdade, apenas que o mesmo tenha sido concluído durante a gestão do prefeito Dr. João Lelis de Luna Freire (1933-1935)<sup>28</sup>. Dessa forma, observando o decreto Lei n°4, conseguimos perceber que em 1940 o novo cemitério já encontrava-se com a autorização de reconstrução e limpeza, agora situado na parte sul da cidade. Neste documento, encontramos o decreto do então prefeito Irineu Rangel<sup>29</sup>:

<sup>25</sup> Em 1874 Batalhão já tinha jeito de vila, com algumas dezenas de casa, capela, cemitério e vendas. Em 1873, por lei provincial n° 475 de 06 de outubro, foi Distrito de Paz. Por fim, o presidente Herculano de Souza Bandeira, erigiu a povoação à categoria de vila através da lei n° 829, de 6 de outubro de 1886.

<sup>26</sup> O anuário Estatístico da Paraíba publicou no ano de 1932 a estatística predial dos municípios paraibanos. Dentre eles encontramos o município de Taperoá com 349 prédios. Cf. Câmara, 1997, p. 98.

<sup>27</sup> Ver mapa 1.

<sup>28</sup> Dr. João Lelis de Luna Freire era natural de Alagoa Nova. Foi jurista, sociólogo, historiador e membro da Acadêmica Paraibana de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, além de ter escritos vários livros, lecionou Direito e também ocupou o cargo de parlamentar no Estado. Esteve também a frente da administração municipal das cidades de Mamanguape (PB) e Nova Cruz (RN). Cf. Terceiro Neto, 2002, p.124.

<sup>29</sup> Irineu Rangel de Farias, prefeito de 1940 a 1945.

Considerando a necessidade de reconstruir e limpar o Cemitério público “Da Consolação” Decreta: Art. 1- Fica transferida do Título 8490- Saúde Pública para o título 8870- cemitérios, o crédito de dois contos de reis (2: 000\$) para ocorrer às despesas de reconstrução e limpeza geral do cemitério “Da Consolação” desta cidade.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Podemos considerar, tomando como base o decreto acima, que uma nova higienização do espaço urbano na cidade de Taperoá ocorreu com a construção do novo cemitério. Acreditamos que, devido ao crescimento populacional e, conseqüentemente, ao maior número de óbitos; bem como em razão das enchentes no rio Taperoá na década de 1930, que alegavam a área Noroeste da urbe, perímetro onde estava situado o cemitério, o poder público decidiu por transferir o mesmo para outro espaço inabitado da cidade, próximo geograficamente por sua vez, do meretrício no bairro Liberdade<sup>30</sup>.



Imagem IV- Cemitério “A consolação”. Localizado no antigo bairro Liberdade. Fonte: Arquivo pessoal (2014)

Segundo REIS (1991, p. 59), espaços como cemitérios “deveriam se situar fora do perímetro urbano, em lugares elevados e arejados, cercados de árvores frondosas que ajudassem a limpar o ar, longe de fontes de água potável e fora da rota de ventos que soprassem sobre a cidade”. Ainda segundo o mesmo, a reforma funeral imposta pela opinião médica, no final do século XIX, não só questionou os enterros realizados dentro ou próximos às Igrejas, como também “civilizou” o país na sua relação frente à morte, uma vez que os cemitérios passaram a se adaptar para recepcionar a maior quantidade

<sup>30</sup> Por ser uma área periférica na cartografia urbana do município e menos valorizada em termos imobiliários, esse espaço sempre fora habitado por populares, a exemplo de pedreiros, lavadeiras, domesticas, etc...

de mortos e passou a se enquadrar nos pressupostos higienistas, construindo túmulos com uma profundidade determinada, impedindo assim a propagação de maus cheiros.

No que consiste à adequação do comportamento cívico perante aos rituais fúnebres, conseguimos identificar que a vila de Batalhão começou a consubstanciar com esses pressupostos em 1905, quando realizou a demolição do cemitério antigo das proximidades da Igreja Católica, construindo-o na parte oeste da cidade, conforme aqui já observamos.

Posteriormente, já na década de 1930, quando o segundo cemitério, possivelmente não mais correspondia à demanda de óbitos da população daquela vila, o poder público solicitou a sua reconstrução (terceiro cemitério) em área inabitada da cidade. Esta medida contribuiu para que o dito ambiente permanecesse longe do olhar higienista e disciplinador da administração pública.

O próprio Código de Postura de 1936, indicava a preocupação do administrador municipal em adequar-se às normas higiênicas impostas, quando o mesmo estabelece:

Art. 88- Nos cemitérios públicos serão enterrados os cadáveres de pessoas de qualquer credo.

Art.89- Todos os cemitérios particulares serão considerados públicos, e por isso, serão administrados pela prefeitura.

Art. 90- Os cemitérios deverão ter urnas, arca separada para enterramento de cadáveres de pessoas que faleceram em consequência de molestas e epidemias.( Código de Postura de 1936)

Percebemos, através da problematização dos artigos acima, que ao retirar do ambiente religioso os rituais fúnebres, o que em Taperoá ocorrera em 1905, o poder público permite que a morte e seus ritos tornem-se mais democráticos, já que toda população, independente do credo, passa a ter o mesmo direito de utilizar o referido espaço como última morada. Identificamos também a preocupação do administrador quanto à estrutura física do cemitério, principalmente no que concerne ao enterro de pessoas acometidas por epidemias. Tal preocupação nos permite evidenciar, mais uma vez, a tentativa de adequação do poder público aos novos hábitos de higiene e sanitização propagados no Brasil daquela época, procurando enquadrar a cidade no modelo cívico desejado.

Desta forma, podemos considerar que um dos primeiros “inquilinos indesejáveis” a habitar aquele bairro popular, era também o “morador” que a cidade ansiava pelo seu confinamento. A proximidade iminente entre mortos e vivos não mais

condizia com o modelo de cidade moderna que imperava no Brasil durante o início do século XX, e a pequena urbe procurava, dentro de suas possibilidades, adequar-se a seus ditames.

Anterior ainda a alocação do cemitério “A Consolação” no “Liberdade”, é a presença de outro ambiente dito anti-higiênico pelo discurso médico em voga: o hospital “São Vicente de Paula”. O jornal *A União* (31 maio 1925) faz menção ao projeto da casa hospitalar, quando trata da passagem do presidente João Suassuna (1928-1928) pela vila, em ocasião da comemoração do aniversário de Epitácio Pessoa e inauguração da energia elétrica da vila e da ponte sobre o Rio Taperoá<sup>31</sup>, como segue:

#### A PEDRA FUNDAMENTAL DO HOSPITAL DE CARIDADE

De regresso da visita s. exc. dirigiu-se ao local onde vae ser edificado o hospital de São Vicente de Paulo, por iniciativa dos srs. João Casulo e Francisco Bezerra e com o concurso com o povo. Na ocasião de lançar a pedra fundamental do prédio, o sr. dr. João Suassuna, em breves palavras, disse que a cerimônia que se realizava, fechando o cyclo das homenagens de Taperoá, era simples como o sentimento de caridade que a inspirara. Devia-se tão feliz e humanitária lembrança a dois cidadãos, a dois bellos ornamentos sociais: João Casulo e Francisco Bezerra. S. exc. congratulava-se com o povo por aquelle serviço de alto alcance patriótico.

Segundo Cavalcante Neto (S/D, p. 30), não há como precisar o ano exato de inauguração desta edificação, apenas informa-nos que no governo João Suassuna houve significativa contribuição para a construção do mesmo. Empreendimento de iniciativa privada de João Casulo Primo, comerciante do ramo algodoeiro e presidente e do Conselho Municipal (1925-1927), o hospital recebeu financiamento dos cofres públicos estaduais para ser concluído. Vejamos abaixo a fotografia do referido prédio:

---

<sup>31</sup> Devemos observar a ligação simbólica do então presidente do Estado João Suassuna com Taperoá. O mesmo era casado com Rita Dantas Vilar, filha do major taperoense Gabriel Vilar de Araújo. Visitava frequentemente a vila, onde possui a residência. No período em que esteve à frente do executivo estadual foram construídas as seguintes obras em parceria com o prefeito Hermann Cavalcanti: ponte sobre o rio Taperoá, inaugurada em 23 de maio de 1925, e que passou a servir como porta de entrada para pessoas e produtos no município; a barragem do “açude do Estado” e o chafariz alimentado com água encanada; e o motor gerador de energia elétrica. Cf. Terceiro Neto, 2002.

No Jornal *A União* (31 maio 1925) encontram-se registros da festa de comemoração do aniversário do presidente da república Epitácio Pessoa e da inauguração dos símbolos modernos. Foram dois dias de festa com a presença da comitiva oficial da capital, de bandas de música da vila e do município de São João do Cariri, de alunos do Colégio Alfredo Dantas, além da presença dos munícipes.

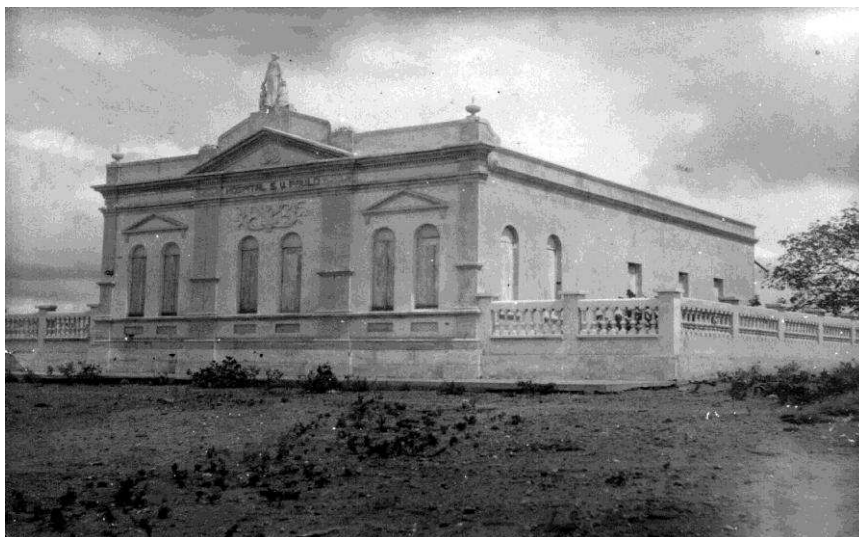


Imagem V: Hospital São Vicente de Paula. Fonte: Arquivo Reuza Ribeiro de Queiroz, Taperoá - PB<sup>32</sup>.

De estilo arquitetônico moderno para os padrões da época, o hospital fora construído em localidade condizente com os preceitos do discurso sanitarista em voga, como afirma Cavalcante Neto (S/D, p. 30), “quanto ao local escolhido para a localização deste edifício, este se deu em lugar afastado da vila, uma vez que havia orientação médica de que espaços como estes fossem isolados do resto da sociedade.” Alocado, assim, no “Liberdade” garantia-se a vila o controle da circulação dos “maus fluídos” causadores de doenças epidemiológicas.

Ainda salienta-nos o citado autor, sobre a predominância do catolicismo como religião naquela urbe no início do século XX, dado a escolha da denominação do hospital, bem como enfatiza a evidência dada pelo proprietário à caridade, uma vez que, São Vicente de Paula é conhecido pelos católicos como patrono das obras caridosas, bastante pertinente, portanto, a associação feita pelo comerciante aos habitantes da vila.

Dito isto, voltemos a falar sobre o evento que iniciou-se na década de 1930 com a eclosão de um conflito de caráter político religioso e que mobilizou pessoas “ilustres” da cidade e populares frente à pertinência da zona de meretrício no espaço urbano da cidade. Segundo Sousa (2001. P.48):

Apesar das especificidades locais e nacionais, esses processos de transformação urbana, informados pelos chamados valores burgueses modernos, foram marcados por amplos conflitos e contendas. Eles atingiam a vida de todos os habitantes das

<sup>32</sup> Prédio onde funcionou o Hospital São Vicente de Paula na década de 1930, seguindo de arrancho aos pobres durante os anos 1940, Posto de Saúde, Quartel do Exército (1959) e Escola “Nossa Senhora das Graças”.



idades, mesmo que de formas diversas, e terminavam mobilizando muitos. Suas principais vítimas poderiam ser as populações pobres e marginalizadas, mas não eram as únicas.

Constatamos indícios da presença do prostíbulo na cidade desde o início da década de 1930, por se tratar de um espaço que, por excelência, era alvo constante do discurso higienista que representava um ambiente de “devassidão” e “desordem”. Encontramos no periódico *A Voz da Borborema* de 30 de maio de 1931:

Sem o convívio elegante, dentro dos princípios moralizadores, já se vê a família atropia-se no lar como que encarcerada, em quanto o elemento masculino, os rapazes se desnorream, entregando-se aos prazeres desordenados, aos centros de reunião equivocadas. Por tanto eduquemo-nos e estará resolvida a questão. (Grifos nossos)

Vemos, assim, que uma das maiores preocupações dos intelectuais se concentrava exatamente no fato do elemento masculino frequentar um dos lugares proibidos pelo discurso médico moralista, o cabaré. Nesse sentido, procura-se higienizar seus costumes, modificar seus hábitos e inserí-los no rumo do “progresso” e da modernidade, já que, “no horizonte dos médicos sanitaristas, privadas, esgotos, prostitutas, pobres, doentes, loucos e negros são associados numa mesma operação simbólica...”(RAGO, 1985 p.48).

Dois fatos em especial, como anteriormente abordamos, representaram o estopim do conflito em que a zona se fazia enquanto personagem central de discussão: a inauguração da nova Igreja Matriz da cidade, no início da década de 1930; e principalmente, a posse do pároco Edgar Toscano de Brito, em 1936.

Inaugurada em janeiro de 1930, pelo vigário José Apolinário Martins, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição veio substituir, enquanto templo religioso, a antiga Igreja da cidade, denominada nos anos seguintes de Igreja de São Sebastião. Essa, há muito parecia não mais corresponder aos preceitos modernizantes e higienistas que haviam penetrado o interior do discurso católico, já que era muito pequena em relação ao número de fiéis que a frequentava e, por assim ser, não oferecia o conforto pretendido pelos mesmos. Em contrapartida, o novo templo religioso reunia todas as premissas e características de uma obra higiênica e moderna, como podemos constatar, através das fontes abaixo apresentadas:

É sem duvida alguma, que a nova Matriz de Taperoá, é a mais bella do interior do estado, tanto por suas linhas arquitetônicas, como pela elegantíssima posição local. (Jornal A voz da Borborema, 5 fev. 1938)

E:



Imagem VI- Fotografia da Igreja Matriz de Taperoá em 1931. Fotógrafo Manoel Dias. Fonte: Arquivo de Reuza Ribeiro de Queiroz, Taperoá - PB.

Apesar de ainda encontrar-se inacabada no início da década de 1930, podemos compreender, com base nas investidas discursivas da imprensa paraibana e do vigário local, a importância da construção deste templo para a cidade, tanto no que concerne a realização das práticas religiosas dos cidadãos nesse novo espaço, quanto devido à construção de novas representações e significações simbólicas pelos seus habitantes, uma vez que, sua localização geográfica e arquitetura demonstravam elegância e imponência perante aqueles que ali passavam.

Outro aspecto que merece nossa atenção nesta fotografia, capturada no dia da comemoração do primeiro ano de falecimento do presidente de Estado João Pessoa (26 de julho de 1931), é que o novo templo passou a receber os rituais religiosos ainda em fase de finalização, haja vista que os acabamentos ainda não aparecem concluídos, contando, mesmo assim, com a presença de muitos cidadãos homens, mulheres,

crianças da Escola Elementar Feminina, a banda filarmônica local, religiosos e autoridades locais (prefeito, juiz e delegado).

Sobre o prisma da análise da fabricação do mito João Pessoa, Aires (2013, p.225) problematiza a referida fotografia, observando a presença da Bandeira “Nego” nas mãos da professora ou diretora da escola Elementar Feminina, da banda de música responsável por executar os hinos, dos estandartes católicos e bandeiras civis em meio à população, segundo o mesmo, executando uma “cena na qual se conjugavam símbolos, instituições, rituais, sagrados e profanos unidos pelo mesmo objetivo”, legitimar a memória do presidente falecido.

Esse “magnífico templo religioso” (Jornal *A Voz da Borborema*, 19 maio 1931), entretanto, localizava-se muito próximo ao cabaré da cidade, que, até então, parecia ter resistido imune às estratégias higiênicas de desodorização do espaço urbano naquela cidade. E é exatamente nesse momento que ele se torna visível ao discurso moral católico e passa a ser repellido enquanto espaço de sociabilidade nefanda na cidade.

Apesar dos discursos proferidos pelos intelectuais da imprensa campinense contra a presença dos homens em determinado ambiente, não encontramos, nas fontes que reunimos, nenhum indício de pedidos da retirada da zona daquela localidade antes da inauguração da Igreja, nem do poder público, nem do poder religioso que ali atuou na primeira metade da década de 1930.<sup>33</sup>

O prostíbulo, possivelmente, possuía uma significativa importância para a comunidade masculina taperoense, seja no que concerne à iniciação da vida sexual daqueles homens, seja na preservação de honra das suas mulheres, constituindo-se enquanto um “mal-necessário”, onde as prostitutas passavam a ser identificadas “tanto como necessária quanto como nojenta, uma mistura ambígua de defensora sagrada da família e fossa obscena”. (ROBERTS, 1988 p. 265).

Rago (2008, p. 86) analisando como o médico francês Parent-Duchâlet no final do século XIX, percebia a prostituição, nos diz:

[...] a prostituição tinha como função social canalizar os resíduos seminais masculinos, como lixos e excrementos nos esgotos, sendo inevitável em qualquer aglomeração de homens. Não se tratava, evidentemente, da necessidade de responder a

---

<sup>33</sup> José Apolinário Martins esteve à frente da paróquia de 20/03/27 à 1933. No livro de Tombo I encontramos registro da transferência das imagens da antiga Igreja para o novo templo, em 01 de janeiro de 1930. Apolônio Gaudêncio Queiroz tomou posse na referida paróquia em 04/03/34, sendo último registro no Livro de Tombo datado de 31/01/1936, nesse período em que esteve à frente da instituição católica deu início à construção de sua torre, em 20 de setembro de 1934.

uma exigência feminina, pois a mulher, segundo os pensamentos médicos e jurídico do período, primava por uma baixa intensidade do instinto sexual [...]

Assim, só na segunda metade da década de 1930, é que iniciava efetivamente no município de Taperoá um conflito perante as investidas modernizantes, morais e higienistas pela retirada da zona de meretrício, quando da posse do padre Edgar Toscano de Brito em 02/02/1936, através da propagação do seu discurso moralista cristão e, em contrapartida quando da chegada ao executivo local de Abdon de Souza Maciel, neste mesmo ano.

Em seu primeiro contato com os fiéis quando do ato da sua posse, Edgar já relatava seus primeiros desejos e anseios moralizantes, enquanto projeto para os paroquianos da cidade:

Assim com a maior simplicidade, tomei posse, oficialmente, desta paróquia, dirigindo, após o santo evangelho algumas palavras aos neo-parochianos, manifestando-lhes o meu desejo ardente de trabalhar pelo engrandecimento espiritual, moral e até mesmo material, desta Paróquia que a Providência divina me confiará. (LIVRO DE TOMBO nº 1, 12 mar.1936)

Três meses após sua posse como vigário da paróquia, após tomar nota do patrimônio da Igreja, o referido pároco iniciava efetivamente sua cruzada cristã contra a zona de meretrício. Amparando-se em um discurso moralista cristão e de forte apelo argumentativo, Edgar transcrevia o que acontecia no entremeio da porta lateral da Igreja e o cabaré, instituições convergentes, porém conflitantes em disputa pelo mesmo espaço. Vejamos:

Passaram-se os dias. Boas impressões ia obtendo de tudo e uma santa alegria invadia minha alma sacerdotal. Mas, não a durava muito tempo. Ao meu conhecimento iam chegando outras notícias aliás, bem desagradáveis, referentes aos costumes da terra. E eu mesmo pude conhecer a veracidade de tudo quanto me diziam. Fatos escandalosos e públicos [...] O cabaret localizado bem próximo a Igreja nova, onde durante os actos litúrgicos, se ouvia, palavras e cantigas obscenas.Quanta miséria! Quanta devassidão em um lugar tão pequeno! (grifos nossos) (LIVRO DE TOMBO Nº 1, 27 de abr.1936, p. 69)

Escrito de modo a caracterizar não só o cabaré mais toda a cidade enquanto espaço de promiscuidade e devassidão, o discurso acima serve para justificar e

corroborar a afirmativa de que espaços tão distintos e diferenciados em suas finalidades (cabaré e Igreja), não deveriam compartilhar o mesmo ambiente geográfico na cartografia da cidade, sendo necessária uma solução imediata para resolução de tal impasse.

Quanto à elaboração desse tipo de discurso que se pretende verdadeiro em sua anunciação, Foucault (1996) nos fala:

Enfim, creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção. (p. 18)

Segundo Sousa (2001), na cidade de Campina Grande, durante os anos de 1920, as pensões situadas na antiga Rua 4 de outubro passaram pelo processo de higienização social, no contexto das transformações físicas empreendidas pelo prefeito Vergniaud Wanderley, já que sua relativa proximidade às ruas centrais incomodava a elite local, em especial os letrados, “fazendo com que eles carregassem nas tintas e pedissem insistentemente para as autoridades a transferência do meretrício daquele local para um lugar mais afastado”. (SOUSA, p. 99).

Nos registros paroquiais analisados, percebemos que essa também foi à estratégia, a priori, escolhida por Edgar Toscano. Convocar as autoridades do município, representantes do poder local, para unidos resolverem o mal estar que ali se iniciava. Sobre isso vejamos:

Podia eu, como sacerdote e vigário, ante essas suas verdadeiras pagáveis, permanecer indiferente? Não, não era possível! A Gloria de Deus, o bem das almas e a minha consciência, exigia que eu tomasse uma atitude. E tomei sem vacillar.

Chamei as autoridades a minha casa, cada uma de per si Prefeito e Delegado. Manifestei-lhes o desejo que tinha de trabalhar pelo engrandecimento de Taperoá, porém como sozinho não podia conseguir tudo o que desejava, era necessário recorrer a algumas pessoas e essas em primeiro lugar, deveriam ser as autoridades nas quais eu muito confiava. Ponderei-lhes que não pode haver progresso onde reina a devassidão, e deveria portanto, ser o nosso primeiro cuidado, extinguir o grande mal, nesta terra, há muito inveterado ( LIVRO DE TOMBO Nº1, 27 abr.1936, p.69) (Grifos nossos)

Percebemos, na passagem acima, transcrita que o vigário, responsável pelas almas católicas da cidade, constrói seu discurso do poder na tentativa de arrolar mais aliados perante sua causa: extirpar o meretrício da cartografia da cidade.

Dialogando com os escritos de Michel Foucault, percebemos como o vigário se apropria de conceitos e valores, selecionando o que será ou não pronunciado, para assim usar seu poder e denunciar outros, é claro, respeitando os regras e ritos que o qualificam como enunciador, definindo “a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem e os limites do seu valor de coerção”. (FOUCAULT, 1996.p. 39).

Entretanto, possivelmente percebendo a utilidade social do cabaré e, por assim ser, a impossibilidade de concretização do seu pedido, Edgar modifica seu discurso, passando a preocupar-se agora tão somente em livrar o símbolo do sagrado da presença indevida da zona de prostituição, que deveria, assim como a suas ocupantes, ser excluído, contido e reservado a uma cartografia própria, distante e confinada a sua funcionalidade social, para que se concluísse de fato o processo de modernização da cidade. Dessa forma, percebemos que o sacerdote, para dar consistência argumentativa a seu discurso, se apropria dos dizeres higienista social em conjunto à moralidade cristã.

Destarte, apesar dos apelos anunciados, o vigário registra no Livro de Tombo o posicionamento tomado pelas autoridades procuradas:

Applaudiram a minha idéia, prometeram-me alguma cousa, nada fizeram e não poderiam fazer (conscientemente digo a verdade) porque ambas as autoridades maximmas, apoiavam sem a menor cerimônia, a libertinagem. E tudo assim ia de mal a pior (LIVRO DE TOMBO N°1 27 abr.1936)

Deixando clara a convivência das autoridades locais com a presença do prostíbulo naquela área, constatamos a ironia reinante no discurso proferido pelo padre, ao passo que, não encontrando o auxílio pretendido, acusa não só a permissividade de ambos, como sutilmente indica ao seu receptor que as autoridades e, por conseguinte, alguns homens da elite local freqüentavam aquele espaço de sociabilidade. Segundo relatos orais de memória da senhora Maria Antônia da Conceição<sup>34</sup>, conhecida popularmente como Maria de Materno, Abdon de Sousa Maciel, chefe do executivo da cidade, frequentava não só assiduamente a casa de prostituição, como o fazia nos seus horários de pico, coincidentes diretos das missas e novenas realizadas aos sábados naquele templo.

---

<sup>34</sup> Entrevista concedida a autora em 23/11/2013.

Procuramos em fontes oficiais do município a justificativa dada por Dr. Maciel para corroborar com a permanência do prostíbulo, frente ao símbolo maior do catolicismo, a Igreja Matriz. Entretanto, os silêncios, omissões dos registros e a falta da documentação podem indicar tanto a má conservação dos arquivos por parte do poder público local, como também nos levar compactuar com a justificativa apresentada pelo Padre Edgar de que o representante do poder político frequentava a zona de prostituição e, por assim ser, insistia na demora da intervenção pública na questão.

A única fonte que pode nos levar a entender e justificar a possível permissividade e conivência do chefe do executivo local com a presença da zona de meretrício naquele espaço nos chegou através de relatos orais. Reuza Ribeiro de Queiroz, filha do antigo tabelião da cidade<sup>35</sup>, portanto de classe social privilegiada, nos relatou: “O prefeito disse (ao padre) que não podia tirar de imediato (o cabaré) porque não tinha onde localizar as meninas. Ele tinha que construir um lugar próprio pra elas.”<sup>36</sup>

Poderíamos analisar este relato a partir de diferentes perspectivas, mas o que nos chama mais atenção, e por isso merece nosso destaque, é a visível preocupação dada pelo prefeito do município ao prostíbulo, seja pelo fato deste frequentá-lo assiduamente, seja pela necessária presença deste enquanto um espaço de sociabilidade masculina, compactuando assim com a teoria de que o cabaré se fazia necessário na cidade.

Uma das edições do jornal *A Voz da Borborema*, do final da década de 1930, nos indica como “*a tão debatida mudança da zona de meretrício enfim foi resolvida*”. Neste encontramos:

A debatida mudança da zona de meretrício, enfim, foi resolvida de acordo e auxiliada pelo governo do Estado, pela inconveniência de se achar localizada mui próximo do Grupo Escolar, recentemente construído pelo governo do eminente Dr. Argemiro Figueiredo. (*A Voz da Borborema*, 12 abr.1939).

A retirada efetiva da zona de meretrício do centro da cidade, como nos relata a fonte impressa, só ocorreu em 1939. Não sabemos se pela pressão do religioso local ou se pela finalização da construção da nova casa para as meretrizes no perímetro suburbano da cidade. O que podemos constatar é que, ao anunciar o fato publicamente, a imprensa campinense constrói sua narrativa de modo a excluir a Igreja Católica como

---

<sup>35</sup> Trata-se de Cícero de Farias Souza, nascido em 04/01/1892 e falecido a 19/12/1931. Atualmente existe uma Rua no Bairro do Alto, antigo “Liberdade” que leva o nome do antigo tabelião.

<sup>36</sup> Entrevista concedida a autora em 17/07/2013.

principal pivô da desterritorialização do prazer na cidade, apontando o Grupo Escolar recém construído como maior contribuidor para relocação das meretrizes. A inconveniência apontada não é a entre a Igreja e o cabaré, já que a primeira havia deslocado seus cultos em forma de protesto para o antigo templo, numa estratégia pensada pelo vigário local ainda no primeiro ano do conflito (1936)<sup>37</sup>. A nova inconveniência que se construía naquele espaço era entre Escola e Cabaré, devido o início da construção do Grupo Escolar Escola “Félix Daltro”<sup>38</sup>, em 1937.



Imagem VII- Grupo Escolar Félix Daltro S/D. Fonte: Arquivo Reuza Ribeiro de Queiroz.

Segundo Cavalcante Neto (2009), as primeiras décadas do século XX foram marcadas pela implementação de escolas públicas na Paraíba. Estas surgem enquanto signos da modernidade e se disseminam por todo estado contribuindo para o rompimento do provincianismo e da tradicionalidade que ainda rondavam o cotidiano paraibano e persistiam em sobreviver ao advento do moderno. A educação, assim, se

---

<sup>37</sup> A partir de 19 de abril de 1936, domingo de Páscoa, as missas e atividades religiosas daquela cidade passaram a ser realizadas na Igreja de São Sebastião, sob, segundo escritos deixados pelo próprio vigário, aprovação e forte comoção popular.

<sup>38</sup> Encontramos registro da construção do referido grupo Escolar no Jornal A União de 25 de janeiro de 1938, na matéria intitulada “Obras Públicas em 1937” em que este aparece como obra em andamento.



tornaria, nos dizeres do discurso moderno, o caminho, por excelência, que levaria o homem à razão, à ordem, ao progresso e ao desenvolvimento social.

Nesse sentido, podemos perceber que a mesma inconveniência construída discursivamente entre Igreja e Cabaré, também ocorreu entre este e a escola, ambos somando-se para a construção do discurso moral que recusava o prostíbulo enquanto parte da cidade.

Solucionado o impasse, é a escola e não a Igreja a quem se atribui o fato da transferência da zona de meretrício, seja pelo fato das práticas religiosas daquele espaço encontrarem-se relocadas na antiga matriz, seja pela estratégia elaborada pelo meio de comunicação de camuflar os motivos primeiros que contribuíram para a transferência.

Desse modo, tal conflito nos faz problematizar como formações discursivas distintas convergiram e emitiram dizeres, através dos seus respectivos sujeitos, no sentido de defender e justificar suas falas e seus atos perante o impasse proporcionado pela proximidade “inadequada” entre Igreja e prostíbulo, seja amparado na moralidade cristã, seja associado ao discurso médico higienista e moderno que se propagava no Brasil, desde as primeiras décadas do século XX.

Efetuada a tão pretendida higienização social na vila do Batalhão em 1939, a zona de meretrício, passou a funcionar em um lugar periférico da urbe<sup>39</sup>, até então inabitado, localidade adequada para confinar o prostíbulo. Essa relocação do meretrício contribuiu, sobremaneira, para que o Bairro “Liberdade”, já ocupado por populares, ocupasse no imaginário coletivo, a posição de território marcado pela segregação, preconceito e estereótipos. Tanto é que nossos depoentes indicam a presença de um paredão dividindo o perímetro urbano da cidade do novo espaço, isolando definitivamente do olhar de seus habitantes, ambientes indesejáveis e anti-higiênicos para uma cidade que pretendia adequar-se aos preceitos do mundo moderno.

A partir da construção da vila de dez casas pelo prefeito Abdon de Sousa Maciel para receber as meretrizes, o “Liberdade” continuou a receber, com o avançar das décadas, novos moradores, alguns vindos da zona rural da cidade, populares que ali conseguiram concretizar o sonho de possuir sua própria habitação e até mesmo remanescentes do meretrício que, com o seu fechamento à década de 1970, continuaram a viver no bairro.

---

<sup>39</sup> Ver mapa 2.

Resta-nos, portanto, perceber como o poder público municipal passou a se comportar frente à crescente ocupação do bairro, que tipo de beneficiamentos foram ali implantados, que melhoramentos urbanos contribuíram para o seu povoamento e como seus moradores usufruíram do bem público durante o recorte temporal por nós pesquisado (1940-1970).

## **1.2 LIBERDADE OU ESQUECIMENTO? ALGUMAS INICIATIVAS DO PODER PÚBLICO NA CIDADE DE TAPEROÁ (1950-1970)**

A marginalização e isolamento de alguns espaços considerados anti-higiênicos pelo poder público durante o início do século XX, contribuíram significadamente para a reconfiguração do espaço urbano de muitas cidades brasileiras. É bem sabido que o ato de desterritorializar espaços amparou-se no discurso moderno e higienista para justificar suas iniciativas, buscando tornar a cartografia das cidades condizentes com o modelo em voga.

Ademais, ao passo em que observávamos as medidas modernizantes adotadas pelo executivo municipal até a década de 1930, e a ressignificação cartográfica no espaço urbano que tais medidas possibilitaram, passamos a investigar, através da chegada dos novos signos da modernidade na cidade e, posteriormente, aqueles decorrentes do discurso desenvolvimentista dos anos 1950, como o poder público municipal se portou frente à crescente ocupação do Bairro Liberdade, que, como vimos na imagem I, já contava com um significativo número de habitações.

Segundo Brescianni (1998), durante a ditadura getulista (1937-1945) ocorreu uma das primeiras tentativas de resolução da problemática de moradias em São Paulo, que, com o processo de expulsão das populações de baixa renda dos bairros tradicionais da cidade, permitiram a eclosão da abertura de loteamentos clandestinos em regiões periféricas, onde padrões mínimos de legislação urbanística e código de obras passaram a ser corriqueiramente desrespeitados. A Lei do Inquilino de 1942, por exemplo, foi uma das primeiras iniciativas de enfrentamento do problema, unindo diferentes esferas dos poderes públicos a fim de repensar a construção de moradias concentradas em loteamentos irregulares, clandestinos e situados em lugares propensos a inundações e de declive acentuado.

Contudo, afirma a historiadora, só em fins da década de 1970 e início dos anos 80, como processo de abertura política, pós-regime civil-militar, é que se iniciam as primeiras medidas de regularização jurídica desses loteamentos, o que, para a socióloga Maria Ruth Sampaio e o arquiteto Carlos Vargas, constituem a primeira possibilidade de participação desses moradores na esfera pública e no discurso jurídico.

Através do escrito de Terceiro Neto (2002), encontramos registros de uma das mais significativas melhorias públicas, posteriores ao confinamento da zona de meretrício no “Liberdade”: a construção do Açude de “Lagoa do Meio”<sup>40</sup>. Iniciado na gestão do governo José Américo (1951-1955), esse reservatório posteriormente viria a realizar o abastecimento de água da cidade<sup>41</sup>.

Podemos observar que frente à ausência de chuvas por que passava os paraibanos no início dos anos de 1950, especialmente aqueles que residiam nos municípios do interior do Estado, o governador José Américo de Almeida inicia as chamadas “Obras contra as Secas”, no intuito de conter o avanço das migrações dos retirantes para a capital do Estado<sup>42</sup>. As obras de açudagem, especialmente nas regiões do Cariri e Sertão foram pensadas a fim de manter os trabalhadores rurais no campo, oferecendo-lhes trabalho por meio das próprias obras do governo estadual.

Não só a cidade de Taperoá, que à época contava com Adeodato Minervino Vilar (1951-1955) a frente do executivo municipal, ligado politicamente a José Américo de Almeida, mais outros municípios paraibanos receberam incentivos do poder público estadual para a construção de açudes. Como aponta Barboza (2011) municípios como Congo (açude do Congo), Patos (açude Jatobá), Remígio (açude Algodões), Umbuzeiro (açude gado Bravo), Boqueirão (açude de Boqueirão), Belém de Brejo do Cruz (Açude Escondido I), Piancó (Açude de Mãe D’Água) e Barra de Santa Rosa (açude de

---

<sup>40</sup> Entre os séculos XIX e XX existiam alguns açudes de porte médio na zona rural de Taperoá construídos por proprietários rurais no intuito de prevenir a falta de água na região e facilitar o plantio e criação de animais: dois na propriedade de Cosme Pinto (um na fazenda do capitão Pedro Pimenta e um na fazenda Cacimba de Pedra), três na fazenda Marcação, um no Muquém, um no Pedreiro, um no Jardim, um em Cacimba de Cavalos, um no Pau Branco, dois no Piancó, além dos açudes da fazenda Pocinho, Jundiá e sítio Matinhas. CF. Terceiro Neto, 2002, p. 180.

<sup>41</sup> Quanto à presença de reservatórios de água no perímetro urbano da cidade destaca-se a barragem ainda hoje conhecida como açude do Estado, construída pelo então presidente de estado João Suassuna, na gestão do prefeito Hermann Cavalcanti. No mesmo dia 23 de maio de 1925 fora entregue o chafariz alimentado pelo açude e o motor que gerava a energia elétrica. CF. Terceiro Neto, 2002, p. 179

<sup>42</sup> Além das obras de açudagem que pretendiam estabelecer condições de sobrevivência, perante o flagelo da seca, às populações urbanas do interior, o governador empenhou-se junto ao Departamento de Estrada e Rodagem (D.E.R) na execução do Plano Rodoviário da Paraíba, para a construção e conservação de estradas. A cidade de Taperoá foi também uma das contempladas. CF. Terceiro Neto, 2002, p. 182.

Curimataú), além dos reservatórios privados, tiveram açudes construídos pelo governo americista em parceria com o DNOCS em propriedades de grandes fazendeiros e latifundiários.

Conquanto podemos observar que uma das primeiras melhorias recebidas pela população taperoense na década de 1950<sup>43</sup>, frente a problemática da seca, fora a construção do açude de “Lagoa do Meio”<sup>44</sup>, que, segundo escritos de Terceiro Neto (2002, p. 180), “veio a resolver o problema de abastecimento de água na cidade”.

No governo de José Américo (1951-1955) foi iniciado o açude “Lagoa do Meio”, que viria a ser, anos à frente, o reservatório para abastecimento da cidade. Os estudos planimétricos foram efetuados pelo engenheiro Sebastião Gonçalves, casado com a taperoense Maria Alice de Queiroz Melo. Por não contar com os serviços de abastecimento de água, a cidade tinha os aguadeiros, que iam apanhar o líquido em cacimbas no leito do rio, para venda aos consumidores. A água salobra e turva saciava a sede dos habitantes urbanos e acudia aos gastos domésticos. Algumas casas tinham cisternas para a coleta de água das chuvas. (TERCEIRO NETO, 2002. p. 180)

Sendo assim, podemos consubstanciar a teoria de que a presença do novo reservatório de água do município possibilitou o fornecimento de água na cidade nos períodos de sua escassez e que, com a conclusão da caixa d’ água e a rede distribuidora, mais de 10 anos depois, na gestão do governador João Agripino (1966-1971)<sup>45</sup>, o fornecimento tenha tornando-se mais contínuo e efetivo.

Contudo, uma dúvida logo surgiu em torno do fornecimento de água no bairro Liberdade (Alto). Segundo relatos do depoente Severino Ramos<sup>46</sup>, morador do bairro, entre os anos de 1951 e 1963, não existia rede de distribuição de água encanada e a única forma de obtenção deste recurso era através do chafariz público, para onde os

---

<sup>44</sup> Em 23 de novembro de 1951 foi dada entrada nos projetos n° 51 onde o prefeito pedia a autorização para transferir o crédito de trezentos mil cruzeiros que se destinava à construção do açude Lagoa do Meio, conforme aprovação anterior, para a utilização desse junto às despesas com os serviços de uma parte da construção da Empresa de Luz e iluminação pública desta cidade. Em 1956 foi inaugurado o açude Lagoa do Meio com a capacidade de sete milhões de metros cúbicos.

<sup>45</sup> João Agripino foi procurador da prefeitura do Brejo da Cruz- PB, promotor público do Jardim do Seridó e um dos fundadores da União Democrática Nacional ( UND). Candidatou-se nessa legenda, em 1946, cumprindo sucessivo mandatos, até 1961. Apoiou a ditadura militar que depôs o presidente João Goulart, filiando-se a ARENA e governando o Estado da Paraíba de 31 de janeiro de 1966 a 15 de março de 1971. CF. Barboza, 2002, p. 122

<sup>46</sup> Entrevista concedida a autora em 25/09/2014.

populares residentes no bairro iam a pé ou com suas carroças em busca do bem hídrico para realizar atividades higiênicas e domésticas<sup>47</sup>.

Acreditamos que por se tratar de um bairro periférico e marginalizado, acreditamos que o abastecimento de água canalizada neste espaço tenha acontecido de forma retardatária, possibilitada de forma efetiva apenas após a construção do açude “Manoel Marcionílio” durante o governo de Wilson Braga na década de 1980, reservatório esse que abastece a cidade até os dias de hoje.

Mapeando as sucessivas investidas do poder público no município de Taperoá durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, conseguimos perceber que as melhorias urbanas que ali se instalaram concentraram-se prioritariamente no chamado perímetro urbano, em especial no seu centro residencial e comercial. Os demais investimentos viabilizados no intuito de construir espaços públicos e privados em áreas inabitadas, ou mesmo em ambientes onde a população era constituída substancialmente de populares, foram inseridos na cartografia urbana do município de modo a situar-se paralelos ao “Liberdade”, espaço este que concentrava funcionalidades que o marginalizavam e o segregavam do imaginário social.

Nesse sentido, observamos que, durante a primeira administração do prefeito Manoel de Farias Souza<sup>48</sup> (PSD), foi aprovado pelo legislativo de Batalhão o Projeto lei nº 13, com o intuito de demolir o antigo mercado e açougue públicos por conveniência do plano de urbanização da cidade, pois segundo Terceiro Neto (2002, p.181) as atividades até dado momento, aconteciam em um galpão situado à rua principal apelidada de “O Comércio”, “em toscas bancas, onde eram expostos e vendidos cereais, tecidos, calçados, fumos, frutas e quinquilharias”.

---

<sup>47</sup> O referido chafariz fora construído no governo do então prefeito Hermann Cavalcanti no conjunto de melhoramentos urbanos que este empreendeu no município. O espaço servia para distribuição de água para a população taperoense. CF. Terceiro Neto, 2002, p.123.

<sup>48</sup> Manoel de Farias Souza (Mandú) governou a cidade de Taperoá em duas oportunidades 1947-1950 e 1956-1959. Poucos foram os registros públicos encontrados por nós sobre a sua administração. Acreditamos que a enchente que atingiu a cidade em 1967, em especial o prédio da Prefeitura Municipal, tenha contribuído para o desgaste e até mesmo o desaparecimento de seus registros.

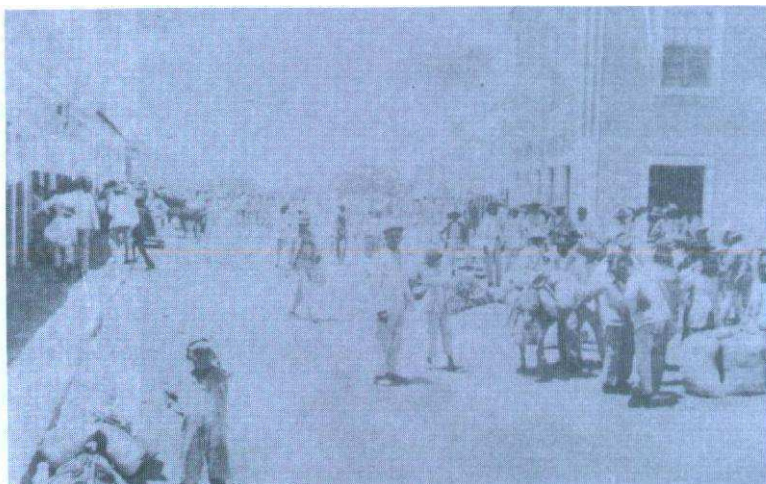


Imagem VIII- Feira de Batalhão na antiga Rua do Comércio, na década de 1940. Fonte: Terceiro Neto

Neste dito espaço seriam então construído prédios destinados a instalação de casas comerciais em ambos os lados, formando uma avenida entre a atual XV de Novembro (antiga Rua do Comércio) e a Praça João Pessoa. Segundo o mesmo projeto, ficou o poder público municipal autorizado a construir o mercado e o açougue na parte baixa da Praça João Suassuna. Vejamo-lo abaixo:

O prefeito Municipal de Batalhão do estado da Paraíba. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º Fica o poder executivo autorizado a demolir os atuais Mercados e Açougue públicos desta cidade, por conveniência do plano de urbanização da cidade.

Art. 2º Fica igualmente autorizada a Prefeitura construir os novos prédios do Mercado e Açougue, na parte baixa da atual Praça Dr. João Suassuna, cujas obras deverão ser executadas de acordo com os projetos e anexos e aprovados.

Art. 3 Fica, também autorizada a construção de um Matadouro Público, de acordo também com o projeto anexo, devendo ser edificado com a máxima aproximação possível da margem direita do Rio Taperoá, obedecendo quanto ao local as Prescrições recomendadas pela Saúde Pública.

Art. 4 O terreno ora ocupado pelos Mercado e Açougue deverá ser aproveitado na construção de prédios comerciais, formando uma Avenida da atual 15 de novembro à Praça.(Fonte: Projeto de Lei nº13/47) (grifos nossos).



Imagem IX- Tela de Maria Dulce Monteiro de Farias: antigo Mercado Municipal, situado ao lado do sobrado que pertenceu a Laurênio Bezerra de Albuquerque. Foi demolido em 1948 e no local foi construídas duas filas de quartos. Arquivo: Cavalcante Neto.



Imagem X- Praça João Suassuna. Na sua parte baixa deveria ter sido construído o novo mercado e açougue do município. Arquivo: Reuza Ribeiro



Imagem XI- Abaixo armazéns do coronel Francisco Bezerra que foram demolidos para construção dos prédios públicos comerciais. Arquivo: Reuza Ribeiro

Entretanto, não sabemos por que motivações, apenas no governo de Adeodato Vilar (1951-1955)<sup>49</sup> deu-se início à construção do mercado na Praça João Pessoa, (onde hoje se encontra edificado o posto da Telemar), obra esta vista pelos munícipes como de extrema importância, uma vez que o antigo havia sido demolido.

No intuito de desobstruir a artéria principal e realizar as atividades comerciais em um espaço mais adequado, seja no que diz respeito ao aspecto cartográfico da cidade, seja no que concerne ao próprio ambiente físico onde essas práticas ocorriam, Adeotado Vilar, continuador do processo modernizador na cidade, cuidou em melhorar o aspecto físico da feira, ambiente este que, para muitos higienistas, mesmo representando um lugar de sociabilidades entre os cidadãos, trazia consigo uma certa promiscuidade, típico de ambientes anti-higiênicos, incongruentes com o ideal de moderno e civilizado que pretendiam as cidades brasileiras.

Desde o final do século XIX, a construção de mercados públicos de ferro integrou o conjunto de obras propostas pelos sanitaristas em resposta as insalubres feiras livres realizadas em várias regiões do país. Desse modo, cidades como Recife, com o Mercado de São José em 1875, Belém, com o Mercado Ver-o- Peso de 1901, São Paulo com a construção do Mercado São João em 1890, e o Mercado Municipal do Rio de Janeiro, construído na gestão municipal de Pereira Passos (1902-1906), serviram de vitrine para o remodelamento do espaço comercial das demais cidades brasileiras, evidentemente resguardadas as especificidades do processo de modernização que ocorreram nas cidades interioranas, especialmente tratando-se das transformações urbanas ocorridas nas cidades nortistas.

Segundo Sousa (2001), na cidade de Campina Grande as primeiras denúncias contra a feira e os procedimentos anti-higiênicos oriundos desta atividade comercial passaram a ser propostas pelos letrados campinenses na segunda metade da década de 1930, durante a gestão do prefeito Vergniaud Wanderley, principalmente no que se refere ao comércio realizado na antiga Rua Grande, hoje Maciel Pinheiro. O mesmo ainda aponta em seus escritos às tensões e conflitos que tal remodelamento urbano proporcionou entre os cidadãos, especialmente os feirantes, uma vez que o novo

---

<sup>49</sup> Adeotado Minervino Vilar (Datinho) era proprietário da fazenda Juá e foi prefeito da cidade de Taperoá entre os anos de 1951 a 1955. Desposou-se duas vezes, a primeira com Maria Marieta Bezerra, viúva de Homero Torres Vilar, e a segunda vez com Severina Pires Vilar. Com o avançar da idade vendeu sua fazenda a Odo Vilar e foi morar na cidade de Campina Grande, onde morreu aos 93 anos de idade.



Mercado Público, construído na gestão do interventor Bento de Figueiredo, passou a ocupar a mesma cartografia urbana da zona de meretrício, a região dos Currais.

Deste modo, levando em consideração o episódio ocorrido em Campina Grande na década de 1940, identificamos que o melhoramento urbano do espaço reservado às atividades comerciais na cidade de Taperoá não seguiu o mesmo princípio adotado pelo gestor campinense. Ou seja, o prefeito batalhaoense, com base no projeto de lei outrora citado, escolheu como área para construção do novo mercado, um perímetro urbano próximo a Rua do Comércio e as casas comerciais das elites que ali existiam, provavelmente atendendo aos requisitos dos comerciantes locais.

Divergindo do posicionamento do executivo campinense, Adeodato e o legislativo local parecem não ter conjecturado a possibilidade de realocar a feira para lugares afastados do centro da cidade, o que colocaria o “Liberdade” como possível receptor de tais atividades. Acreditamos que devido à presença de espaços moralmente inconvenientes neste perímetro, este bairro não se enquadraria nos requisitos básicos para recepcionar ditas atividades comerciais.

Apesar de ter sido iniciado na gestão do prefeito Adeodato Minervino (1951-1955), segundo algumas fontes, a obra da construção do mercado e açougue foram paralisadas no governo subsequente, momento em que voltava ao executivo local Manoel de Farias Sousa (1956-1959). Vejamos o que nos fala Terceiro Neto (2002, p. 182) sobre essa questão:

O prefeito Adeodato Minervino deu início à construção do novo mercado, em quadro onde hoje se encontra a sede da empresa telefônica, residências e casas comerciais. O seu sucessor, Manoel de farias Souza (Mandú) encontrou a obra com as sapatas concluídas e paredes em começo. Por não concordar com a sua localização, demoliu a construção. O velho “comércio” continuou empório de vendas a varejo em dias de feira.

Segundo conta nos relatos de Cavalcante Neto (S/D), Mandú (que era o líder político local do PSD) não apoiou a iniciativa do prefeito Adeodato ( datinho), quanto a localização da construção e mandou-o parar obra. Este fato teria sido o responsável pelo rompimento de Adeodato com os pessedistas locais, unindo-se, por sua vez, a oposição nas pessoas dos Dantas, dos Melquíades, de Herman Cavalcanti e Manoel Marcionilo. Como saldo dos fatos ficou a cidade sem mercado por mais de dez anos, pois, uma vez rompido, o então prefeito perdeu o apoio do então deputado José Ribeiro

de Farias, político local que destinava verbas para conclusão do empreendimento. Concretizou-se do Projeto Nº 13, apenas a edificação do matadouro público na localidade escolhida e sancionada na década de 1940.<sup>50</sup>

Apenas na primeira gestão do prefeito José Ribeiro de Farias<sup>51</sup> (1964- 1967) foi edificado o atual Mercado Municipal, (1300 m de área coberta), agora situado na zona leste da cidade. ( Bairro São José)<sup>52</sup>



Imagem XII- Mercado público municipal construído na gestão José Ribeiro de Farias (1966).  
Fonte: Arquivo Pessoal (2014).

Em seu governo, também foram abertas avenidas naquele perímetro para a facilitação das atividades comerciais, a exemplo da rua “Coronel Pedro de Farias” e “Euzébio Calixto”. Provavelmente, o seu constante interesse em urbanizar a região leste da cidade se dava pelo fato de ser proprietário da maioria das terras daquela área.<sup>53</sup>

Analisando o inventário patrimonial da Prefeitura Municipal de Taperoá do ano de 1963, procedido sobre os bens imóveis, móveis e industriais, encontramos a lista de bens públicos pertencentes à municipalidade recebidos pelo prefeito José Ribeiro de Farias no início de sua gestão. Vejamos abaixo:

<sup>50</sup> Ver mapa 1.

<sup>51</sup> José Riberio de Farias era coletor federal. Foi um dos principais chefes políticos de Taperoá durante 40 anos, eleito prefeito por duas vezes e deputado federal por três legislaturas (PSD-MDB). Cf. Terceiro Neto, 2002, 124.

<sup>52</sup> Encontramos no livro de registros e decretos da administração José Riberio de Farias (1963-1968) o decreto lei nº 4 de março de 1967, que nomeia prédios públicos construídos pelo gestor, entre eles, o novo Mercado Público, que recebe a denominação de Mercado Público Municipal de São José.

<sup>53</sup> No inventário Patrimonial de 1963 encontramos vestígios que atestam que o então prefeito, José Ribeiro de Farias era proprietário de terras naquele perímetro. Nele há referência ao Mictório público municipal do bairro São José, construído em terras de propriedade do então prefeito.

## QUADRO I

<b>BENS IMÓVEIS PRÓPRIOS MUNICIPAES</b>
<b>1 Prédio que funciona a prefeitura municipal</b>
<b>1 Casa à rua 15 de novembro nº 135 onde funciona a farmácia de Alfeu Queiroz</b>
<b>1 Sobrado velho à Rua 15 de novembro</b>
<b>1 Prédio situado à Praça da Bandeira onde funciona o Posto de Arrecadação da ponte</b>
<b>1 Prédio onde funciona o Chafariz público desta cidade</b>
<b>18 Prédios “digo” pequenos apartamentos denominados Avenida Prefeito Manoel de Farias Souza</b>
<b>3 Casas situadas em terreno do açude público, sendo 2 de tijolos e 1 de taipa</b>
<b>1 Horto Florestal, 1 Balaustrada e 1 Cacimba situado à margem do Rio Taperoá</b>
<b>1 Prédio situado à Rua 23 de maio desta cidade, onde funciona a empresa de luz desta cidade.</b>
<b>1 Prédio do Matadouro Municipal</b>
<b>1 Prédio situado na Vila de Assunção deste município onde funciona a empresa de Luz elétrica municipal</b>
<b>Construção do sangradouro do Açude do Estado feito a pedra, cal e cimento</b>
<b>1 Cemitério antigo desta cidade reconstruído</b>
<b>1 Cemitério “Da Consolação”</b>
<b>1 Cemitério situado na Vila de Assunção deste município denominado N. S. da Assunção</b>
<b>1 Tanque de abastecimento d’água situado por traz do chafariz</b>

<b>1 Mercado Público na Vila de Assunção</b>
<b>1 Prédio onde funciona o Posto de Higiene antigo</b>
<b>1 grupo de (10) casas situadas no Bairro Liberdade</b>
<b>TERRENOS</b>
<b>1 Terreno próximo ao açude Público adquirido por compra</b>
<b>1 Terreno medindo 3 hectares próximo ao cemitério “A Consolação” desta cidade</b>
<b>1 Terreno pequeno à margem do rio Taperoá anexo à propriedade dos Tomaz Diniz.</b>

FONTE: Inventário Patrimonial de Taperoá, 1963.

Podemos entender, observando-se o quadro acima, que durante as décadas de 1950 e 1960, período em que se vinha se dando a ocupação do bairro Liberdade por populares, os investimentos públicos aplicados pelos consecutivos gestores para aquele espaço urbano continuavam resumindo-se à presença das 10 casas construídas por Abdon de Sousa Maciel para recepcionar as meretrizes em 1939, do Cemitério Público Municipal, que como vimos, foi construído na década de 1930 e o prédio onde funcionou o Posto de Higiene Antigo (hospital). Todos, portanto, situados fora do perímetro urbano da cidade, enquadrando a mesma nos preceitos higienistas que primavam por afastar dos centros urbanos as “mazelas” sociais, presentes em tais espaços.

Ainda podemos perceber que o fato do poder público tratar o perímetro suburbano, denominado de “Liberdade”, a partir da invisibilidade e não enquadramento nos investimentos públicos ocorre muito mais pelo caráter de segregação, marginalização e confinamento, que estavam impregnados neste espaço, do que a falta de verbas públicas e áreas de propriedade da municipalidade. Como vimos no quadro acima, a edilidade possuía três hectares de terras próximas ao Cemitério que, poderiam recepcionar instituições do poder público voltados para o lazer e educação destinados aquela população.

Essa ausência de melhoramentos urbanos dos gestores públicos municipais frente ao constante povoamento do novo bairro, especialmente no perímetro ocupado

pelas meretrizes, fica ainda mais evidente quando analisamos a Lei Nº28/63 que decretava a denominação de ruas e vias públicas da cidade de Taperoá<sup>54</sup>. Neste encontramos:

Denominando às ruas e vias públicas da cidade de Taperoá e criando outras providências.

Art. 1º A partir deste momento de aprovação desta lei, as ruas e vias públicas desta cidade terão as seguintes denominações:

§ 5º A rua que nasce da casa de Claudina Hemino até encontrar-se com o paredão do Bairro da Liberdade, passará a chamar-se Cel. Dorgival Vilar.

§ 6º A rua que nasce por traz do Posto Velho até encontrar-se o paredão do Bairro da Liberdade, passará a denominar-se Capitão José Genuíno Coreia de Queiroz.<sup>55</sup>

A primeira observação a ser feita diz respeito à escolha do topônimo das ruas. Ambas as nomenclaturas homenageiam postumamente dois moradores “ilustres” do município, pertencentes à elite local. Coronel Dorgival Vilar foi um grande latifundiário, dono de fazendas de gado tanto na cidade de Taperoá como em Cacimbas de Areia. Já o Capitão José Genuíno de Queiroz era natural de Pernambuco e foi o primeiro prefeito da vila, além disso, era fazendeiro e dono de comércio na cidade.

Podemos perceber, com base nesse registro, que a escolha dos nomes dos logradouros da cidade correspondiam aos requisitos já adotados nas demais cidades brasileiras, desde o período de colonização portuguesa. Ou seja, nomear ruas e praças prestando homenagens póstumas a cidadãos “ilustres”, seja no âmbito da política, em suas três esferas; do funcionalismo público, especialmente nos mais altos cargos ou mesmo de latifundiários e comerciantes que compusessem a elite de um determinado lugar.

Entendemos, assim, que o ato de nomear ruas, avenidas, praças, travessas enfim, logradouros públicos, como o nome de habitantes “ilustres” de uma determinada região, nada tem de desprezioso e irracional, servindo, sobremaneira, para construir através desses símbolos, um elo identitário e de pertencimento nos seus habitantes, bem como para inserir no imaginário coletivo os personagens da historiografia oficial de uma dada região. Quanto a isto, Bourdieu (2011, p.113) nos fala: “o mundo social é também representação e vontade (...).

<sup>54</sup>Livro de Registros de Decretos da administração de Aprígio Pinto Barbosa de 1963.

<sup>55</sup> Para pagar as despesas decorrentes do emplacamento das vias públicas constantes na presente lei, o poder executivo autorizou a abertura de um crédito especial no valor de cem mil cruzeiros, equivalentes aos respectivos pagamentos.

Outro aspecto que devemos observar diz respeito ao perímetro urbano onde localizavam-se as ruas que receberam as denominações ou foram renomeadas pelo decreto lei. Estas, e as demais encontradas nos registros de decreto do município<sup>56</sup>, constituíam-se como logradouros já urbanizados sem a oficialização do poder público, ruas que tiveram o topônimo alterado e áreas em fase de urbanização e povoamento.

Contudo, podemos entender que a atitude do legislativo em nomear tais logradouros acabou esbarrando na murada que dividia o próprio bairro Liberdade. Se observarmos a fonte, perceberemos que a denominação das referidas ruas ocorre apenas no perímetro urbano anterior ao paredão, impedindo assim que os munícipes daquela região periférica, leia-se meretrizes, tivessem suas ruas nomeadas oficialmente e, assim sendo, conferissem para si uma identidade social coletiva de pertencimento, introduzida pelos demais habitantes.

Acreditamos que essa área, onde encontravam-se alocadas as meretrizes, só passou a receber seus referidos topônimos após a desapropriação das casas do meretrício na década de 1970, quando o então prefeito José Vilar (1977-1980) pôs fim à zona de meretrício e ao paredão que dividia a cidade “civilizada” do perímetro considerado promíscuo e suburbano. Atualmente a Rua Cel. Dorgival Vilar se estende até a cabeceira da pista que liga a cidade de Taperoá à Desterro pela PB 238, portanto, cortando totalmente o atual Bairro do Alto, antigo Liberdade.

Dos anos finais de 1970, conseguimos visualizar apenas uma obra de beneficiamento da edilidade no perímetro territorial do “Liberdade”, a construção da lavanderia pública municipal. Apesar de não conseguirmos detectar exatamente o ano de sua inauguração, tal espaço público começou a aparecer nos documentos municipais a partir do inventário da segunda gestão do prefeito José Ribeiro de Farias (1973-1976), quando o mesmo, ao evidenciar as propriedades da edilidade, apontou a existência de duas lavanderias no município, segundo o mesmo *“encontradas sem seu zelo, com paredes toradas (sic) e precisando de limpeza (sic) e concerto de suas torneiras”*.<sup>57</sup>

---

<sup>56</sup> Rua Manoel de Farias Souza (próxima ao antigo mercado), Rua Capitão Manoel Carneiro (próximo às Praças João Suassuna e presidente João Pessoa), Avenida Capitão Manoel Taigy (que nasce na esquina da casa comercial de José Gomes), a Rua Quintino Bocaiúva passara a se chamar Capitão Manoel de Farias Castro, a Rua Bela Vista a começar pela esquina da casa de Dona Odacy Vilar passará a se chamar Rua Quintino Bocaiúva, a travessa por trás do prédio residencial de Manoel Dantas Vilar passará a denominar-se Rafael de Farias, a Avenida que inicia-se na esquina da casa comercial Francisco Cavalcante será denominada Dr. Abdon de Sousa Maciel e a avenida que nasce na esquina da casa comercial Paulino Amâncio passará a se chamar Capitão Raimundo Rangel.

<sup>57</sup> Inventário Municipal 1973.

Possivelmente, esta obra tenha sido edificada no governo do prefeito Manuel de Assis Melo, Manuel Marcionílio (1969-1972)<sup>58</sup>, uma vez que o mesmo sucedeu José Ribeiro na sua primeira gestão, e a lavanderia não aparece nos inventários municipais das gestões anteriores.

Infelizmente, não conseguimos detectar o exato ano de instalação da lavanderia no “Liberdade”. Nossas fontes orais não nos apontaram nenhuma data provável. Deste modo, acreditamos que a mesma deve ter sido construída pela edilidade no recorte temporal acima citado, já que, durante a década de 1970, ela começa a aparecer com ênfase nos documentos municipais oficiais, como nos demonstra o requerimento da vereadora Laurita Vilar em 1977.

Considerando que as duas lavanderias, uma na Vila Popular e a outra na rua Cel. Dorgival Vilar se encontrem em completo abandono. Considerando que as referidas lavanderias são de utilidade pública. Solicito ao prefeito José Vilar o melhoramento das mesmas.(1977)

Nesse sentido, podemos entender que a presença de dado espaço público nas cercanias do bairro Liberdade, tenha sobremaneira, influenciado o cotidiano dos moradores daquela região, especialmente o das mulheres de classe social menos favorecidas, uma vez que as mesmas passaram a realizar algumas atividades domésticas naquele dito espaço, como também a exercer trabalhos extras, a exemplo da atividade de lavadeiras, para complementar a renda familiar.<sup>59</sup>Evidentemente essa obra também afetou o cotidiano da elite local, a quem essas mulheres prestavam serviço.

Ainda podemos apontar como obra de urbanização do perímetro urbano da cidade de Taperoá a ampliação, no governo Manoel Marcionílio (1969-1972), da Praça João Suassuna, situada no pátio da Igreja de São Sebastião, antiga Matriz da cidade, que, segundo Terceiro Neto (2002, p. 182), havia servido inclusive para a prática de vaquejadas. O prefeito ainda abriu horizontes da estreita abertura a leste, desapropriando os armazéns do coronel Francisco Bezerra. Esse espaço que posteriormente, como evidência Terceiro Neto (2002), recebeu o Fórum “Desembargador Manoel Taigy”, e o escritório da Empresa de Assistência Técnica e

---

<sup>58</sup> Político da ARENA

<sup>59</sup> Atualmente a Lavanderia pública do bairro do Alto, encontra-se situada a rua Dorgival Vilar, completamente deteriorada e sem funcionamento.

Extensão rural da Paraíba (EMATER), duas repartições públicas alocadas na área central da cidade durante a segunda metade da década de 1980<sup>60</sup>.

Outro símbolo que para a sociedade moderna e capitalista representa o desenvolvimento de uma cidade começou a fixar vínculos na cidade de Taperoá a partir do Decreto Lei Nº 6 de 5 de abril de 1967, que autorizava a doação de uma murada pertencente a Prefeitura, para a construção da Agência do Banco do Estado<sup>61</sup>. No livro de Registro de decretos encontramos:

O prefeito municipal de Taperoá faço saber que a Câmara Municipal de Taperoá decretou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei.

Art. 1º Fica o poder executivo de Taperoá autorizado a fazer uma murada situada à “Praça das Mães”, esquina com a travessa Alfeu de Queiroz medindo 12 metros e 50 cent. Por 30 metros e 70 cent. De fundos, construída em terreno foreiro do patrimônio de N. S. da Conceição ao Banco do Estado da Paraíba S.A.

Art.2º O terreno da murada citada no artigo anterior, destina-se unicamente a construção de um prédio para o funcionamento do Banco do estado da Paraíba S.A nesta cidade. (Grifos nossos)

Estabelecendo uma análise cartográfica da cidade, percebemos que a posição geográfica escolhida para recepcionar as instalações do Banco Paraiban encontra-se inserida no mesmo quadrante da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e da Praça das Mães<sup>62</sup>. Ou seja, o mesmo passaria a oferecer suas funções aos munícipes em um ambiente já urbanizado e distante geograficamente, portanto, das áreas periféricas da cidade.

A exclusão de investimentos públicos no “Liberdade”, fica ainda mais evidente quando analisamos as melhorias patrocinadas pelo executivo municipal, especialmente nas gestões de José Ribeiro de Farias (1964-1968 e 1973-1976), em outro bairro popular da cidade: o São José<sup>63</sup>.

---

<sup>60</sup> No projeto lei nº63/84, aprovado por unanimidade pelo legislativo e sancionado pelo prefeito José de Assis Pimenta (1982-1988), encontramos registros da autorização dos vereadores para compra do terreno e despesas para aquisição do referido imóvel, com a finalidade de construir o Fórum e a EMATER na cidade.

<sup>61</sup> O Banco da Parahyba, primeiro banco paraibano fundado por políticos e capitalistas de João Pessoa, então Parahyba do Norte, foi fundado em 11 de janeiro de 1924, tendo à frente Isidro Gomes. Em 1929 o Estado socorreu o banco então em dificuldades e assumiu seu controle, transformando-o no Banco do Estado da Paraíba. Durante o governo Collor, foi liquidado pelo Banco Central. Voltou a funcionar em 1992, com apenas 5 agências. Disponível [www.bancodobrasil.com.br](http://www.bancodobrasil.com.br). Acesso em 18/08/2014.

<sup>62</sup> Ver mapa 1.

<sup>63</sup> Ver mapa 3.



À frente do gabinete municipal em sua primeira gestão (1964-1967), Zé Ribeiro, (como era conhecido pelos munícipes) destinou verbas dos cofres públicos para a construção da “Escola Coronel Pedro de Farias”<sup>64</sup>, primeira a ocupar o perímetro suburbano da cidade no sentido leste e que levava o nome do pai do gestor, antigo chefe da coletoria federal.

Até a década de 1960, Taperoá contava com algumas escolas públicas, distribuídas tanto no perímetro urbano da cidade como na zona rural, espaço este bastante povoado naquele período. Entre elas podemos destacar: A Escola da Irmã Cotinha, inaugurada na década de 1920 e localizada à Rua 15 de Novembro; a Escola Elementar Mista, que ocupou a mesma residência onde funcionou a escola da religiosa; a Escola da Fazenda Santa Maria de propriedade de Melquíades Vilar e que contava à frente do magistério com o professor Gastão Estelita de Barros as escolas do Jardim e Bonito, ambas na zona rural da cidade; e o grupo escolar “Félix Daltro”. “principal casa de ensino público da cidade, construído no governo Argemiro de Figueiredo e inaugurado em janeiro de 1940” (TERCEIRO NETO, 2002 p. 110). Também era comum nesse período a presença de mestres-escolas que alfabetizavam meninos e meninas do município a fim de ganharem seus tostões. Como exemplo podemos destacar o professor Emídio Diniz, que segundo Terceiro Neto (2002), foi mestre de Ariano Suassuna<sup>65</sup>.

Já nas décadas posteriores serviram de estabelecimentos educacionais aos munícipes: a escola pública da Lagoa Queimada, construída na gestão do governador Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo (1947-1950); o Instituto “Rita Suassuna” de iniciativa privada e dirigida por Adelaide Dantas Vilar; e a escola Comercial Minervino Cavalcanti, fundada por Adonias de Querioz Melo e que, de início, alocou-se nas salas do grupo Escolar “Félix Daltro”, transferindo-se posteriormente para o prédio do antigo Posto Médico.

---

<sup>64</sup> Encontramos no Livro de Registros e Decretos de 1963 a lei que estabelece o topônimo do grupo escolar municipal, que passa, a partir da promulgação desta, a se chamar “Coronel Pedro de Farias”.

<sup>65</sup> Ariano Vilar Suassuna nasceu em Nossa Senhora das Neves, hoje João Pessoa (PB), em 16 de junho de 1927, filho de Cássia Villar e João Suassuna. Com a Revolução de 30, seu pai foi assassinado por motivos políticos no Rio de Janeiro e a família mudou-se para Taperoá, onde morou de 1933 a 1937. Nessa cidade, Ariano fez seus primeiros estudos e assistiu pela primeira vez a uma peça de mamulengos e a um desafio de viola, cujo caráter de “improvisação” seria uma das marcas registradas também da sua produção teatral.

Disponível em: <http://www.academia.org.br//abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=226&sid=305>. Acesso: 20/08/2014.

Observando a localização geográfica das referidas escolas, podemos perceber que as mesmas polarizaram-se em duas regiões do município: na zona urbana da cidade, em áreas já urbanizadas; e na zona rural, espaço esse que alocava um contingente populacional bastante expressivo naqueles idos<sup>66</sup>.

Com a inauguração do Grupo escolar “Pedro de Farias”, na década de 1960, abre-se uma nova possibilidade de acesso à educação aos habitantes de um bairro popular, uma vez que os moradores do “São José” passaram a recebê-lo no próprio perímetro suburbano. Tal iniciativa possibilitou não só a potencialização da democratização do ensino, como também modificou a cartografia da urbe no que consiste a localização geográfica e seus investimentos públicos.

Quanto ao bairro Liberdade (Alto)<sup>67</sup>, encontramos indícios de que as primeiras atividades relacionadas à educação daquela população tenham-se iniciado em 1939, quando o pároco local João Noronha fundou a Escola Paroquial “Frei Martinho”. Com o intuito de oferecer aprendizado as crianças pobres da cidade, filhos de pedreiros, lavadeiras e outros assalariados, o referido padre convocou a educadora Reuza Ribeiro para a função de professora. Abaixo segue um registro fotográfico que demonstra indícios de tal atividade educativa:



Escola Paroquial “Frei Martinho”, fundada pelo padre João Noronha em 1939, funcionava na antiga igreja. Foi cenário para a foto à frente da atual matriz. À direita a professora Reuza Ribeiro, ao centro os alunos e à esquerda o padre João Noronha.

<sup>66</sup> No recenseamento de 1950, vê-se a preponderância numérica da população rural sobre a urbana, onde 2.423 dos taperoenses habitavam a zona urbana, 249 o perímetro suburbano, e 14.758 residiam no campo.

<sup>67</sup> Anterior ao período histórico que analisamos, nos fins da década de 1930, o pároco local João Noronha criou a Escola Paroquial “Frei Martinho”, com o objetivo de alfabetizar os filhos dos pedreiros, lavadeiras e assalariadas especialmente do bairro Liberdade. Naquela unidade de ensino trabalhou como professora a senhora Reuza Ribeiro de Queiroz.

A interferência pública municipal e estadual voltada para a educação passa a ser minimamente, neste bairro visualizada em meados da década de 1970. Primeiro com a criação da Escola Estadual de 1º grau pelo decreto nº 6.184 de 1974<sup>68</sup>, posteriormente denominada Melquíades Vilar<sup>69</sup>, que de acordo com Terceiro Neto (2002, p. 114) “prestou valiosos serviços a educação da juventude taperoaense”, e a partir do convênio celebrado entre a edilidade, na figura do prefeito José Ribeiro, e iniciativa privada, através do Colégio Nossa Senhora das Graças.

Em meados de 1976, o então prefeito sancionou a Lei Nº 11, que autorizava o poder público a doar o prédio do antigo posto de saúde, completamente deteriorado, a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, para que ali se instalasse o Colégio de Freiras, passando, por sua vez, ao patrimônio paroquial todos os direitos referentes ao prédio. Um ano após a negociação, o poder público local celebrou convênio com a unidade de ensino, a fim de custear bolsas de estudos aos estudantes pobres de Taperoá. No projeto de Lei Nº 6 de 11 de janeiro de 1977, encontramos:

Art 1º Fica o poder executivo municipal autorizado a celebrar convênio com a Escola Normal Nossa Senhora das Graças, com a finalidade de custear as despesas com BOLSAS DE ESTUDOS aos estudantes pobres do município.

Art 2º Para custear tais despesas fica o poder público autorizado a proceder a abertura de crédito especial no montante de CR\$ 10.000,00. (Dez mil cruzeiros).

Desse modo, os investimentos dos poderes públicos, no que diz respeito à educação dos habitantes daquele bairro, resumia-se até os idos de 1970, a concessão de bolsas de estudos que, acreditamos alcançava apenas uma minoria de beneficiados, haja a vista que o projeto lei beneficiava estudantes carentes de toda a cidade, e a presença de um educandário estadual atendendo apenas as séries iniciais, fundado em 1974.

---

<sup>68</sup> O referido grupo escolar funcionava em um prédio público por trás da matriz de Nossa Senhora de Conceição, construído na gestão do governador Ernani Sátiro. O segundo grau foi instituído apenas na gestão de Ivan Bichara Sobreira em 1978.

<sup>69</sup> A denominação “Melquíades Vilar” ao educandário foi instituída pela lei estadual nº 4.526 de 1983, no governo Wilson Braga. Uma homenagem ao proprietário da fazenda Santa Maria que, segundo Terceiro Neto (2002), na década de 1940, construiu salas de aula em sua propriedade, a fim de educar crianças, jovens e adultos da redondeza.

Alguns dos nossos depoentes, a exemplo da senhora Estelita Matilde Ramos<sup>70</sup>, nos evidenciaram que a concessão de bolsas de estudos a moradores carentes da cidade e, conseqüentemente do “Liberdade”, era também prática comum de outra unidade de ensino da iniciativa privada: A Instituição Rita Suassuna. Segundo a mesma, quando não podia doar a bolsa completa, a senhora Adelaide Dantas Vilar, Dona Dêda, como era mais conhecida pelos munícipes, facilitava as negociações com os pais dos alunos menos abastados, para que seus filhos permanecessem na escola e concluíssem suas provas, mesmo com o pagamento das mensalidades atrasada.

Desse modo, podemos perceber que, até os anos finais da década de 1970 a atuação da edilidade frente à educação dos moradores do Liberdade, resumia-se basicamente a concessão de bolsas de estudos aos estudantes menos favorecidos daquela territorialidade, que passavam a frequentar o espaço educacional dos estudantes de classe privilegiada, pelo benefício da doação e caridade.

Instituição educacional construída pelo poder público municipal, com a finalidade de absorver os estudantes daquela região, só foi realizada, com base nas fontes que angariamos, no início da década de 1980, com a construção da unidade escolar “Odacy Vilar”.<sup>71</sup>

Diferentemente do que ocorria no bairro Liberdade, ainda podemos apontar como melhoramento urbano no perímetro suburbano da cidade a construção, no início da década de 1970, do campo de futebol municipal no bairro “São José”.

À frente do executivo municipal em seu segundo mandato, José Riberio de Farias<sup>72</sup> (1973-1976) destinou verbas, através da abertura de créditos especiais, tanto para a construção do referido campo como para o pagamento de indenização aqueles que tiveram seus terrenos desapropriados. Nos livros de Registros de Leis de 1973 e no Livro de registro de Decretos encontramos, respectivamente:

Lei Municipal nº 16 de 21 de setembro de 1974  
Abre crédito especial e dá outras providências. O prefeito municipal de Taperoá faz saber que o poder legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

<sup>70</sup> Entrevista concedida a autora em 30/09/2014.

<sup>71</sup> Devemos evidenciar que muitos moradores do bairro Liberdade, realizaram sua formação escolar na Escola Estadual Félix Daltro, da qual aqui já tratamos. Entretanto, tal unidade de ensino não se encontra localizada efetivamente no referido bairro, apesar de encontra-se bem próxima daquele perímetro.

<sup>72</sup> Os beneficiamentos realizados por José Riberio na cidade de Taperoá e no bairro popular “São José” e a proximidade familiar do mesmo com o prefeito José Luiz Monteiro de Farias (1989-1992), renderam-lhe homenagem na sua primeira gestão, com a criação da Fundação José Riberio- FUNZER, destinada à assistência das camadas mais pobres da população.

Art. 1º Fica o poder executivo autorizado a construir um Campo de Futebol situado no subúrbio desta cidade.

Art 2º Para atender as despesas decorrentes da presente lei, fica o poder executivo autorizado a abrir crédito especial até o montante de CR\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil cruzeiros).

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.<sup>73</sup>

E ainda:

Decreto de nº 19 de 30 de junho de 1974

Art. 1º Fica aberto na tesouraria da Prefeitura Municipal de Taperoá um crédito CR\$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos cruzeiros) para fazer face ao pagamento de desapropriação de prédios e terrenos na cidade de Taperoá.

Art. 2º Fica desapropriado um terreno no subúrbio desta cidade, no lugar Belo Horizonte<sup>74</sup> de propriedade de José Cícero Viturino no valor de CR\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) e um no mesmo local pertencente ao espólio de Joaquim Bento de Farias, no valor de CR\$ 800,00 (oitocentos cruzeiros) para a construção do campo de futebol.



Imagem XII- Estádio Municipal José Ribeiro de Farias “O Ribeirão”, construído e inaugurado por Zé Ribeiro em 1976. Arquivo: Cavalcante Neto.

Ao analisarmos as citadas fontes, algumas inquietações tornam-se iminentes. Se, como vimos em parágrafos anteriores, a prefeitura municipal era proprietária de 3 hectares de terra ao sul da cidade, mais precisamente no bairro Liberdade, por que então custear indenização de desapropriação de terrenos em outra zona suburbana da cidade?

<sup>73</sup> No livro de registro de leis do município encontramos o Decreto Nº 6 de 31 de outubro de 1976, que determina o topônimo do novo estádio. O mesmo passa a partir de então a chamar-se “O Ribeirão”, em alusão ao prefeito José Ribeiro de Farias.

<sup>74</sup> Atualmente a região onde encontra-se o Estádio “o Ribeirão” chama-se Bairro “São José”.

Por que não construir o referido espaço de lazer no bairro Liberdade, onde evidentemente os custos seriam menos numerosos ao erário? Possivelmente, o fato de grande parte daquelas terras pertencerem a família Farias tenha valorizado essas negociações no âmbito pessoal.

Somado a isto, temos a presença dos três espaços “anti-higiênicos” segregados naquele perímetro que impossibilitariam tais construções no “Liberdade”. Acreditamos que, como ali estavam concentrados o Cemitério público, o Posto de Saúde e Zona de Meretrício, especialmente, não seria de bom tom investir na construção de um campo de futebol naquela localidade. Inclusive, há registros que indicam que o antigo campo de futebol da cidade, também construído por José Ribeiro, localizava-se no que hoje é o segundo vão do cemitério “A Consolação” e fora dali transferido para o bairro “São José”, como aparece na fotografia abaixo:



Imagem XIII- Estádio Municipal Edson de Queiroz, construído pelo prefeito José Ribeiro de Farias e funcionou entre 1973 e 1975 na área do atual cemitério “A Consolação” (segunda ala). Arquivo: Reuza Ribeiro.

Essa transferência provavelmente tenha ocorrido por várias motivações, ampliar o cemitério a fim de construir novas sepulturas; impedir que famílias mais abastadas mantivessem contato, mesmo que indiretamente, com o meretrício, já que o mesmo era via de acesso para o cemitério e, conseqüentemente, para o campo; e impossibilitar a degradação do homem comum e a dissolução do modelo de família burguesa, uma vez

que, unir futebol e mulheres de “vida fácil” seria estar na contramão do discurso moralista, propagado no Brasil desde o início do século XX. Quanto a isso Oliveira (2002, 196) nos fala:

A família burguesa não é um objeto dado, doado pela modernidade, mas uma produção de olhares, de visões distintas, de conflitos. (...) e nessa construção, muitas práticas discursivas proporcionam-lhe visibilidade, entre elas priorizamos o discurso-médico-higienista e o seu cuidado de limar o corpo familiar que vinha a luz.

Podemos assim consubstanciar que, diante sua pequenez marginal e da eficácia do aparelho disciplinador e higienizador social do Estado, o exercício das práticas de sociabilidades dos habitantes do bairro Liberdade tenha se dado no espaço em que residiam, apenas através dos “divertimentos improvisados”, já que os mesmos não contavam com um espaço de lazer financiado pela iniciativa pública. Entretanto, através do discurso memorialista, percebemos que os mesmos também praticavam os lazeres proibidos em ambientes públicos, religiosos e da iniciativa pública, localizados no perímetro urbano, uma vez que, apesar da segregação e representação social negativa, praticaram esses espaços através das táticas das quais nos fala Certeau: “muitas práticas cotidianas são do tipo táticas. E também, uma grande parte das ‘maneiras de fazer com’: vitórias do ‘fraco’ sobre o mais ‘forte’, pequenos sucessos, artes de dar golpes, astúcias” (CERTEAU, 2001, p.47).

Encontramos indícios que evidenciam outro melhoramento urbano do prefeito José Riberio no bairro popular “São José”: a construção de um clube recreativo, ao qual nomeou de “Celso Mariz”. A informação fora colhida de um pequeno encarte em formato de calendário do ano de 1977, onde o então gestor despede-se da população, em seu segundo mandato, saudando-a pela ocasião da passagem de ano. O mesmo aproveita a oportunidade para lembrar aos munícipes suas realizações enquanto esteve à frente do executivo municipal por duas gestões (1964-1967 e 1973-1976), dentre elas destacamos: a construção do Colégio municipal e do posto médico na vila de Assunção; a criação do Departamento de educação e a restauração da Biblioteca municipal de Taperoá; a criação de quatro grupos escolares na zona rural e da escola “Pedro de

Farias” na zona urbana<sup>75</sup>; a construção do mercado de frutas; a construção do campo de futebol e a urbanização de algumas ruas centrais da cidade.

Observando detidamente tal registro histórico, conseguimos localizar, a princípio, apenas uma obra de melhoramento urbano no bairro Liberdade (Alto) nos governos de José Riberio de Farias: a relocação do campo de futebol da cidade para o bairro São José, como aqui já evidenciamos, e a ampliação do Cemitério “A Consolação”, com a construção da sua segunda ala.

Podemos induzir, com base nestas iniciativas, que as ações da edilidade frente ao referido perímetro perpetuavam-se no sentido de associá-lo sempre a espaços anti-higiênicos, restringindo a zona urbana da cidade os ambientes ditos sadios. Como vimos acima, esta prática estava tão arraigada no imaginário local, em especial dos seus gestores, desde as primeiras décadas do século XX.

É ainda desta década a implantação na cidade da primeira filial do Banco do Brasil, que, segundo Terceiro Neto (2002) só tornou-se possível devido a sua iniciativa perante a presidência do Banco. O mesmo, nos diz:

Foi o autor deste modesto trabalho, à época prefeito da capital<sup>76</sup>, quem elaborou o memorial com o acervo de informações sobre a população de Taperoá e municípios circunvizinhos, volumes de produção, composição fundiária, rural, rebanhos, meios de comunicação, potencialidades de desenvolvimento, etc. levando-o à direção do banco na capital da República. Acompanhava-o, o ex-prefeito Manoel Marcionílio. Não tardou a outorga da carta patente para a abertura da agência. Escolhido e indicado vice-governador da Paraíba, veio o autor à sua terra com a equipe técnica do Banco incumbida de selecionar e adquirir a área para a construção da agência, inaugurada em 03.04.1976.

Para além da ênfase no discurso político, podemos perceber que o município de Taperoá ocupava uma posição central em relação aos circunvizinhos, especialmente seus distritos, fornecendo as atividades bancárias e jurídicas para os municípios fronteiriços. O mesmo, como aponta Terceiro Neto (2002), reunia condições suficientes

---

<sup>75</sup> Os referidos grupos foram construídos nas seguintes localidades: sítios Parelhas, Pedra D’ Água, Quixaba e Carnaúba.

<sup>76</sup> Dorgival Terceiro Neto nasceu na cidade de Taperoá no dia 12 de setembro de 1932. Filho de Melquíades Vilar e Eliza Vilar era advogado, político e escritor. Sua trajetória política iniciou-se em 1971, quando foi nomeado pelo então governador Ernâni Sátiro prefeito de João Pessoa. Em 1974 foi eleito indiretamente vice-governador do Estado, no governo de Ivan Bichara. Em 1978, assumiu o executivo estadual até o ano seguinte.



para recepcionar uma agência filial do referido banco, o que foi ainda mais facilitado pela presença do taperoense à frente do executivo estadual.

Não encontramos registros nos arquivos do município da inauguração da agência do Banco do Brasil, nem mesmo da concessão, por parte dos legisladores e do prefeito do município, de terrenos para locação da repartição bancária, o que nos soou bastante estranho, dada à frequência e organização cronológica dos decretos lei das gestões de José Ribeiro. Em pesquisa aos arquivos cartoriais da cidade descobrimos que os terrenos de Taperoá daqueles idos constituíam-se basicamente em terras foreiras da Prefeitura e da Igreja e terrenos de propriedade privada, o que nos leva a crer que, para a instalação dos serviços bancários no município, apenas as duas últimas alternativas se tornam convenientes. Provavelmente, José Ribeiro não o tenha feito devido ao posicionamento político que ocupava durante o bipartidarismo da ditadura civil-militar. O prefeito foi eleito pelo MDB, partido de oposição moderada, já Dorgival Terceiro Neto, em substituição a Ivan Bichara, compunha a base situacionista da ARENA.

Quanto à escolha da localização geográfica para a instalação da nova agência, notamos que a mesma fora construída na zona norte da cidade<sup>77</sup>, mais precisamente na parte inicial da principal avenida da cidade, Epitácio Pessoa<sup>78</sup>. Acreditamos que tal escolha tenha se dado, primeiro, devido à facilitação do acesso aos correntistas vindos dos municípios fronteiriços e, segundo, pela proximidade desta instituição à área comercial da cidade, já que a poucos metros dali encontrava-se o Mercado Público Municipal, inaugurado em 1968.

Por fim, resta-nos apontar a chegada das duas últimas instituições públicas ao município de Taperoá no final da década de 1970. Naqueles idos a cidade estava sob a administração do prefeito José Vilar (1976-1980), também coligado ao MDB, e apoiado por seu antecessor José Ribeiro.

Sob sua administração foram construídos, com recursos das iniciativas estadual e federal, o Hotel “A Pedra do Reino”<sup>79</sup> e a Associação Atlética do Banco do Brasil

---

<sup>77</sup> Ver mapa 1.

<sup>78</sup> Após a construção da ponte nova houve a abertura dessa rua. Algumas casa foram demolidas nessa oportunidade.

<sup>79</sup> Em “Taperoá: crônicas para a sua história”, Dorgival Terceiro Neto aponta sua participação, quando esteve à frente do executivo estadual, para a construção do referido Hotel. O mesmo ainda aproveitou a oportunidade para fomentar suas críticas ao grupo político liderado por José Ribeiro, que permaneceu durante anos na administração municipal. Segundo ele quando a prefeitura passou a gerenciar esse hotel, o mesmo ficou submetido a hiatos de fechamentos e aberturas, e chegou, em certos momentos, a achar-se em estado deplorável.

(AABB), em uma área suburbana situada ao extremo norte da cidade<sup>80</sup>. No livro de Registro de leis do município encontramos:

Lei municipal nº 23 de julho de 1978.

Autoriza desapropriação de terreno e dá outras providências.

Art. 1º Fica o Poder executivo, autorizado a proceder desapropriação de 1 (um) hectare de terra na zona suburbana desta cidade de Taperoá, estado da Paraíba, encravada na fazenda “panatis” de propriedade do Dr. Antônio Vilar Filho, limitando-se ao norte, com terras pertencentes a prefeitura municipal, ao leste com terras do Dr. Antônio Vilar Filho e, ao poente, com a estrada Taperoá/ Barra.

Parágrafo Único- Fica a Prefeitura Municipal, autorizada a fazer doação do terreno objeto desta lei, à Associação Atlética Banco do Brasil (AABB) para a construção da sua sede própria.

Art.2º para efeito da desapropriação fica aberto o crédito especial de édito especial de CR\$ 1.000.00 (hum mil cruzeiros).

E:

Lei municipal nº 25 de 15 de agosto de 1978.

Autoriza desapropriação e dá outras providências

Faço saber que a Câmara municipal decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o poder público autorizado a decretar de utilidade pública para efeito de desapropriação o terreno de propriedade do Sr. Francisco Bernardo da Silva, com as seguintes confrontações: ao sul numa extensão de 347 metros com terras de Oriel Queiroz; a leste numa extensão de 100 metros com terras pertencentes ao Dr. Antônio Vilar Filho; ao norte e poente numa extensão de 390 metros pela estrada Taperoá/ Paraíba.

Paragrafo Único- o terreno objeto desta desapropriação, destina-se à construção de um Hotel.

Art. 2º Para efeito de pagamento de desapropriação mencionada fica aberto um crédito especial de CR\$ 18.00,00, para ocorrer inclusive com as despesas cartoriais.

Podemos identificar, a partir das fontes citadas, que mais uma vez um gestor municipal destina verbas do erário para fins de pagamento de desapropriação de terrenos em áreas suburbanas da cidade para a construção de novas instituições, privada e do poder público, voltadas, dessa vez, para o lazer de alguns cidadãos e para hospedagem dos visitantes vindos ao município.

Não seria difícil perceber o motivo que teria levado José Vilar a não recorrer aos três hectares de terras localizados no Bairro Liberdade. O desconforto ameaçador de

---

<sup>80</sup> Ver mapa 4.

ter como vizinhança a zona de meretrício minaram, durante longos quarenta anos, qualquer possibilidade de investimento público naquela área, apesar deste perímetro localizar-se geograficamente na rota de saída para o sertão. Todo esquema de confinamento e funcionalidade social relegaram ao bairro não só à construção de representações sociais negativas, como também impossibilitaram a seus habitantes praticar certos espaços de diversão, como no caso do Hotel e da Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB)<sup>81</sup>.

O primeiro servia para proporcionar estadia aqueles que visitavam o município e não tinham aonde realizar suas refeições ou pernoitar. De arquitetura pomposa e com requintes de luxo, “O Pedra do Reino” distinguia-se das simples habitações do “Liberdade” e estava longe de ser um espaço onde seus habitantes poderiam estabelecer suas práticas sociais.

Já a Associação Atlética do Banco do Brasil, como o próprio nome já diz, foi criada no intuito de aglomerar os funcionários da entidade federal, juntamente com suas famílias para a prática de lazeres diversos, o que indica que o mesmo, quando da sua fundação, recepcionava apenas os munícipes da classe social mais abastada, o que exclui, por consequência, a presença dos habitantes do “Liberdade” e de outros bairros populares da cidade nesse espaço

Através dos relatos orais de memória da senhora Maria de Lourdes da Silva<sup>82</sup>, conhecida popularmente como Dona Lurdinha, tivemos conhecimento de uma das poucas interferências do poder público no bairro Liberdade, no espaço segregado, anteriormente pelo paredão. Foi quando, na gestão do prefeito José Vilar (1978-1980), ocorreu à desapropriação das casas ocupadas pelas meretrizes, de propriedade do município, dando fim a zona de meretrício naquela localidade<sup>83</sup>.

Os silêncios e omissões dos registros públicos que tratem da vida cotidiana no “Liberdade” deixam transparecer que o ato de isolar e confinar determinado espaço, perante o desenvolvimento vivenciado no perímetro urbano da cidade, foi consubstanciando para sua segregação espacial e permitindo a formação do modelo de cidade de concepções urbanistas onde a mesma passou a separar geograficamente

---

<sup>81</sup>Existem cerca de 1.200 AABBs no País, sendo cada uma delas um clube administrado de forma independente, porém com o mesmo princípio, já que as AABBs foram criadas e são geridas pelos próprios funcionários do Banco do Brasil.

<sup>82</sup>Entrevista concedida a autora em 11/12/13.

<sup>83</sup>Tivemos acesso ao Requerimento de autoria do então presidente da Câmara de vereadores José de Assis Pimenta que trata da desocupação do Meretrício no governo Zé Vilar, mais precisamente no ano de 1977. No mesmo o legislador requer os objetos da edilidade referentes ao material de construção, tais como: telhas, tijolos e madeira.

espaços, perante as funcionalidades sociais de cada um. Como evidencia Barros (2012 p. 75):

É a esta prática cidadina de separação das classes sociais e funções no espaço urbano que os estudiosos denominam “segregação espacial”. A noção abrange tanto as eventuais separações entre “residência” e “trabalho” com os alocaamentos de grupos sociais e culturais definidos em espaços diferenciados.

Destarte, tornam-se compatíveis as experiências de fechamento da zona de meretrício na década de 1970, e o processo lento e gradual de interferência do poder público no referido perímetro suburbano. Assim, só quando a zona deixa de ser empecilho aos olhos do discurso moralista e a prostituição relega-se ao anonimato, é que torna-se possível a construção de novas práticas e representações do viver urbano.

## **2. LIBERDADE, UM BAIRRO “MARCADO” PELA PROSTITUIÇÃO E CRIMINALIDADE.**

*O preconceito quanto à origem geográfica é justamente aquele que marca alguém pelo simples fato deste pertencer ou adivir de um território, de um espaço, de um lugar [...]*  
(ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p.11)

### **2.1 UM ESTUDO SOBRE O COTIDIANO DA ZONA DE MERETRÍCIO TAPEROAENSE (1940-1970)**

Não poderíamos construir uma narrativa histórica que tem como objetivo principal estudar o Bairro Liberdade, o qual, como vimos anteriormente, recepcionou os espaços ditos anti-higiênicos pelo discurso médico, higienista e moral, sem tratar do cotidiano de um espaço, em especial, que fora não só personagem central do conflito político-religioso da década de 1930, como também serviu de espaço de sociabilidade masculina durante vários anos na cidade e contribuiu, sobremaneira, para construção do imaginário social coletivo em torno daquele perímetro urbano.

Tratar do cotidiano do cabaré é descrever ruas fétidas, sujas, mal iluminadas, bebedeiras, algazaras, violência, festas, amor e prazer, enfim, uma mistura de sensações, sentimentos e ações próprios daquele ambiente e que para compreendê-los faz-se necessário não só pensá-lo a partir do seu próprio referente, como também estabelecermos um diálogo da zona de meretrício com o seu contraponto, seu contraditório: a instituição familiar burguesa.

Como salienta Roberts (1998), o século XIX viu florescer o triunfo da burguesia nas suas mais variadas vertentes (economia, política e ideologia), inclusive em se tratando da disseminação de ideias e costumes para toda a sociedade, sobretudo para as mulheres. Nesse sentido, o “título” de mulher ideal perante os pré-requisitos do modelo familiar burguês europeu e, posteriormente, brasileiro, aplicava-se àquela que se enquadrasse nas funções de boa esposa, mãe dedicada e exemplar que gerava filhos saudáveis, robustos e civilizados para a nova nação, especialmente se ela não

apresentasse instintos libidinais, já que a função dos seus corpos era unicamente o da procriação.

Por conseguinte, no centro do discurso burguês estavam aquelas que se constituem enquanto sujeitos primordiais para a funcionalidade social do meretrício: as prostitutas.

Roberts (1998), analisando os discursos científicos construídos em torno das prostitutas ao longo do século XIX, nos diz: “(...) a prostituta era vista tanto como necessária como quanto nojenta, uma mistura ambígua de defensora sagrada da família e fossa obscena” (ROBERTS, 1998 p. 264).

Divergindo dos códigos de conduta pensados para a mulher nos finais do século XIX e início do XX, a prostituta situava-se exatamente no pólo oposto da representação social construída em torno da mulher burguesa, de mãe e esposa, pois ela continha desejos e sensações sexuais, ao passo que, esta como afirmaria o sexólogo vitoriano Dr. William Acton, se constituía enquanto “uma criatura pura e assexuada da sua própria fantasia”.

Sob a perspectiva de Rago (2008):

A prostituta é aquela que, ao contrário da mulher honesta e pura, vive em função da satisfação de seus desejos libidinosos e devassos. Ela “tem um andar, um sorriso, um olhar, uma atitude que lhe são próprios; é preguiçosa, mentirosa, depravada, extremamente simpática ao álcool, despreocupada do futuro, e muitas vezes destituída de senso moral”. Antítese da esposa honesta, a mulher da vida tem um “apetite sexual exaltado, (...) inato e incontido, que leva a precocidades, por vezes fantásticas, na prática de perversões ou mesmo do coito”. É burra e ignorante: “Limitadíssimos são os seus recursos intelectuais, raríssimas mulheres raciocínio ou pequena contribuição lógica (...)”. Leviana, inconstante, volúvel, irregular, adora o movimento, a agitação e a turbulência: “poucas há que persistam num mesmo domicílio durante o espaço de um ano”. “Instável física e espiritualmente: Variáveis de opiniões, incapazes de seguir um assunto até o fim, levianas, exaltadas, irritáveis, e muitas vezes insolentes”. “A puta é aquela que, gulosa e incontrolável, adora os excessos: de álcool, de fumo, de sexo”.

Nesse sentido, caberia à prostituta enquanto função social, garantir a “virgindade das futuras esposas e permitir que os moços arrefecessem parte do fogo interno, numa fase da vida em que os impulsos libidinais eram muito prementes” (RAGO, 2008 p.28). Sua função primordial seria por excelência, burlar as normas de comportamento sexual,

pensados e disseminados pela elite burguesa, permitindo aos homens, à medida que também se permitiam, dar vazão aos impulsos libidinais reprimidos no interior da família nuclear.

Mesmo possuindo uma funcionalidade social própria, construída discursivamente, a prostituição e, por conseqüência, a prostituta, sempre estiveram associados simbolicamente à imagem da sujeira, do esgoto e da podridão, enfim a tudo o que estivesse à parte da sociedade, e que moralmente considerava-se rejeitável.

Tal ambigüidade nos faz analisar o processo de transferência de zona de meretrício ocorrido na cidade paraibana de Taperoá no final da década 1930, enquanto uma estratégia que primava por isolar e estabelecer na cidade, uma cartografia própria do prazer, vigorando, posteriormente, nesta, mecanismos de normas e disciplina que possibilitariam progressivamente “controlar a mistura de corpos no espaço da cidade no intuito de demarcá-lo, para que cada cidadão ocupasse cotidianamente seu devido lugar.” (FOUCAULT, 2002, p. 122-123).

Segundo Rago (2008, p. 133), a prostituição enquanto um mal necessário:

(...) deveria ser tolerada, porém controlada e subjugada ao império da razão e da violência policial. Para tanto, o regulamento propunha uma série de normas de vigilância das áreas do prazer, tentando impedir a emergência das múltiplas condutas desviantes no submundo.

Sob essa perspectiva e analisando relatos orais de memória de ex- prostitutas e processos crimes envolvendo mulheres de vida livre, buscamos retirar a cancela do “Muro da Vergonha”<sup>84</sup> e adentrar o bairro Liberdade na sua parte geograficamente mais alta, contudo, mais rastejante no que concerne os preceitos morais e higiênicos do mundo burguês.

De início, quando perguntamos à ex-prostituta Maria Antônia da Conceição, como se deu o processo de transferência da zona no final da década de 1930, e como aquelas mulheres receberam tal mudança, percebemos um certo tom de passividade em seu relato. A ex-meretriz não nos evidenciou nenhum movimento sub-reptício ou tático que demonstrasse revolta ou indignação daquelas mulheres em relação à transferência do prostíbulo. Entretanto, percebemos em sua fala que, no novo espaço do

---

<sup>84</sup> Em entrevista concedida à autora em 11/11/13 a ex-prostituta Maria de Lourdes da Silva, 59 anos, ex-meretriz denominou o paredão existente no bairro Liberdade, como “Murro da Vergonha”, provavelmente no sentido de mostrar que aquela construção representava não só a separação física dos corpos são e indesejáveis, mas para ela uma falta de respeito com aquelas que ficaram atrás daquele paredão.

prazer, se estabeleceram novas práticas cotidianas de sociabilidade, especialmente no que diz respeito às novas formas de violência ali praticadas. Segundo a mesma, no cabaré construído nas fronteiras desertas e inabitadas da cidade<sup>85</sup>, ocorreu um progressivo aumento no número de casos de violência entre clientes e prostitutas, chegando-se inclusive a ocorrência de um homicídio nas suas proximidades.

Agora lá em cima (Bairro do Alto) tinha mais briga. [...] Mataram aquele irmão de Luzia Borrote, Antônio Borrote, lá. [...] Porque ali não tinha muita briga (centro da cidade) [...] a polícia sempre passava ali àquela hora.<sup>86</sup>

De fato, os processos crimes por nós analisados, posteriores à década de 1940, apontam uma grande quantidade de conflitos entre as prostitutas e entre essas e seus clientes pelas mais variadas motivações, o que nós leva a evidenciar que no antigo cabaré, situado próximo à Igreja Matriz, conseguia-se manter, minimamente, os códigos sociais pré-estabelecidos. É claro que conflitos ali também existiam “não há como esquecer que a violência é uma dimensão constitutiva das relações sociais que ali se estabeleciam, entre prostitutas e fregueses, entre cafetinas e meretrizes e entre as próprias prostitutas” (RAGO, 208, p. 259). Mas estes eram vigiados e normatizados cotidianamente, uma vez que, localizado nas áreas centrais da cidade, tal espaço deveria contar com a presença constante da polícia, seja para vigiá-lo e garantir o cumprimento dos seus códigos de sociabilidade, seja para frequentá-lo enquanto espaço genuinamente masculino.

Podemos, assim, correlacionar esse aumento progressivo da violência na nova cartografia do prazer e o fato deste espaço ter recepcionado tais mulheres, às representações negativas que foram progressivamente construídas em relação ao bairro. Desde a alocação das meretrizes naquela localidade, o Bairro Liberdade foi construído discursivamente enquanto espaço do marginalizado, do excluído social, um lugar para onde se deslocariam apenas os indivíduos que a cidade não aceitava. Tal discurso ainda é proferido na cidade e a mesma associação identitária continua tão viva como outrora

---

<sup>85</sup> Segundo relatos orais de memória da senhora Maria Antonia da Conceição, 95 anos, o espaço onde foram alocadas as meretrizes no final da década de 1930 era até então desabitado, só havia mato, uma lagoa de lama, pedra e malva.

<sup>86</sup> Depoimento de Maria Antônia da Conceição, 95 anos, concedida em 23/11/2013. Não encontramos, porém no corpus documental forense a peça que trata desse homicídio relatado pela depoente e outros que também nos relatassem esse evento.



no imaginário coletivo dos seus habitantes, mesmo após o fechamento das casas de prostituição e da construção de casa “decentes” naquele espaço.

Nascimento (2008), analisando a prostituição na cidade de Campina Grande entre as décadas de 1930 e 1950, identificou que os códigos de sociabilidade instituídos nas zonas de meretrício eram compartilhados tanto pelos clientes do prostíbulo, quanto pelas meretrizes que ali trabalhavam e/ou viviam, restando à cafetina a função de ensiná-las os códigos de sociabilidade pertinentes aquele espaço. Entretanto, apesar do reconhecimento desses códigos por parte dos frequentadores e das próprias prostitutas, conflitos, agressões e pancadarias eram inevitáveis e ocorriam pelos mais variados motivos. Vejamos:

No dia 20 de junho de 1941 o Ministério Público ofereceu denúncia contra Alexandrina Franco Gonçalves, vulgo Chandú, 28 anos, solteira, filha de Herminiade Sousa e Manoel de Farias Gonçalves, meretriz, analfabeta e residente no bairro Liberdade, por<sup>87</sup>:

No dia 24 de maio findo, pelas 22 horas, mais ou menos, no subúrbio desta cidade achava-se a denominada em um “Café” pertencente a Severina Preta, quando ali entrou Juvina Basílio, deparando-se com a referida denunciada, de quem já era desafeta. Naquele momento, a denunciada dirigiu a Juvina Basílio pilherias de mau gosto, ao que lhe respondeu Juvina que se ela denunciada quisesse brigar, “Sáisse da casa alheia”, “pois brigando ali perderia seu direito”.<sup>88</sup> (Grifos nossos)

O primeiro aspecto que devemos levar em consideração é o fato do conflito entre duas meretrizes, já desafetas, ter iniciado através do ato da pilheria, que, segundo Nascimento (2008), no mundo da prostituição representava não só uma provocação, um chamamento para briga, mais uma agressão moral. Pilheriar Juvina foi deflagrar o estopim de mal entendidos anteriores que, provavelmente esquecidos, com aquele ato agora voltaram à tona.

Outra análise faz-se necessária pelo fato de Juvina Basílio, mesmo ofendida com pilherias de Chandú, ter respeitado os códigos de sociabilidade do meretrício, convidando a acusada a se retirar do referido “Café” para, só assim, resolver suas desavenças. Podemos perceber, desse modo, que, mesmo agredida moralmente, a

<sup>87</sup> Devido à dificuldade em determinar a numeração dos processos crimes utilizado neste trabalho, organizamos uma numeração própria, em ordem crescente, baseado na temporalidade de cada delito. To dos encontram-se reunidos no arquivo do Fórum Desembargador Manoel Taigy, Taperoá-PB.

<sup>88</sup> Processo Crime nº 01, mar. de 1941.

vítima, recorre aos códigos de conveniências do meretrício, abstando-se de dar ouvidos as investidas de Chandú e iniciar, naquele espaço, um conflito, o que para ela seria perder seu próprio direito.

Para Mayol (1996), ser conveniente em um bairro é se adequar aos códigos já existentes nesse espaço, uma vez que, transgredindo-os, tornar-se-ia passível de comentários negativos. Nesse caso em especial, podemos entender que o ato de Juvina em respeitar o espaço da pensão aproxima-se da tentativa de estabelecer uma certa disciplina e aspecto de civilidade naquele espaço tido como mal afamado.

Entretanto, parece que os mesmos códigos não estavam interiorizados em Chandú, provavelmente pelo fato da mesma encontrar-se embriagada, segundo consta em seu próprio relato:

[...] ficou aperriada e entrando na pensão de Manoel Basílio tomou um pouco de conhaque, ficando atordoada, mais(sic) se lembra ter encontrado Juvina atrás (sic) da casa della respondente, como se a estivesse tocaiando-a, que lembra também lutaram nesta ocasião. (Grifos nossos)

Através desse registro podemos perceber que o desenrolar do conflito se deu fora do perímetro do meretrício (Café de Severina Preta), qual seja, na casa da vítima, que agora no seu próprio território espera a acusada para resolver sua querela. O que Juvina, entretanto, não esperava era que Chandú havia se armado em casa e voltado para resolver suas pendências, como afirma Nestor José Gouveia, testemunha do processo:

A uma hora do dia 25 do corrente mez, estava na pensão de Manoel Basílio, já estando dito estabelecimento de portas fechadas, quando ouviu baterem a porta e abriu, dando entrada a mulher Alexandrina Franco Gonçalves que empunhava uma navalha, dizendo que estava com a moléstia e que ali não respeitava ninguém, ao que êle disse: O que é isso Chandú? Deixa de doidice, ao que ela respondeu vá para lá, ao tempo em que quase tocava a dita navalha no rosto do declarante. (Grifos nossos)

Seu relato é, portanto, pertinente para percebermos que nesse conflito Chandú, prostituta alcoolizada, representa o oposto da também meretriz Juvina. Enquanto a segunda, como abordamos anteriormente, respeitou os códigos de conveniência da pensão de Severina Preta, preferindo voltar pra casa e, posteriormente, resolver suas pendências, Chandú não só mostrou-se inconveniente na passagem pela dita pensão,

como voltou a ser na pensão do Sr. Manoel Basílio, entrando naquele ambiente armada e desafiando quem a contrariasse.<sup>89</sup>

Nesse sentido, segundo Mayol (1996), Chandú representaria o desvio ou afastamento transgressivo das normas de conveniência de um dado lugar, que, por se tratarem de mini-transgressões, estariam imbricadas nas relações cotidianas. Em suma:

O corpo na rua, vem sempre acompanhado de uma ciência da representação do corpo, cujo código é mais ou menos, mais suficientemente, conhecido por todos os usuários e que eu designaria pela palavra que lhe parece mais adequada: conveniência. (p. 48)

Recorrentemente nos deparamos, nos inquéritos policiais<sup>90</sup> que analisamos, com a presença de “armas brancas” sob posse dos indivíduos envolvidos nos conflitos (prostitutas, clientes e cafetinas), sejam eles, facas, canivetes, navalhas e tesouras. O que possibilita-nos pensarmos não só o meretrício pelo viés da violência que recorrentemente permeava aquele espaço, como também entendermos como tais ações contribuíram para a vinculação no imaginário social dos populares taperoenses de violência ao bairro Liberdade.

Mais pertinente ainda para entendermos essas relações e os códigos existentes na zona de meretrício vem à tona através do relato da testemunha arrolada para o referido processo. Trata-se de Noêmia Pereira, 30 anos e também meretriz. Quando perguntada pelo delegado sobre o comportamento das envolvidas no conflito, a mesma disse “*que em nada poderia adiantar quanto ao comportamento das envolvidas, por ser novata nesta localidade, que não adianta se nenhuma das duas encontravam-se embriagadas*”.

Ora, mesmo estando há pouco tempo no “Liberdade”, Noêmia na verdade já havia incorporado os códigos da zona de meretrício, e do próprio bairro, códigos esses universais a qualquer espaço. Mesmo presenciando todo o conflito, a testemunha prefere não opinar em relação ao comportamento das envolvidas, nem mesmo relatar se ambas estariam embriagadas na ocasião do delito, o que, de certo modo, seria visível a qualquer um que ali estivesse. De fato, Noêmia não queria arrumar conflitos com as

<sup>89</sup> Devido ao desgaste das peças processuais encontradas no arquivo do Fórum “Desembargador Manoel Taigy” não foi possível apresentarmos o desfecho de todos os casos aqui citados.

<sup>90</sup> Para Foucault o inquérito era um procedimento pelo qual, na prática judiciária, se procurava saber o que havia ocorrido. Tratava-se de reatualizar um acontecimento passado através de testemunhos apresentados por pessoas que, por uma ou outra razão – por sua sabedoria ou pelo fato de terem presenciado o acontecimento – eram tidas como capazes de saber.

meretrizes em questão, pois criando juízos de valores sobre ambas, provavelmente, isso poderia vir a acontecer. Sob o prisma da análise de Mayol (1996), entendemos que:

Para se manter “conveniente” é preciso saber jogar o jogo do *perde-ganha*, não exigir tudo imediatamente para deixar para um prazo sempre ulterior o domínio total do benefício almejado na relação de consumo: o benefício aumenta quando se sabe renunciar. (p. 55)

De fato, renunciando em seu depoimento estabelecer qualquer juízo de valor sobre as meretrizes envolvidas no conflito, Noêmia mantém não só os códigos de sociabilidade do meretrício, como os reconhece perante os habitantes do referido bairro.

Quanto ao desfecho judicial do processo, Alexandrina Franco Gonçalves (Chandú), mulher “*que vive da prostituição, analfabeta e de hábitos rudimentares*”<sup>91</sup>, fora condenada a um ano e dois meses de prisão. Não sabemos, entretanto, se a pena foi cumprida em sua totalidade pela acusada.

Ao analisarmos tais processos, onde as meretrizes se fazem personagens centrais, chocando-se com os discursos da polícia e da justiça, fez-se necessário entendermos de que ambiente partiram aquelas mulheres habitantes do “Liberdade” e por quais motivos as mesmas haviam “caído na zona”. Ao longo da história muitos estudiosos tentaram explicar as motivações que levaram mulheres em todos os períodos da história e em todos os recantos do mundo a adentrarem ao mundo da prostituição e, por conseguinte, chocarem-se com a moral cristã, o discurso burguês e higiênico, especialmente quando essas tornaram-se empecilho ao projeto de modernização das cidades e a higienização dos corpos citadinos.

Podemos citar, nesse sentido, os escritos do médico francês Parent-Duchâletet que atribuía à circunstâncias econômicas o fato das mulheres caírem no comércio do sexo: desemprego, baixos salários e pobreza em geral. Entretanto, para o mesmo, existiram aquelas “mulheres que assumiam a prostituição porque tinham o comércio do sexo em seu sangue, [...] cujas tendências naturais para a desocupação e a licenciosidade conduziam-na a uma vida de luxúria” (ROBERTS, 1998, p. 267). As idéias do médico francês influenciaram, sobremaneira, outros intelectuais, a exemplo do criminologista Cesare Lombroso que, na segunda metade do século XIX, construiu sua teoria sobre a prostituição.

---

<sup>91</sup>Relato do senhor Manoel de Farias Sousa, 2º suplente de escrivão em exercício.

Segundo Lombroso, a prostituta era um indivíduo incompleto, defeituoso, haja vista que a própria mulher, no ideal do discurso burguês, já era inferior aos seus maridos, uma vez que eram emotivas nas questões do amor e assexuadas nos seus instintos libidinais. A prostituta, juntamente ao criminoso, era, assim, o que de mais rasteiro poderia existir em uma dada sociedade.

Ao analisarmos o perfil das prostitutas de Taperoá durante os anos 1940 e 1970, torna-se difícil estabelecermos qualquer enquadramento referente às motivações que levariam uma mulher a “perder-se na vida”, conquanto podemos problematizar algumas questões.

Mulheres em sua grande maioria pobres, analfabetas, oriundas da zona rural, de municípios fronteiriços (Carnaubal<sup>92</sup>, São João do Cariri, Teixeira, entre outros), e de outros estados, as meretrizes encontravam na prostituição uma forma de sobrevivência, seja financeira, familiar ou mesmo relativo às questões amorosas, ao passo que, para as mesmas, os discursos e costumes proferidos pela tríade, Igreja Católica, Estado e família não haviam resolvido seus anseios internos.

Nossa depoente em especial Maria de Materno, disse-nos, que não possuía familiares na cidade e que advinha de uma linhagem familiar humilde residente na zona rural daquela urbe, deixando entender nas entrelinhas do seu depoimento que havia adentrado no “submundo” da prostituição no intuito de sobreviver financeiramente na cidade.

Entretanto, apesar da justificativa construída em torno da condição social, percebemos, posteriormente, que nossa depoente, assim como outras meretrizes que ali trabalhavam, exerciam, paralelamente a função de “mulheres públicas”, outros trabalhos destoantes moralmente daquele praticado à noite ou pelo menos era assim que se apresentavam em juízo. Muitas trabalhavam como domésticas, lavadeiras, engomadeiras e cozinheiras nas casas dos homens e mulheres da elite taperoense, o que nós leva a corroborar com a teoria levantada por Nascimento em sua obra, na qual esta identifica a apropriação, por parte dessas mulheres de uma dupla identidade, assumida tanto para se “livrar das malhas da justiça, pois qualificada como meretriz seu depoimento pouco valia perante os magistrados, como para complementar seus rendimentos, especialmente quando estas tinham filhos” (2008, p. 118).

---

<sup>92</sup> Atual município de Livramento

No processo crime de 10 de novembro de 1947, onde fora denunciado pelo Ministério Público o senhor José Dantas<sup>93</sup>, vulgo José Bugiga, filho de José Dantas e Maria da Conceição, 23 anos e solteiro, pelo fato do mesmo ser “(...)  *muito arruaceiro, pondo em pratica seus instintos criminais por motivo frívolo, espancou a mulher Maria Abdias de Araújo, produzindo na mesma diversos ferimentos*”<sup>94</sup>, percebemos a tentativa das meretrizes de burlar o discurso jurídico, na medida em que atribuíam para si, identidades fluidas, destoantes daquelas muitas vezes encontradas no inquérito policial.

Arrolada como testemunha de acusação no referido processo, a meretriz Palmira Soares, 23 anos, se auto-intitula “*analfabeta, residente nesta cidade no Bairro Liberdade, filha de Olinda Soares de Figueiredo e doméstica.*”<sup>95</sup>. Do mesmo modo a cafetina Josefa Lopes de Farias, 37 anos, casada, filha de Antônio de Farias Medeiros, descreve-se, como trabalhadora doméstica, distinguindo-se, portanto de duas outras fontes que por nós investigadas, o inquérito policial e relatos orais de memória. Duas razões nos parecem plausíveis para a construção de identidades fluidas por parte dessas mulheres, como salienta Nascimento (2008, p. 118), “não era apenas uma qualificação para se livrar das malhas da justiça, pois qualificada como meretriz seu depoimento pouco valia perante os magistrados, além do que “prostituta” não era considerada profissão”.

As mesmas, portanto, no intuito de qualificarem seus depoimentos e, assim, convencerem o então magistrado da culpabilidade de José Bugiga, constroem sua narrativa de modo a apresentarem-se como mulheres do lar e não da vida profana. Entretanto, acreditamos que com o desenrolar do depoimento da vítima essa identidade moralizante de mulher doméstica acabou se desfalecendo, ao passo que Maria Abdias ia reconstruindo o momento do conflito com o senhor José Bugiga.

Termo de declaração da ofendida Maria Abdias de Lima Araújo.

[...] sobre o fato declarou que estava em sua casa, quando chega uma amiga Palmira e lhe chama Maria vamos tomar uma bicada, e prontamente atendi o chamado, fomos para o café de Josefa Farias, e mandamos butar uma bicada de cana, e começamos a beber, nesse mesmo instante chega José Dantas, vulgo José Bugiga, e diz para nós duas, essas raparigas só querem viver bebendo, merece uma mão no pé do ouvido, respondi se for homem é só dá, ao final da palavra o individuo

<sup>93</sup> Processo Crime nº 5, out. de 1947.

<sup>94</sup> Palavras do senhor José Fernandes Pimenta, adjunto da Promotoria.

<sup>95</sup> Depoimento concedido à justiça em 13/02/1950.

dirigiu-se a mim dando-me um bofete que cai no chão por cima de uma pedra. (Grifos nossos)

Podemos perceber, com base no referido registro, que toda tentativa de qualificação do depoimento das testemunhas, cai por terra quando Maria Abdias profere seu depoimento. Ora, caracterizada pelo inquérito policial como “mulher de vida livre” a vítima do processo, acaba reafirmando seu lugar social quando transcreve a reconstituição da cena do delito, uma vez que, em tese apenas mulheres “desonradas” praticariam aquela casa de prostituição enquanto espaço de lazer.

O espaço do cabaré era, por excelência, destinado a dois sujeitos sociais: homens, das mais variadas classes sociais que ali esperavam encontrar bebidas, mulheres e lazer, e as próprias prostitutas, que como vimos, por mais que representassem para o mundo burguês uma ameaça à saúde dos homens, à procriação sadia e à instituição familiar, tinham sua função social, “canalizar as exigências sexuais do homem para longe da família, preservando assim os anjos da guarda domésticos” (ROBERTS, 1998, p. 265)

Desse modo, frequentar o cabaré na condição de mulher significava assinar o atestado de prostituta e internalizar para si a identidade social de mulher da vida, desordeira, sem pudores sexuais; uma mercadoria que estava ali para ser utilizada e remunerada, por aqueles que ali se dispusessem a entrar.

Segundo relatos orais de memória da ex-meretriz Maria de Lourdes<sup>96</sup>, após a transferência da zona de meretrício na cidade de Taperoá no final da década de 1930, para a parte mais alta e até então inabitada do bairro Liberdade, o próprio prefeito Abdon de Sousa Maciel teria, não só construído as casas para recepcionar as meretrizes, como também levantado uma grande murada no intuito de separar os corpos cívicos e higienizados, da “podridão” e “imundice” no interior do próprio bairro. Segundo ela, baseando-se em memória repassadas, ninguém atravessava aquele perímetro se não fosse à procura dos “divertimentos” do meretrício. Em casos de excepcionalidade, afirma Dona Lourdinha, as pessoas que passavam ali por equívoco, com destino à zona rural da cidade e aos municípios do sertão, baixavam suas cabeças e seguiam viagem o mais depressa possível, de modo a não corromper-se com a “devassidão” oriunda daquele perímetro.

---

<sup>96</sup> Depoimento concedido a autora em 20/05/2014.

Nem mesmos os mortos atravessavam o meretrício para chegar ao descanso eterno no cemitério “A Consolação”. Nos ditos de Dona Lourdinha, todos os enterros deveriam seguir seu ritual fúnebre pela estrada principal que dava acesso à pista sentido Sertão, ou seja, através da rua coronel Cícero de Farias<sup>97</sup>. Essa prática, tão arraigada no imaginário coletivo dos munícipes durante a presença da zona de meretrício naquele perímetro permanece tão viva atualmente, mesmo com o fechamento desta, quanto outrora.

Entretanto, verificamos que uma mulher de “bem” acabou quebrando esse código de sociabilidade, por um dois motivos estritamente singulares, pegar seu marido em “flagrante delito” e atribuir a pena à meretriz que com ele se encontrava.

Aos dois de março de 1947 a senhora Zita de Lacerda Neri, 29 anos, casada, com ocupações domésticas envolveu-se, em conflito, com Severina do Carmo, 23 anos, solteira, meretriz e amante do senhor Severino Neri, esposo da denunciada em questão<sup>98</sup>.

No desenrolar do inquérito tivemos acesso aos percalços da vida de uma mulher taperoense de “bem”, casada nos rigores da fé cristã e do estado civil, mãe e dona do lar, que começa a ver seu modelo familiar burguês se esfacelar pela interferência de um terceiro elemento: a meretriz amante do seu marido. Como já problematizamos em parágrafos anteriores, uma das funções da prostituta na sociedade burguesa, era exatamente canalizar os instintos libidinais dos maridos, protegendo, assim, suas esposas, anjos do lar, uma vez que, assexuadas, deveriam ter seus corpos voltados estritamente para procriação.

Para além das imposições de cunho sexual, a moral social ainda preconizava a condição de submissão e obediência dessas mulheres, num modelo nuclear de família onde o homem ocupava a função de provedor no âmbito familiar e estas, apenas a condição de procriadoras dos novos cidadãos brasileiros. Nesse sentido, muitas esposas acabavam aceitando a vida de prazer e luxúria que seus maridos levavam fora do espaço familiar, dividindo o amor e atenção dos seus companheiros com outras mulheres.

De todo modo, não podemos generalizar e nem simplificar as práticas dessas mulheres frente ao fantasma da traição. Através das táticas, muitas acabaram ultrapassando a linha do padrão dos pudores vigentes e confrontaram seus companheiros tanto no espaço interno do lar, quanto nos cabarés.

---

<sup>97</sup> Ver mapa 1, p. 146.

<sup>98</sup> Processo Crime n° 3- mar. de 1947.



No caso da nossa personagem, percebemos que o desenrolar do conflito se dá pelo fato de:

Que na noite passada foi espancada por seu marido Severino Neri, por ela ter declarante reclamado com seu marido a frequência constante do mesmo na casa de Severina do Carmo, sua amante. Que a dia vinha recebendo bilhetes insultuosos e infamatórios de Severina. Que dos ferimentos que apresenta somente dois foram provocados por Severina do Carmo, os demais foram praticados por Severino Felipe Neri, seu esposo, na noite passada na casa da sua amante, onde a mesma foi pedir a Severina para ir embora e recebeu como resposta desta, que ficava com seu marido de propósito e que não o deixava. Severino Felipe foi sempre bom esposo e compenetrado no comprometimento dos seus deveres.<sup>99</sup>(Grifos nossos)

Tomando como base o depoimento da vítima e denunciada, podemos estabelecer alguns parâmetros referentes ao ato praticado pela mesma. A princípio, todo desenrolar do desentendimento parece ter sido deflagrado pelos supostos bilhetes enviados por Severina, o que demonstra o grau de ousadia da amante do senhor Severino Neri. Comumente, os discursos que definem as meretrizes falam em mulheres sem pudores sexual e moral, atrevidas, desbocadas, sem qualquer conhecimento das normas de boa conduta da sociedade moderna. O “atreuimento” de Severina do Carmo ao enviar à matriarca da família Neri tais bilhetes, tornar-se-ia o passaporte ideal para o acesso de Zita Lacerda ao “Liberdade”.

Tal depoimento torna-se também importante para problematizarmos a questão da violência contra as mulheres no recorte histórico determinado, sejam elas donas do lar ou meretrizes. Para entendermos esse desequilíbrio nas relações de força entre distintos sujeitos sociais, compartilhamos do pensamento de Marilena Chauí (1985) que concebe a violência contra as mulheres como resultado da dominação de uma ideologia masculina, produzida e reproduzida tanto por homem como pelas próprias mulheres. Nesse sentido, para a mesma, a violência seria uma ação resultante das desigualdades hierarquizadas, transformando o ser violentado em objeto silenciado, dependente e passivo, o que para nós, tais elementos só concretizam sua existência, até a elaboração de táticas por essas mulheres vitimadas.

---

<sup>99</sup> Termo de Declaração da Ofendida Zita Lacerda Neri, 2 de março de 1947.

Mais adiante nos deparamos com as declarações do também acusado Severino Felipe Neri, sobre a discussão envolvendo as duas “mulheres” em disputa pela sua atenção e amor:

Que cerca das nove horas chegou em casa e não encontrou sua esposa Zita Lacerda, que perguntou a Terezinha uma mocinha por sua esposa, que teve resposta que sua esposa avia (sic) seguido para o bar da Liberdade, a rua da Serrinha, onde funciona o cabaré desta cidade, diante desta informação, seguiu em procura da esposa, e chegando na casa de Severina do Carmo encontrou sua esposa conversando com a mesma, que chamou a atenção da mesma a atenção e procurou convencê-la de que devia se afastar daquele lugar, incompatível para senhora casada, no que foi desatendido. Que para conduzir sua esposa para casa, tornou-se necessário atracar-se com a mesma, dando lugar a essa confusão.<sup>100</sup> ( Grifos nossos)

Com base no depoimento do acusado podemos estabelecer um parâmetro de tamanha transgressão social que cometera à senhora Zita Lacerda adentrando o dito espaço proibido. Segundo Mayol (1996), tomando-se como base as normas de conveniência de um bairro, há lugares que são especificamente marcados pelo sexo masculino e outros pelo feminino. No caso do meretrício, ocorre um intercruzamento desses corpos no mesmo espaço, entretanto, quanto aos últimos, aceitáveis, apenas, quando sujos, impuros e maculados. Sendo assim, a presença daquela mulher higiênica em dado ambiente em nada compatibilizava com as práticas que ali ocorriam, de modo que, seu esposo, conhecedor das práticas do meretrício, recorre à violência física para dali, afastá-la.

Outra análise que se faz pertinente nesse registro, diz respeito à característica comercial do meretrício em seu duplo sentido: tanto na venda de amor e prazer os seus frequentadores, como na relação de consumismo atrelado ao divertimento proporcionado aos mesmos. Quando nomeado no inquérito policial pelos envolvidos no delito, o cabaré de Severina do Carmo recebe a denominação de “bar”, não sabemos se para burlar a legislação vigente<sup>101</sup>, uma vez que criminalizava espaços destinados à prostituição, apesar de dificilmente puni-los, ou se por já está internalizado no imaginário coletivo dos habitantes o ambiente denominado daquela forma.

<sup>100</sup> Termo de declaração do acusado Severino Felipe Neri, concedido em 02 de março de 1947.

<sup>101</sup> Segundo o Código penal de 1940 em seu artigo 40, considera-se crime “manter, por conta própria ou de terceiros, casa de prostituição ou lugar destinado a encontros para fim libidinoso, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente” ( NASCIMENTO, 2008, p.65)

Através da peça processual<sup>102</sup> onde Inácia Virginia da Conceição, vulgo Sitinha, 27 anos, solteira, doméstica, residente a Rua do Alto<sup>103</sup> aparece como vítima das ações de Maria Abílio, 18 anos, natural do sítio Jatobá, solteira e mulher de vida livre, conseguimos adentrar um pouco mais no cotidiano da prostituição em Taperoá dos anos 1970, especificamente no que consiste a relação daquelas mulheres com a maternidade. No termo de declaração da ofendida, encontramos:

Que no ano passado, não se lembra o dia e o mês, foi espancada por Maria de Abílio, a qual lhe açoitou com um galho de pinhão e não sofreu nenhuma punição. Que no dia dez do mês em curso estava em casa mais ou menos às sete horas da noite, quando chegou inesperadamente três mulheres, Maria de Abílio, Lourdinha e Loura, perguntando para ela se Chico Firme estava ali. Que a declarante respondeu que êle não estava lá não e se ela quisesse alguma coisa com êle, fosse a casa do mesmo, que nesse momento ela partiu para cima da declarante, deu um murro no seu filho menor que caiu no chão, em seguida agarrou e botou-a no chão e a espancou com uma pedra.(grifos nosso)

Se levarmos como pré-requisito a motivação do fato delituoso, podemos concluir que uma provável antiga querela entre ambas, e o agravante ocasionado pelo possível ciúme do senhor Chico Firme tenha contribuído para que as mesmas entrassem em vias de fato. Entretanto, gostaríamos, a princípio, de discutir a presença de um terceiro personagem na cena: o menor filho da ofendida e também espancado por Maria de Abílio.

Já abordamos anteriormente que a dádiva da maternidade, para o discurso moderno burguês, ficava restrita à mulher casada, higiênica e de hábitos sexuais e comportamentais saudáveis. Ainda podemos apontar, com o advento do século XX, algumas “novidades” nas relações familiares, como, por exemplo, o mito do amor materno e as novas construções discursivas em torno da infância, como nos apresenta Oliveira (2002, p. 196):

---

<sup>102</sup> Processo crime nº 08- 1970.

<sup>103</sup> A partir dos processos crimes posteriores a década de 1970, começamos a perceber uma maior denominação do espaço geográfico do bairro Liberdade de ruas do Alto e até mesmo Bairro do Alto. Não sabemos ao certo em que momento exato esta nomenclatura fora alterada, nem as motivações que permitiram essa mudança. Entretanto, acreditamos que a formação geográfica acidentada daquele perímetro tenha contribuído para escolha deste nome, que, em alguns momentos aparece descrito de forma composta Alto da Conceição, devido a proximidade de seu perímetro mais plano a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Neste trabalho procuramos respeitar as devidas nomenclaturas.

A infância adquire um valor e uma importância singulares, pois os pais passam a se preocupar com a sua educação, com a valorização do caráter dos filhos. [...] A criança foi “amarrada” a uma teia de discursos e presa psicológica, financeira e emocionalmente à “célula-mãe” da sociedade, a família.

Dessa forma, compreender a relação das prostitutas com a maternidade dentro do mundo da prostituição parece ser uma questão bastante singularizada, dado o fato das mesmas não contarem com as atribuições das normas higiênico-modernas. É bem verdade que muitas dessas mulheres, entre uma noitada e outra de “atendimentos”, acabaram engravidando dos seus clientes e amantes e, no caso particularizado da cidade em análise, tomavam soluções das mais variadas possíveis: provocar abortos; entregar seus filhos para a adoção; frequentar o meretrício esporadicamente, como parece ser o caso da nossa personagem, para assim se dedicar a prole no período diurno; ou até mesmo, tornar-se esposas dos seus amantes.<sup>104</sup>

Segundo a ex-prostituta Maria de Materno, no antigo cabaré, que até a sua transferência foi administrado por Odató<sup>105</sup>, uma das normas de conveniência proibia indistintamente a presença de crianças no interior do seu espaço. Devido a isto, e na tentativa de permanecer frequentando-o, as prostitutas evitavam ao máximo engravidar, procurando se prevenir das mais variadas formas possíveis.

Assim, mapeando os métodos contraceptivos comumente utilizados pelas meretrizes taperoenses, encontramos:

Naquele tempo não tinha remédio, né. Agora não é fácil não ter (filhos). Elas hoje têm porque quer [...] eu tomava era água com sal pra me prevenir, engolia caroço de chumbo, fazia lavagem, tudo pra não pegar menino.

Nascimento (2008) identifica e mapeia os principais métodos abortivos adotados pelas prostitutas campinenses durante o século XX, fazendo-nos assim corroborar com a ideia de que algumas dessas práticas foram, provavelmente, adotadas pelas meretrizes taperoenses. Nesta encontramos:

<sup>104</sup> Através dos relatos orais de memória dos nossos depoentes nos deparamos com alguns exemplos de mulheres que foram efetivamente retiradas da zona por seus amantes, em um caso em especial devido o fato desta ter engravidado do mesmo, dando-lhe o primogênito que sua esposa não conseguiu gerar.

<sup>105</sup> Segundo depoimento da colaboradora o cafetão responsável pela pensão situada próximo à igreja católica da cidade era o senhor Odató, entretanto, não conseguimos reunir informações pessoais a seu respeito.

Os métodos abortivos mais comuns naquele período eram os chás e quando estes não davam jeito apelava-se para a utilização de algum metal perfurante que era introduzido na vagina “para fazer sangrar”. Para evitar essa prática, muitas prostitutas recorriam “as lavagens”, ou seja, após o coito jogar água na vagina para evitar a gravidez, no entanto era mais comum a realização do coito interrompido. (p.120)

Entretanto, uma meretriz que por ventura viesse a gerar um filho de um dos seus clientes ou mesmo do seu amante<sup>106</sup>, poderia escolher alguns caminhos para a criança: abortá-la ainda nos primeiros meses de gestação, através da ingestão de ervas naturais, entregá-la ao suposto pai, para que sua esposa a criasse<sup>107</sup>, ou até mesmo a algum membro da família materna, que aceitasse assumir tal função. O fato é que, se a última opção viesse a se concretizar, aquela mulher, passaria a contribuir financeiramente na criação do seu filho. Nossa colaboradora em especial, contou com o privilégio materno de gerar e educar seus filhos<sup>108</sup>, já que freqüentava esporadicamente a zona de prostituição.

Exceção à parte, a realidade cotidiana das meretrizes contava com uma sensibilidade própria em torno do sentido de ser mãe. Diferentemente da identidade construída para a mulher do século XX, já que a esta competia à função de gerar filhos saudáveis, fortes e vigorosos, educando-os no sentido de formar cidadãos para a pátria, a prostituta parecia não corresponder aos pré-requisitos pensados para uma mãe. Impossibilitada de tal função, sua esterilidade era construída socialmente, através dos códigos de conveniência da zona.

Podemos ainda problematizar, analisando uma das principais motivações que contribuíram para a deflagração desse delito, que, dentro do mundo da prostituição, existiam normas relativas à honra e reputação dessas mulheres que, uma vez não compartilhadas por alguma delas, resolver-se-iam na base da pancadaria. Através do Ato de qualificação e interrogatório da acusada Maria de Abílio encontramos:

[...] que ultimamente não vinha mais à rua porque estava sendo informada de que ela Sitinha, andava lhe chamando de ladrona

<sup>106</sup> Nesta pesquisa utilizamos a denominação clientes para os homens atendidos esporadicamente pelas meretrizes e amantes para aqueles em que o caso extraconjugal criavam laços mais profundos. A própria ex-meretriz entrevistada nesta pesquisa adicionou a seu nome informalmente o sobrenome do seu principal amante, Maria, passou a se chamar Maria de Materno.

<sup>107</sup> Fomos informados de alguns casos na cidade, no qual os maridos mantinham relações extraconjugais com prostitutas e suas esposas criavam as crianças como filhos seus, seja pelo fato destas não poderem procriar, seja por imposição dos seus maridos.

<sup>108</sup> Até a infância, pois todos os filhos de D. Maria faleceram ainda pequenos.

(ladra) que ninguém lhe aconselhou para ela declarante levasse ao conhecimento da polícia; que no dia três, uma segunda-feira às 18:30 horas aproximadamente encontrou o menino Sebastião de Rosa, como é conhecido, o qual lhe avisou que o seu nome estava mais razo que o chão, pois Sitinha havia dito na casa de Josefa Ferreira, que ela declarante havia roubado um relógio na cidade de Sumé; que por esse motivo não suportando mais tantas calúnias por parte dela resolveu ir até a casa da mesma onde a encontrou e entrou em entendimento com a mesma a respeito do assunto já mencionado, no que ela disse para a declarante que ela era mesmo ladrona e que só dizia que ela era mulher se ela entrasse em sua casa, dela vítima. Assim o fez a declarante, entrou e com uma pedra, que encontrou no pé da parede a espancou para ela deixar o seu nome de mão.(grifos nosso)

Não obstante, as prostitutas segundo o discurso médico burguês, representavam o que de mais sujo e degradante existisse em uma sociedade, eram, para o médico francês Parent-Duchâlet “(...) tão inevitáveis em uma cidade quanto os esgotos, as fossas e os depósitos de lixo. A conduta das autoridades deve ser a mesma com relação a cada um deles.” (ROBERTS,1998, p. 265).

Entretanto, observando o depoimento da acusada do delito, podemos entender que alguns mecanismos do discurso normatizador imperavam em determinadas circunstâncias no cotidiano da zona. Neste caso, o que deflagrou o enfrentamento entre as meretrizes, que parece já tinham problemas anteriores, foi o fato de Sitinha, “*muito pilherista*”<sup>109</sup> ter acusado Maria de Abílio de ladra, fato este intolerável para a denunciada, que, mesmo exercendo a função de meretriz, não aceitava ter seu nome desonrado a tal ponto.

Para Nascimento (2008, p.132), “(...) mesmo num ambiente tido como ‘desonrado’, ‘as mulheres da vida’ possuíam códigos de honra” e, desta forma, ser chamada de ladra, para Maria de Abílio, era perder sua reputação, sair do limite indispensável a uma mulher que, por mais que tivesse como atividade profissional a venda do corpo, deveria manter os códigos de convivência do mundo burguês.

Analisando o referido processo, ainda nós deparamos com o depoimento do senhor José Floriano de Carvalho, 38 anos de idade, casado religiosamente, pedreiro, residente nessa cidade, onde o mesmo descreve:

---

<sup>109</sup>Palavras do senhor José Floriano de Carvalho, 38 anos de idade, casado religiosamente, pedreiro, residente nessa cidade, tendo presenciado o conflito entre as meretrizes e declarado em depoimento suas impressões sobre as envolvidas.

[..] Que soube por intermédio de sua esposa que a mulher Maria de Abílio, como é conhecida, havia espancado uma outra que mora ali, de nome Inácia Virginia, conhecida por Sitinha; que não sabe porque as mesmas brigaram, que não tinha conhecimento que as elas eram inimigas; que sabe que ambas são mulheres de vida livre, muito embora a de nome Sitinha more no meio das famílias; que o declarante mora em casa própria, não sabe porque essas mulheres têm esse direito de morar no meio das famílias, quando no cabaré desta cidade há várias casas desocupadas. [...] (Grifos nossos)

Com bases nesses escritos, conseguimos identificar a formulação de representações sociais negativas em torno das meretrizes, em especial sobre Sitinha. O fato de morar em residência alugada muito próximo às “famílias de bem” daquele bairro, contribuiu para que José Floriano apresentasse em seu discurso toda insatisfação da mistura de corpos distintos no mesmo espaço. Relatos orais demonstram que o bairro Liberdade, na parte anterior ao paredão, sempre foi povoado por populares e que, provavelmente, muitos, contestaram a presença daquelas mulheres no mesmo, principalmente quando estas resolveram ultrapassar a fronteira física e simbólica no interior do próprio bairro.

Esse torna-se um bom exemplo para demonstrarmos que o bairro, apesar de ser uma porção do espaço público, em geral anônimo e democrático, representa também um ambiente particularizado, de âmbito privado, dado à frequência do seu uso por parte dos cidadãos no cotidiano. Nesse sentido, descreve-o Mayol (1994, p. 42):

Pelo fato de seu uso habitual, o bairro pode ser considerado como a privatização progressiva do espaço público. Trata-se de um dispositivo prático que tem por função garantir uma solução de continuidade entre aquilo que é mais íntimo (o espaço privado da residência) e o que é mais desconhecido (o conjunto da cidade ou mesmo, por extensão do resto do mundo): “existe uma relação entre a apreensão da residência (um de dentro) e a apreensão do espaço urbano ao qual se liga (um de fora).

Sob esses parâmetros, entendemos que a formulação de tais representações em torno da meretriz Sitinha identifica-se não só pela construção de preconceitos referentes a sua profissão, mais pelo fato desta ocupar um espaço impróprio, muito próximo aos populares ditos de “bem”. Tomando como base a concepção do referido cidadão, o ideal seria que aquela meretriz ocupasse a casa do meretrício, ultrapassando o limite simbólico e físico do paredão e não aquela área dita de família.

Somos levados constantemente a compactuar com as teses, propagadas ao longo dos séculos, de que a prostituta, enquanto “mulher pública” deveria atender a todo e qualquer cliente, sejam eles “bêbados, delinqüentes, ladrões, homens violentos e desequilibrados ou, visualizando sobre outro extremo, homens influentes e representantes do poder e da elite local”. Entretanto, não sabemos se enquanto prática isolada e excepcional ou ato repetido cotidianamente, uma de nossas depoentes nos relata um fato que nos leva a questionar tal teoria. Segundo Maria de Materno em um dia de atendimento normal, a beira do açude público da cidade, a mesma, juntamente a outra prostituta, antes da realização do coito, averiguaram minuciosamente as partes íntimas dos seus clientes, sua parceira, percebendo seguidamente que seu par não apresentava condições higiênicas para a realização do ato sexual, vestiu suas roupas e saiu correndo em direção à cidade, decidindo não efetivar o ato.

A partir deste relato, podemos levantar algumas considerações a respeito do cotidiano da prostituição na cidade de Taperoá. A princípio percebemos a preocupação que tais mulheres demonstravam em relação às “doenças do mundo”. O fato de averiguar o corpo do outro demonstra o medo que elas enfrentavam cotidianamente, diante das doenças venéreas, como, por exemplo, a sífilis, bastante comum no período e símbolo de orgulho e masculinidade para alguns homens. Entretanto, não podemos esquecer que, por se tratar de “mercadorias”, corpos ambulantes vendedoras de prazer, muitas meretrizes não tinham essa flexibilidade nas suas relações amorosas, como nos diz Rago:

Relações tensas e multifacetadas que se estabeleciam entre fregueses e prostitutas, incluindo desde os momentos em que esta odiava aqueles, desejando que o ato sexual acabasse rapidamente, até as que se sentiam como meras profissionais executando seu trabalho, ou ainda as que desejavam gozar e fixar uma freguesia (NASCIMENTO, 2008, p. 232-233).

Deste modo, podemos observar a possibilidade que essas mulheres possuíam em escolher seus parceiros. Na relação em que a prostituta representava para o freguês uma peça fundamental para a produção do prazer e o cliente muitas vezes não passava de uma fonte de renda, nem todos saíam satisfeitos com a troca estabelecida. Muitas mulheres, a exemplo da nossa depoente, se furtaram a realizar práticas sexuais com alguns homens, seja pela presença visível de algumas doenças apresentadas nestes, seja pela exclusividade que estas mantinham em relação a alguns homens, impedindo-as de se relacionarem abertamente.



Quando aos homens que frequentavam o meretrício, Nascimento (2008, p. 204) assim os define:

Os clientes fixos, que iam com mais frequência à zona e geralmente se fixavam numa meretriz, podendo ou não criar vínculos afetivos com ela. [...] Muitas vezes esse cliente confundia sua relação com a meretriz como forma de amasiamento, não aceitando, muitas vezes, que ela tivesse outros homens. Diferia do gigolô/cafetão porque este recebia dinheiro da prostituta e era amásio desta, portanto, podia “controla-la”, mas o cliente fixo não. E por último o habitué ou o boêmio aquele que estava todos os dias na zona. [...]

Não obstante, muitos desses homens também quebraram por diversas vezes os códigos de sociabilidade da Zona pelos mais variados motivos: ciúmes, intrigas, bebidas, política e até questões de cunho familiar. A exemplo, podemos destacar o delito praticado por João Dias de Sousa, 24 anos, casado e funcionário público.

A cerca (sic) das 22 horas do dia 24 de abril de 1967, o acusado dirigiu-se até o cabaré desta cidade, onde encontrou-se com Edvaldo Gomes da Costa, passando a discutir com o mesmo por motivos que não foram esclarecidos. Em meio a confusão o acusado sacou um revólver e desfechou contra o antagonista cinco tiros.<sup>110</sup>

Na verdade o fato motivacional do delito encontrava-se interligado a questões de cunho familiar. Segundo as declarações do ofendido, um terceiro elemento, percebendo a presença do mesmo no meretrício, foi até a cidade chamar João Dias de Sousa para resolver uma querela anterior que ocorrera entre a vítima e o irmão do acusado, Severino Dias de Sousa.

Parece-nos que o ambiente do meretrício apresentou-se enquanto lugar ideal para a vingança pretendida pela acusado. Se pensarmos que nem todos os frequentadores da zona partilhavam dos códigos de sociabilidade da mesma, podemos induzir que aquele seria o local ideal para João Dias “lavar a honra de sua família”. Provavelmente, a vítima se encontrava despreparada para o conflito, devendo está ingerindo bebida alcoólica e muito provavelmente, encontrar-se “enfeitado” por uma das meninas de Dona Umbelinda. Assim, pego de surpresa pela presença e convite de João Dias para tomar uma cerveja, se tornou alvo fácil para o delito pretendido pelo acusado.

---

<sup>110</sup> Processo Crime nº 07- abril de 1967.

O fato é que, ao passo em que transcorre o processo judicial, percebermos que o acusado começou a acessar os códigos de conveniência da zona, quando passou a descrever sua versão, provavelmente a fim de amenizar a acusação do delito:

Que Ednaldo Gomes da Costa estava no interior daquele recinto, já tendo batido numa mulher e afirmado que no interior daquela casa ninguém entraria. Ele interrogado entrou e recebeu um soco na cara. Que entrou aí para pagar uma conta e que agarraram ele. Que após ter recebido uma garrafada de Ednaldo Gomes, puxou o revólver calibre 38 que estava na sua cinta, mais não se lembra ter disferido os tiros.( Grifos nossos)

Difícilmente saberemos ao certo, qual desses homens estava com verdade dos fatos narrados, uma vez que o discurso proferido em juízo estabelece sua construção a partir das benesses que dado pronunciamento dará a seu anunciante. Cabe a nós, entretanto, observamos que a construção narrativa apresentada por João Dias demonstra não só características de respeito aos códigos de sociabilidade estabelecidos naquela zona, mas a desconstrução da figura do seu antagonista, dado fato do mesmo ser apresentado, através da fala do acusado, como um homem bagunceiro, sem moral e de mau comportamento.

Na verdade, no jargão do mundo da prostituição, Ednaldo Gomes ficaria marcado, a partir do discurso proferido pelo seu opositor, como o um verdadeiro “galo de briga”, um arruaceiro, que não respeitava minimamente os códigos de conduta estabelecidos previamente para aquela zona, uma vez que este, apesar de representar um ambiente anti-higiênico físico e moralmente para o discurso burguês, assimilava discursos proferidos por suas instituições.

Essa posição, Ednaldo Gomes parecia não ocupar sozinho. Em 14 de julho de 1972, o Ministério Público impetrou ação judicial contra Nilson Aureliano da Silva, 24 anos, residente a Rua José Genuíno de Queiroz, devido ao fato do mesmo, já reincidente, adentrar ao estabelecimento de Severina Felix dos Santos, usufruir de seus “divertimentos” e de lá ainda sair roubando algumas garrafas de aguardente.<sup>111</sup>

O mundo da prostituição é marcado tanto por manifestações de amor, desejo e afetividade, como por ações criminosas, como pudemos observar, nos processos crimes acima analisados. Notamos que o ambiente do meretrício contava com elementos

---

<sup>111</sup> Processo crime nº 11-agosto de 1972.

propícios para que tais ações se delineassem. Ciúmes, bebidas, paixões mal resolvidas, adicionada a uma sutil sensação de que dado espaço, mesmo contando com indícios de códigos de conveniência, era “terra de ninguém e de todos”, ao mesmo tempo onde cada um pagando procurava “cantar de galo” no seu “galinheiro”. Evidentemente, essas práticas não ficaram circunscritas ao elemento masculino, nem mesmo, entre esses e aquelas mulheres que lhes ofereciam o “real” amor. Muitas delas entraram em conflitos entre si<sup>112</sup>, como já demonstramos anteriormente, e as motivações, mais frívolas impossíveis para o discurso jurídico, encontraram também no elemento masculino razão para sua existência, principalmente quando as coisas do coração estavam em jogo.

Aos 25 de outubro de 1971, fora detida pelo soldado Bendito Feitosa da Silva, 28 anos, em flagrante delito, a senhora Aldenôra Florêncio de Medeiros, 28 anos, natural do Rio Grande do Norte, residente no bairro do Alto, por ferir Angelina Maria da Conceição<sup>113</sup>. Com base nos depoimentos das cafetinas, Severina Preta (60 anos) e Umbelinda Portela dos Santos (50 anos) respectivamente, vejamos:

Disse que estava em seu estabelecimento comercial por volta das 22 horas, atendendo a seus fregueses, e a indiciada sentada em um banco da casa da testemunha, quando entrou Angelina, decompondo-se e desafiando a acusada para brigar. Em seguida ambas travaram-se me luta corporal. Passando uns vinte minutos viu a entrar em sua casa novamente Angelina toda ensanguentada e chorando, dizendo ter sido ferida por Aldenôra com uma lamina de gilette.( Grifos nossos)<sup>114</sup>

E:

Disse que estava despachando seus fregueses, na noite de ontem, às 22 horas aproximadamente, quando chegou alguém, cujo nome a testemunha não se recorda, dizendo que Aldenôra e Angelina estavam brigando no bar de propriedade de Severina Preta, nisso Aldenôra entrou no estabelecimento, ficando em pé na porta da cozinha, quando Angelina entrou atrás, mostrando a testemunha, e aos que ali estavam o golpe na sua cabeça, dizendo que Aldenôra havia a ferido. Nisso a indiciada

<sup>112</sup>Em outro processo crime datado do ano de 1960 encontramos registro de conflito envolvendo meretrizes. Neste, Rita Maria da Glória, 31 anos e Julieta Dantas, 27 anos, trocam palavras ofensivas uma a outra ao assistir a passagem dos imigrantes para Brasília, ambas encontravam-se naquele momento embriagadas. Dias depois as mesmas voltaram a se agredir, agora fisicamente, na pensão da senhora Francisca Valência.

<sup>113</sup> Segundo relato da testemunha Umbelinda Portela dos Santos as mulheres envolvidas nesse processo eram “de vida livre”, tanto a ré como a vítima.

<sup>114</sup> Processo crime nº 10- out. de 1971.

munindo-se de uma lâmina gilette, desferiu dois golpes na vítima (Grifos nossos)

A partir dos fragmentos acima conseguimos identificar a presença das duas principais cafetinas da cidade de Taperoá daqueles idos: Severina Preta e Bilíndia. Segundo Nascimento (2008, p.135) “(...) a cafetina é a principal responsável por tudo que acontece em sua casa, desde cuidar do ambiente, dos clientes, da escolha dos funcionários e até mesmo da vida das meninas.” Observando os relatos orais de memória da ex-prostituta Maria de Lourdes conseguimos observar indícios da rede de relações que permeava a figura central do meretrício: a cafetina. Nesse caso em especial, a cafetina Umbelinda Portela dos Santos, conhecida popularmente como Bilíndia.

Segundo relatos da colaboradora em questão, Bilíndia era uma mulher humilde, advinda do município de Livramento, entretanto, da família do deputado Petrônio Portela. Chegara a Taperoá em 1945 em companhia do seu companheiro Antonio Limeira e, logo em seguida adentrara a pensão de Elpídio das Dores. Sua pensão fora construída em 1952, pelas mãos do seu novo amante Antônio Curdulino<sup>115</sup> que era pedreiro e patrocinou a construção de sua própria casa de lazer com três quartos, situada de frente a pensão já existente. Há indícios de que ambas as pensões funcionaram concomitantemente, não restando aborrecimentos entre as cafetinas. Entretanto, Severina “Preta”, decidiu fechar das portas do meretrício, ficando apenas Bilíndia a monopolizar tal comércio em Taperoá.

Representava uma verdadeira mãe para as meninas que ali residiam, preocupando-se desde sua alimentação, que aquela época consistia basicamente em feijão, farinha e arroz, “*comprando ovo para aquelas que amanheciam ressacadas*”, até a forma como elas se portavam: “*as mulheres bêbadas diziam uns palavrões, mas Bilíndia botava pra dentro e trancava. Ninguém ouvia mal palavra da boca dela, quando as mulheres diziam mal palavra, ela dizia: Cale a Boca!*.”<sup>116</sup>Essas práticas correspondiam aos códigos de sociabilidade da zona de meretrício perpassada pela

---

<sup>115</sup>Segundo relatos orais da ex-meretriz Maria de Lourdes a cafetina Umbelinda Portela dos Santos, de quem trataremos posteriormente, teria entrado na prostituição porque se “perdeu” muito cedo e ao chegar a Taperoá começou a viver com Antônio Curdulino, que lhe deu uma casa no bairro Liberdade, que a mesma transformou em pensão. A pensão de Bilíndia, apesar de muito frequentada pelos munícipes do sexo masculino, era um ambiente bastante simples, não possuindo piso apenas na pequena área que servia de sala para o povo dançar.

<sup>116</sup> Depoimento concedido à autora em 20/05/2014.

cafetina, tanto para as meretrizes, quanto para os clientes que frequentavam aquele espaço.

Quando questionada como Bilíndia mantinha a pensão, Dona Lourdinha nos evidencia:

O dinheiro que ela pegava era assim (é feio, risos) era quando as mulheres entravam no quarto com os homens, aí ela recebia. As mulheres dormiam uma horinha com o cabra aí ela recebia [...] O quarto dela era só pra ela.

Parece-nos que Umbelinda encontrara no meretrício seu meio de vida, seu sustento próprio e sua função, que no espaço da pensão consistia, segundo Rago (1991, p. 175), em “(...) ensinar como agradar ao freguês, como vestir atraentemente, como ter gestos charmosos, e exigia que as prostitutas incentivassem seus pares a consumir o máximo possível.”

Encontrava nos homens da família Melquíades Vilar, elite do município, a segurança para ela, suas meninas e o meretrício quando por ventura algum conflito ali viesse a eclodir. Nesse sentido, nos conta Lourdinha:

Antônio Melquíades (delegado nos anos 1990) era quem livrava as mulheres de apanhar. Ele dava nos homens, nas mulheres ele não dava não, ele protegia elas. Quando dizia assim chegou os Melquíades parecia que chegava Deus do céu, porque os homens não davam uma tapa em ninguém.

Sua articulação e influência com os homens ligados ao poder também apresentava-se no âmbito da política. “Juremeira de fé”<sup>117</sup>, Bilíndia conseguia barganhar conquistas e garantias para que sua pensão sempre estivesse em funcionamento. Tão concreta era sua ligação com dado grupo político que, certa vez, chegou a ser agredida na face pelo candidato derrotado da oposição por estar comemorando em sua pensão a vitória de Zé Ribeiro. Sua resposta, mais sarcástica impossível: “*E eu sou obrigada a chorar pelo senhor que perdeu?*”

Cafetinas como Bilíndia eram comumente acionadas pela instituição judicial para figurarem no papel de testemunhas, especialmente nos processos em que suas “meninas” e seus clientes estavam envolvidos. Entretanto, na maioria das vezes seus discursos de nada valiam para magistrado em questão, principalmente quando a

---

<sup>117</sup> O termo designa adeptos ao grupo político liderado por José Ribeiro de Farias (MDB).

promotoria desqualificava seus testemunhos, nomeando-as como “mulheres de vida livre” e donas de estabelecimentos voltados para perdição moral.

Destarte, a motivação que levava Angelina e Aldenôra a se confrontarem chega a nosso conhecimento a partir do depoimento do senhor Paulo Viana, 46 anos, casado religiosamente<sup>118</sup>:

Que estava sentado num banco no bar de Severina Preta, conversando com uma amiga, quando entrou Angelina Maria da Conceição, que aproximando-se da acusada foi perguntando se a indiciada estava dançando com Francisco Alexandrino, vulgo Chico Feio, mas que não tinha feito pouco da ofendida, ela a acusada investiu contra a ofendida e lhe deu um murro no rosto, sendo a agressora retirada do local pelos presentes.( grifos nossos)

Concluimos, assim, que o motivo que levava Aldenôra a tornar-se acusada do processo judicial tenha sido o fato da mesma ter interferido na relação entre Angelina e Chico Feio, que segundo relatos de memória oral, viviam amasiados<sup>119</sup>. O fato de Aldênora ter dançado com Chico Feio, mesmo em um espaço como o meretrício, onde as relações de fidelidade são mais flexíveis, representou para Angelina uma verdadeira afronta, uma grande covardia, que carecia ser resolvida a partir dos códigos de sociabilidade próprios do mundo da prostituição.

Através dos escritos de Nascimento (2008, p. 178), analisando a visão dos criminalistas, encontramos duas perspectivas distintas que definem o criminoso passional. Para os criminalistas da escola clássica, aquele que comete crimes por amor, mesmo imbuído das mais violentas paixões, não perde sua capacidade de discernimento entre o bem e o mal. Já para os criminalistas da Escola positivista, em especial Cesare Lombroso, o criminoso passional deveria ser isento de qualquer responsabilidade, pois o ciúme, como uma forma de loucura, pode tirar a capacidade de discernimento de qualquer pessoa.

O fato é que, no crime passional em questão, Angelina, que teve seu relacionamento invadido por uma outra meretriz, acabou sendo agredida também fisicamente por Aldênora, passando à condição de vítima quando foi até esta tirar satisfações sobre o episódio da dança, levando a pior frente a frente “(...) *com a mulher*

<sup>118</sup>Na verdade acreditamos que o senhor Paulo Viana estava ali, não propriamente em busca de uma amiga, entretanto, provavelmente tal termo tenha sido utilizado no seu testemunho pelo fato do mesmo ser um homem casado.

<sup>119</sup> Aldeci Ramos, entrevista concedida a autora em 24/01/2015.

*que batia até em homem.*”<sup>120</sup>. Contudo, para aliviar as dores físicas e do coração na ofendida, o incidente entre as duas meretrizes foi interrompido, quando Francisco de Alexandrino “ (...)puxou para fora Angelina, que estava banhada de sangue, saindo Aldenôra logo em seguida”<sup>121</sup>.

Ainda podemos problematizar, com base nessa peça judicial, a construção simbólica de um personagem significativo no processo de transferência do meretrício em finais da década de 1930, para o bairro Liberdade. Como analisamos no primeiro capítulo, a explicação dada pelo então prefeito Abdon de Sousa Maciel, frente à morosidade no processo de transferência da zona, deveu-se ao fato do mesmo, preocupado com os populares daquela cidade, estar construindo um espaço ideal para receber as meretrizes, concluindo-o apenas em 1939.

Farmacêutico, ex-administrador público e perito, Dr. Abdon de Sousa Maciel ainda exerceu a função de defensor público na Comarca do município de Taperoá, defendendo judicialmente aqueles que não possuíam verbas para contratar um advogado. No processo crime em que Aldenôra figurou como acusada por agressão, Dr. Maciel, como era recorrentemente chamado pelos munícipes, impetrou junto ao judiciário, pedido de pagamento de fiança para soltura da acusada.

Essas ações servem-nos, portanto, para entendermos que a construção simbólica criada em torno do antigo prefeito, associado ao “ *pai dos pobres*” ou “ *homem que deu a vida pelos mais necessitados, e, por isso, chegou ao fim dela sem nada*”<sup>122</sup>, pode ser acessada a partir dessas práticas, voltadas para os mais humildes e necessitados da cidade, embora suas ações devam também ser analisadas a partir de outras perspectivas.

Ademais, apesar da possibilidade de receberem ou efetivarem algumas regalias no interior da zona, como as que aqui analisamos, a construção social em torno da prostituta, sempre esteve atrelada às práticas de exclusão social e formulação de preconceitos. Quando perguntada como a sociedade taperoaense a tratava, em meados dos anos 1940, a ex-prostituta Maria de Materno, nos descreveu, a princípio, que não era ou pelo menos não se sentia excluída socialmente. Entretanto, percebemos, posteriormente, em sua fala o motivo pelo qual, esta meretriz, sempre preferiu realizar

---

<sup>120</sup> Testemunho do senhor Paulo Viana. Processo crime nº 10- 10/10/71.

<sup>121</sup> Idem.

<sup>122</sup> Essas expressões nos foram apresentadas tanto nos depoimentos do senhor Severino Ramos e da senhora Reuza Ribeiro.

seus atendimentos na sua própria casa. “*Eu preferia ficar em casa mesmo. [...] Lá na casa (cabaré) todo mundo ficava sabendo, todo mundo me via.*”<sup>123</sup>

Entendemos, dessa forma, que o fato de recusar a zona enquanto moradia e trabalho, freqüentando-a apenas esporadicamente quando da exigência do cliente, tratava-se de uma tática elaborada pela meretriz para tentar escapar dos estereótipos e preconceitos formulados pela sociedade. Rejeitar a zona enquanto local de trabalho, provavelmente fazia com que Maria de Materno fosse menos apontada e rejeitada pelas “mulheres comuns” da cidade, possibilitando, assim, que esta adentrasse e freqüentasse espaços que as outras, por exemplo, não poderiam ter acesso.

É evidente que entrar para a prostituição no século XX, representava automaticamente segregação das muitas práticas sociais. Identificamos um fenômeno que demonstra como tal associação se desenvolveu no município de Taperoá.

Segundo relatos orais, quando a cidade estava sob a administração do prefeito Capitão Irineu Rangel (1940-1945), foi instituído, um decreto, que proibia o acesso das prostitutas à feira, no mesmo horário freqüentado pelas “mulheres de bem”.<sup>124</sup> A estas, permitia-se apenas freqüentá-la nos finais de tarde, ou seja, momento em que os produtos ali vendidos já estavam bastante desgastados, sobrando apenas os restos para que por elas fossem consumidos.

Às três horas elas iam na rua, (as que tivessem dinheiro), comprar perfume, ruge, maquiagem e depois vinha simhora não podia ficar na rua não. Quatro horas tinha que vim simhora, senão o sargento Ivo prendia se encontrasse uma mulher prostituta fora do horário na rua. Era muito discriminado<sup>125</sup>.

Segundo Rago (1991, p. 92)

Além de confinar as prostitutas dentro de espaços especiais, vigiados e marginalizados, os regulamentaristas defendiam que estes estivessem localizados em bairros distantes das escolas, das igrejas, dos internatos e dos bairros residenciais. As meretrizes deveriam ter poucas permissões de saída e ainda deveriam receber as visitas sanitárias a domicílio várias vezes por semana.

<sup>123</sup> Dona Maria residiu durante toda sua vida no bairro do Liberdade, atualmente bairro do Alto.

<sup>124</sup> Depoimentos de Reuza Ribeiro de Queiroz e Estelita Matilde Ramos, concedidos respectivamente em 17/07/2011 e 25/04/2010.

<sup>125</sup> Depoimento da ex-meretriz Maria de Lourdes da Silva, concedido a autora em 12/11/13.



Se estabelecermos uma alusão perante este decreto municipal, perceberemos que as representações construídas em torno da prostituta assimilavam-se, por exemplo, ao estado em que se encontravam as frutas e objetos ali expostos. Coisas não escolhidas, usadas, não aceitas pela população, especialmente a feminina, um contraste com a função que assumiam durante a noite, deusas e divas do prazer.

A intolerância para com esses sujeitos, demonstrada pelos homens do poder no referido episódio, nos serve para entendermos o motivo que levava nossa entrevistada a procurar camuflar-se em sua residência no exercício de seu trabalho. Não se permitia, naquele contexto, que corpos socialmente distintos se misturassem em um único espaço, mesmo sendo este considerado público, evitando, desta forma, a confusão de papéis sociais. Percebemos, nesse sentido, que apesar de minimamente toleradas, já que estas não foram impedidas de frequentar o referido espaço, as meretrizes eram desrespeitadas, estigmatizadas e estereotipadas através da construção de um discurso moral que as afastava do seio social, assim como o discurso que havia segregado-as geograficamente no episódio da transferência da zona em 1939.

Entretanto, apesar da construção de fronteiras simbólicas ditadas pelas normas de conveniência urbana, as trabalhadoras do sexo passaram a elaborar e executar táticas buscando burlar e transitar pelos diferentes espaços da urbe. Encontramos em um protesto solene, proclamado pelo vigário, Edgar Toscano de Brito, relatos da presença das mesmas no centro religioso:

Factos escandalosos e públicos. Mulheres de vida livre, com vestidos indecentes, freqüentando diariamente o commercio e os cafés. A audácia ia mais, longe, chegavam até mesmo, com os ditos trajes, a entrar na igreja. (LIVRO DE TOMBO nº 1, 05 maio 1938, p.36).

No tocante à religiosidade, constatamos que a maioria das meretrizes procurava participar dos eventos religiosos, mesmo que socialmente impedidas<sup>126</sup>. Segundo relatos orais,<sup>127</sup> as prostitutas não só procuravam praticar o espaço religioso, como respeitavam-no, especialmente no dia do principal evento cristão da cidade, a festa de

---

<sup>126</sup> Com base no depoimento da ex-prostituta Maria de Lourdes Silva, conseguimos apontar indícios da forte religiosidade de Bilíndia. Segundo a mesma, a cafetina era muito religiosa, indo inclusive ao encontro de Frei Damião, quando de sua passagem por Taperoá no final da década de 1960.

<sup>127</sup> Depoimento de Maria de Materno, concedida em 23/11/2013.

Nossa Senhora da Conceição, padroeira do município<sup>128</sup>. Nesta data, excepcionalmente, o cabaré não abria as portas, já que as prostitutas se preparavam para a procissão e a noite se resguardavam pelo “dia santo”. Por seu turno, seus clientes também encontravam-se ocupados com suas famílias na igreja e no pavilhão, parte social da festa em homenagem à santa. De fato, segundo a ex-meretriz Maria de Lourdes, “(...) o cabaré de Taperoá era conhecido por fecharas 7horas para o povo ir à missa”.

Coma base no registro fotográfico abaixo podemos evidenciar a relação dessas mulheres com o sagrado.



Acima Umbelida Portela dos Santos, Bilíndia. Podemos perceber a presença de símbolos religiosos em sua residência: imagens de santos, esculturas e um terço. Arquivo: Cavalcante Neto S/D.

Entretanto, apesar dos reclames ditos pelo padre em relação às vestimentas das prostitutas, nos deparamos com fontes que nos relatam aspectos destoantes daqueles proferidos pelo religioso. Vejamos as imagens que seguem:

<sup>128</sup> A festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do município de Taperoá, é comemorada anualmente no dia 8 de dezembro. Considerado um dos principais eventos religiosos da cidade, a festa conta com momentos religiosos, como as novenas diárias e a procissão, e a parte social do evento, representada pelo pavilhão. Em registro no livro de Tombo, identificamos que a mesma durante a transferência das imagens e práticas religiosas para a antiga Matriz, passou a ser comemorada naquele espaço, ficando a Nova Matriz devidamente fechada.



Imagem - Ocasão da comemoração de aniversário de uma das meretrizes. Baile de Cor Branca. s/d. Arquivo pessoal de Maria de Materno.

E:



Imagem- Bilíndia defronte a sua pensão, ao centro sobre a pedra ladeada de suas “Meninas”, na ocasião da comemoração de um dos seus aniversários, cujo tema era O Baile Rosa década de 1950. Fonte: Arquivo Faustino Teatino Cavalcante Neto.

Percebemos a partir das imagens acima, que o vestuário das meretrizes, diferentemente do discurso moral construído pelo padre, parecia se enquadrar nos moldes de normalidade social para a época. Vestidos comportados, cabelos e

maquiagem aparentemente discretos, sapatos baixos, uma imagem que mais parecia representar uma moça simples e comum da cidade ou do campo. Estabelecendo uma relação entre a escolha do traje e as representações sociais construídas socialmente em torno das meretrizes, podemos perceber que tais escolhas não foram tomadas ao aleatório. Pensamos que constituíam-se táticas elaboradas pelas prostitutas no intuito de adentrar os espaços da cidade proibidos socialmente a estas. Padronizando-se, seja na aparência física, seja no comportamento, às senhoras “comuns e decentes” da cidade, as prostitutas tentavam fugir do constrangimento público e da exclusão social.

Ambas as fotografias registram dias festivos do cabaré, os chamados “Bailes de Cor”, que eram organizados em comemoração aos aniversários das prostitutas, cada uma tomando para si como tema uma cor específica. Na primeira foto, a cor temática escolhida foi à branca, não sabemos exatamente que meretriz estava aniversariando, mas detectamos nesta, a presença da nossa depoente Maria de Materno, na extrema esquerda. Na segunda imagem, também retirada já no pós-confinamento do meretrício no “Liberdade”, conseguimos detectar a presença daquela que hegemonizou durante muitos anos as artes do amor e prazer na cidade: a senhora Bilíndia, em sua pensão, junto com as suas meninas, no bairro do Liberdade.

Tais festividades eram muitas vezes animadas pelos artistas locais, a exemplo de Martinho “Cego” e Cícero Quixaba, ou mesmo por grandes artistas regionais como Abdias dos Oito Baixos. O que nos faz perceber a importância do meretrício não somente enquanto espaço de prazer e conflitos, mas como ambiente de sociabilidades onde circulavam homens e “mulheres da vida” em busca divertimentos múltiplos. Segundo Rago (1991, p. 167):

Embora tenha suscitado reações de grande ansiedade por parte de alguns setores da sociedade, o mundo da prostituição foi marcado por toda uma auréola de mistério, fascínio e atração. Nele se configurou uma importante rede de sociabilidade: fluxos que circulavam entre os cafés-concertos, cabarés, “pensões chics”, teatros e restaurantes, congregando artistas, músicos, coristas, dançarinas, boêmios, gigolôs, prostitutas estrangeiras e brasileiras.

Por fim, resta-nos problematizar a receptividade das meretrizes, frente ao anúncio de fechamento do meretrício que, segundo relatos orais e documentos da edilidade, ocorrera na gestão do prefeito municipal José Vilar (1977-1980). Segundo a

ex-meretriz Maria de Lourdes, o fechamento da zona de meretrício na cidade de Taperoá acontece quando:

Zé Vilar derrubou essas casas, mandou as mulheres saírem para derrubar as casas. Ai pronto não ficou ninguém aqui. Só ficou Bilíndia sozinha. Depois de um certo tempo ela fechou e foi pra Brasília. Passou um bocado de tempo lá na capital trabalhando de gari.

Em outro vestígio documental conseguimos identificar a datação exata do fechamento da zona pelo então prefeito municipal. No requerimento de autoria do então presidente da Câmara de Vereadores José de Assis Pimenta, de 1977, o referido legislador trata da matéria da desocupação do meretrício, quando requer os objetos da edilidade referentes aos materiais de construção daquelas casas, agora derrubadas, como telhas, tijolos e a madeira, segundo o próprio, sob a alegação “(...)de esclarecer a opinião pública que constantemente faz indagações aos senhores vereadores”.<sup>129</sup>

Não sabemos ao certo que motivações teriam levado o referido gestor em por fim a zona de meretrício na cidade. Nossas fontes não apontaram nenhum indício das alegações apresentadas pelo prefeito naquela ocasião. Entretanto, pudemos observar nos dizeres da referida depoente, que após a derrubada das casas, construídas por Dr. Maciel no final da década de 1930, os terrenos da edilidade foram doados pelo administrador municipal às famílias carentes de Taperoá para ali construírem suas moradias<sup>130</sup>. Restou naquele perímetro, agora higienizado, apenas a pensão de Bilíndia, que, como vimos, era de propriedade privada.

Nos dizeres de nossa depoente aparecem, entretanto, indícios da decisão de Bilíndia em também fechar as portas da sua pensão, pouco tempo depois. Provavelmente, o fato de ter ficado cercada por famílias de “bem” tenha contribuído para que a cafetina pusesse fim a sua “casa da alegria”, viajando a capital federal para lá exercer a profissão de gari. Ainda segundo nossa colaboradora, o passo seguinte do gestor municipal fora iniciar a construção do Grupo escolar ‘Odacy Vilar’<sup>131</sup> naquele

<sup>129</sup> Sala de Sessão da Câmara Municipal de Taperoá, 03 de outubro de 1977.

<sup>130</sup> Encontramos a lei que legalizou a doação destes terrenos para famílias comprovadamente carente da cidade. Assinada pelo interventor José de Assis Queiroz, a lei obrigava os contemplados a edificar seus respectivos imóveis no prazo de dois anos, e tinha como motivação expandir a cidade naquela direção.

<sup>131</sup> Encontramos o projeto Lei nº 23 de 18 de junho de 1978 de propositura do vereador Osvaldo Vilar Filho, onde o referido grupo escolar passaria a se chamar Elísio Félix da Costa “Canhotinho”, em homenagem ao repentista popular taperoense. Entretanto, o interventor José de Assis Queiroz nomeou-o, no ato de inauguração com a denominação Odacy Vilar, em referência a educadora de tradicional família local, pois segundo o mesmo, nos registros de lei do município, não existia sanção ao primeiro projeto.

perímetro, pondo fim, acreditamos, a qualquer tentativa de restabelecimento do meretrício naquele perímetro, agora habitado por populares.

Entretanto, o processo de fechamento da zona de meretrício não fora, ao que parece, recepcionado pelas meretrizes de forma tão pacífica. Maria de Lourdes da Silva acabou evidenciando em seu relato momentos de ação sub-reptícias daquelas mulheres, que agora sem moradia e conseqüentemente, sem espaço para exercerem suas atividades profissionais, haviam perdidos sua funcionalidade social. Assim, a mesma nos evidenciou:

Zé Vilar levou muita praga daquelas mulheres. Ele não conta não, mais teve umas que foram fazer enxerimento na porta da casa dele. Quando ele viu aquilo gritou: O que vocês estão fazendo ai! Elas disseram: o senhor tirou o canto de nós, agora a gente vem pra sua porta. [...]

E:

Quando ele foi cassado, minha filha, muitas delas, ficaram de peito lavado. Diziam ai pra todo mundo ouvir, que ZéVilar foi desassossegar elas, agora arrumou quem desse o troco a ele.

São relatos como estes que nos aproximam dos escritos de Michel de Certeau (2001, p. 102), quando o mesmo propõe estabelecer análises das práticas da cultura ordinária, através das táticas:

[...] As táticas são procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo as circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável, à rapidez de movimentos que mudam a organização do espaço, às relações entre momentos sucessivos de um ‘golpe’, aos cruzamentos possíveis de durações e ritmos heterogêneos etc. [...]. As estratégias apontam para a resistência que o estabelecimento de um lugar oferece ao gasto do tempo: as táticas apontam para uma hábil utilização do tempo, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de poder. Ainda que os métodos práticos pela arte da guerra cotidiana jamais se apresentem sob uma forma tão nítida, nem por isso é menos certo que apostas feitas no lugar ou no tempo distinguem as maneiras de agir.

Nesse sentido, a tática como a arte do fraco, daquele que não detém o poder nas mãos, apresenta-se nesse relato pelo fato de algumas mulheres irem realizar seus atendimentos amorosos na porta da residência do prefeito, no ato de jogar pragas ao

gestor, bem como em ridicularizá-lo pela sua cassação<sup>132</sup>. Essas práticas representam os efeitos produzidos pela astúcia dessas mulheres, e que esperaram momentos precisos para realizá-las.

Deste modo, findada nossa problematização em torno do cotidiano da zona de meretrício entre as décadas de 1940-1970, resta-nos dedicarmos a analisar as práticas delituosas oriundas deste perímetro, que associadas à presença do referido meretrício naquela localidade, contribuíram para formulação de preconceitos e representações sociais negativas em torno do “Liberdade”e, conseqüentemente, dos seus habitantes.

---

<sup>132</sup>José de Assis Queiroz assumiu a interventoria após a cassação do prefeito Zé Vilar, ficando a frente do executivo municipal de agosto de 1980 a janeiro de 1983.

## 2.2 NOS MEANDROS DA CRIMINALIDADE : VIOLÊNCIA, CRIME E MARGINALIZAÇÃO NO “LIBERDADE” (1940-1970)

Problematizamos anteriormente o cotidiano do meretrício e as ressignificações que o Bairro Liberdade passou a receber, ao longo dos anos, por alocar dado espaço em seu perímetro suburbano. Percebemos, durante a nossa empreitada, que a dimensão da violência parecia estar circunscrita naquele espaço, que apesar de possuir normas de convivência própria, muitas vezes condizentes com a normatização do projeto higiênico burguês, acabava escorregando nos percalços próprios de ambientes segregados e marginalizados pelos ditos burgueses.

Começamos, assim, a perceber que a formulação de representações negativas em torno do referido bairro acontecia não só pela presença de espaços considerados anti-higiênicos e alocados ali durante as primeiras décadas do século XX, como o meretrício e seus mais variados conflitos, aqui já problematizados. Mas, também devido à presença de populares naquela localidade que, muitas vezes, ao vivenciarem seu cotidiano, acabaram desenvolvendo querelas que, por sua vez, desembocaram nas malhas da justiça.

Como nos diz Foucault (1996), em *A vida dos Homens Infames*, esses sujeitos sociais só não ficaram obscurecidas para a história por que em algum momento da vida chocaram-se com os discursos da polícia e da justiça e por esse motivo podem ser trazidos a “de volta a luminosidade do presente.” Souza (2011, p. 82).

Não queremos dizer com isso que a dimensão da violência esteja exclusivamente relacionada à condição social dos nossos sujeitos históricos. É possível, inclusive, pontuarmos nos processos crimes que analisamos, a presença de sujeitos da elite envolvidos nesses delitos. Acreditamos que a prática da violência encontra-se inerente a condição de ser humano, cabendo aos sujeitos, a partir das mais variadas circunstâncias, desenvolvê-la ou não. Como nos diz Hannah Arant (1973, p.94) “[...] a essência da ação violenta é regida pela categoria meio-fim, que quando aplicada a questões humanas tem a característica de estar o fim sempre em perigo de ser sobrepujado pelos meios que ele justifica e que são necessários para atingi-los”.

Neste caso, nossos personagens centrais, ao serem tocados pelo discurso jurídico, ocupando a posição de sujeitos marginalizados e segregados em um espaço suburbano, acabaram construindo para si e para dado perímetro estereótipos formulados



a partir da negatividade, que geralmente circundam bairros populares nas mais variadas metrópoles brasileiras.

Mapeamos, pois, a fim de reforçarmos nossa tese, delitos dos mais variados, que envolveram habitantes do “Liberdade”, no interior ou fora daquela territorialidade, bem como cidadãos residentes em outros bairro da cidade e que encontraram naquele perímetro, ambiente propício para realizarem seus atos.

Desse modo retornaremos aos idos 12 de março de 1947, data em que Manoel Albérico, 23 anos de idade, sem profissão e residente a Rua do Alto, foi denunciado pelo Ministério Público ao judiciário por:

No 1º dia do corrente mês o indivíduo conhecido por perturbar a ordem do Bairro Liberdade, subúrbio desta cidade desacatou com um punhal a punho o senhor José Carolino. Posteriormente ao ser procurado por autoridade policial, encontrando-o a Rua 15 de novembro, e ao tentar desarmá-lo, Manoel Albérico resistiu contra a ordem, sacando um punhal contra a autoridade, dizendo “QUEM VIER MORRE”.<sup>133</sup> (Grifos nossos)

Este episódio torna-se salutar para entendermos como alguns indivíduos, por motivações diversas, acabaram sendo representados nas peças processuais, como sujeitos dados à desordem, à vadiagem, ao alcoolismo e que tentaram, através das suas práticas delituosas, se impor no espaço social, por eles ocupados. Segundo uma das testemunhas arroladas no processo<sup>134</sup>, o conflito entre Manoel Albérico e José Carolino, se iniciou quando este último, a caminho de um curral existente naquela localidade, avistou o denunciado discutindo com uma das mulheres que viva no meretrício. Segundo a testemunha de acusação, quando José Carolino procurou apaziguar a discussão foi ameaçado por Manoel Albérico com um punhal, dizendo este último no final da discussão: *“Pode dar parte de mim que não tenho medo de polícia”*.

Já tratamos aqui, em outra oportunidade, a respeito dos códigos de conveniência existentes no interior do meretrício e no próprio bairro, bem como alguns indivíduos apresentaram-se avessos a ditas normas.<sup>135</sup> No caso em questão, nossa personagem, conhecido como perturbador da ordem, como fundamenta a promotoria, teria

<sup>133</sup> Processo Crime nº 4- mar. de 1947.

<sup>134</sup> Francisco Lucas, 44 anos, trabalhador rural, residente no sítio Riacho Escuro.

<sup>135</sup> No caso da peça processual onde Manoel Albérico aparece como réu, o mesmo é representado pelas testemunhas de acusação como um sujeito dado à desordem, acostumado a praticar roubos pela cidade, preso por estar alcoolizado e vadiando.

transpassado a territorialidade onde costumava realizar seus delitos, passando realizá-los no centro da cidade, localidade onde foi capturado pela autoridade policial.

Provavelmente dois agravantes foram cometidos pelo referido denunciado na prática deste delito: desafiar a autoridade policial, ameaçando-o, e fazê-lo fora das cercanias do bairro Liberdade, na Rua 15 de novembro, área central da cidade e espaço onde o poder público preferencialmente, procurava manter afastado os perigos advindos do mundo suburbano.

Ato semelhante cometera Rubens Paulo do Nascimento, 19 anos, agricultor, solteiro, e residente a Rua do Alto, no final da década de 1970, quando:

No dia 12 do corrente mês encontrava-se na porta da sorveteria João de Queiroz Melo, Alfeu Andrade de Farias e José Fernandes Pimenta Júnior, quando apareceu ali Rubens Paulo do Nascimento e trazia na cintura uma faca peixeira, entrando na sorveteria, sacou a arma, dando algumas pancadas na mesa, ao tempo em que brandava: “Vou mostrar que em Taperoá tem Homem”, ameaçando os citados jovens que ali estavam.<sup>136</sup>

Conhecido popularmente pela sua fama de arruaceiro, ou pelo menos é dessa forma que o caracterizam as duas testemunhas de acusação arroladas no processo, Rubens de Sargento Paulo, como era popularmente conhecido, é representado discursivamente no processo jurídico, como um mau elemento, acostumado a andar armado pela cidade e dado a vícios alcoólicos<sup>137</sup>.

Também neste caso, o ato delituoso exercido pelo acusado transpassa o limite geográfico da área suburbana onde o mesmo vivenciava suas relações cotidianas, o que acabou interferindo nas práticas de sociabilidade dos demais cidadãos em um espaço de divertimento, freqüentado pelos membros da elite taperoense, com quem o acusado entrou em conflito<sup>138</sup>.

Não é possível detectar no referido processo que motivações teriam levado Rubens Paulo a adentrar a sorveteria e começar uma discussão com as vítimas. Uma

<sup>136</sup> Processo Crime nº 6- agos.1978.

<sup>137</sup> Localizamos outro processo crime, datado de 1976, onde as irmãs de Rubens Paulo, (Eunice Paula do Nascimento, Mirian Paula do Nascimento e Damares Paula do Nascimento) são denunciadas pelo Ministério Público por terem apedrejado policiais na Rua Capitão Dorgival Vilar, no momento em que seu irmão menor era conduzido pela polícia.

<sup>138</sup> Na declaração do ofendido João de Queiroz Melo, conseguimos detectar a classe social a que pertencia sua família. O mesmo era filho do ex-prefeito da cidade Manoel de Assis Melo, conhecido pelos munícipes como Manoel Marcionílio. Quanto aos outros dois, seus sobrenomes nos remetem a duas tradicionais famílias ligadas a política taperoense, os Farias e os Pimenta.

delas João de Queiroz Melo, afirmou inclusive que, anterior aquele evento, não existiam mágoas, nem mesmo querelas, ou indiferenças entre ele e o acusado.

O que de fato a promotoria tenta afirmar é que, naquela noite, Rubens Paulo tentava praticar uma ação criminosa na cidade a todo custo. Segundo os autos do processo, o mesmo já havia, em companhia do amigo Raimundo Alexandrino, sido expulso da boate “O Esquinão” por desordem e, ao sair dali, fora de encontro às citadas vítimas no interior da sorveteria.

Tal atitude protagonizada pelo réu acabou contribuindo para que representações sociais negativas em torno dos habitantes do “Liberdade” fossem sendo construídas ao longo dos anos. Somando-se a segregação geográfica de espaços considerados impróprios para o centro daquela urbe, as práticas cotidianas exercidas por alguns de seus moradores, permeadas pela ilegalidade, acabaram contribuindo ainda mais para marginalização e segregação dos habitantes daquela área, mistificando-os a partir do viés da criminalidade.

Outra característica que podemos evidenciar nesse delito é o fato do réu, que se encontrava de férias na sua cidade natal quando ocorrera tal conflito, exercer sua atividade profissional sazonalmente na cidade de São Paulo. O mesmo no momento em que prestava declaração a autoridade judicial evidenciou:

Nunca fui preso. Já recebi ordem de prisão do delegado José Ferreira, mas corri, deixando sargento e soldado blefado. Dias depois viajei para a capital de São Paulo onde passei a trabalhar por quatro anos, fazendo três viagens, indo e voltando a Taperoá, desejo viajar de novo.

O que nos chama mais atenção nos processos onde foram protagonistas os moradores do bairro Liberdade é que recorrentemente os envolvidos nos delitos viajavam para a região Sudeste do país em busca de emprego. Acreditamos que estas retiradas representavam na verdade táticas, que estes sujeitos elaboravam na tentativa de driblar o aparato judiciário local, uma vez que distantes não seria possível a concretização dos mandatos de prisão.

Entretanto, ao ampliarmos um pouco mais nosso foco de visão, percebemos que muitos outros habitantes do citado bairro também encontraram na migração Rio/ São Paulo uma saída para baixa qualidade de vida que possuíam. Visualizamos, pois, que a falta de investimentos públicos no bairro e a ausência de empregos que absorvessem

essa mão de obra representa também uma forma de violência simbólica, onde os mecanismos de exclusão, historicamente construídos, reforçam as diferenças e desigualdades entre os sujeitos sociais.<sup>139</sup>

Podemos entender essa relação ao analisarmos a peça processual onde fora denunciado Francisco de Assis Lima, o Paraná de 19 anos e residente em uma das ruas Rua do Alto, por:

Ter o mesmo na madrugada de 11 de junho de 1979 penetrado no interior do jeep de propriedade do senhor Geraldo Andrade de Azevedo, onde furtou um rádio que equipava o veículo.<sup>140</sup>

No caso em questão o que mais nos chamou a atenção foi o fato das testemunhas arroladas no processo construírem discursivamente o acusado como um rapaz de boa conduta, trabalhador e honesto, “(...) *que havia caído nesta fraqueza por encontra-se sem serviço*”.<sup>141</sup> Diferentemente, evidente, das representações construídas pela vítima sobre o acusado em seu depoimento.

Uma das testemunhas, inclusive, evidenciou sua perplexidade diante do fato ocorrido, uma vez que, havia trabalhado com o acusado como tratorista e ser conhecedor da sua responsabilidade e confiança. Segundo o mesmo o réu, “(...) *usava chaves de grande valor do exercício do seu ofício junto com o denunciado, e de lá nunca havia desaparecido nada*”.<sup>142</sup>

Temos, assim, duas personalidades construídas no processo em torno de Paraná. A primeira, de “ladrãozinho do Alto” (...) *acostumado a bulir nas coisas alheia*<sup>143</sup>; e a segunda de homem trabalhador que encontrava-se sem emprego no momento que cometera o delito e, por isso, impossibilitado de manter a família. Nas palavras do próprio acusado, este teria sido seu primeiro furto em virtude de encontra-se com a filha de um ano e um mês chorando com fome.

Sabemos que comumente muitos interrogados recorriam a inverdades discursivas na tentativa de sensibilizar a autoridade judiciária e livrar-se de possíveis

---

<sup>139</sup> No dia 02 de maio de 1979 o juiz da Comarca de Taperoá, Luiz Carlos dos Santos expede um novo mandato de prisão para Rubens Paulo do Nascimento, já que o mesmo encontrava-se em endereço desconhecido, desrespeitado as condições da soltura via “SURSI”

<sup>140</sup> Processo Crime nº 13- jun. 1979.

<sup>141</sup> Declaração do acusado.

<sup>142</sup> Declaração da testemunha Luis Calos dos Santos, 29 anos.

<sup>143</sup> Depoimento da vítima Geraldo Andrade de Azevedo.

condenações.<sup>144</sup> Entretanto, se conjecturarmos a possível motivação do furto, a falta de perspectiva de vida do denunciado e a exclusão social em que este estava historicamente inserido, podemos apontar que o ato delituoso praticado por Paraná constituía-se apenas uma das pontas do novelo no que concerne o aspecto da violência. A outra ponta vinha sendo costurada, ao longo dos anos, de baixo para cima pela linha dos mecanismos de exclusão, segregação e desigualdades sociais. Partilhamos, pois, do entendimento de Hannah Arendt quando esta afirma que “(...) a violência como toda ação muda o mundo, mais é provável que esta mudança seja uma mudança para um mundo mais violento”. (Op. cit. p.151)

Ao analisarmos nosso corpus documental percebemos, que os delitos onde foram protagonistas os moradores do “Liberdade” (Alto), possuíam as mais variadas motivações, singularidades e desfechos, alguns de maior e outros de menor complexidade.

No processo crime de 09 de dezembro de 1970, onde figurou como acusado Pedro Horácio Gomes de Oliveira, brasileiro, casado, agricultor e morador do sítio Pocinhos, comarca de Taperoá, encontramos indícios de um crime passional que, naquele contexto, contribuiu para estereotipar o bairro Liberdade, pelo prisma da violência e marginalidade. Segundo o representante do Ministério Público:

Aos de outubro de 1970, o acusado Pedro Horácio encontrava-se em companhia de sua esposa, quando mais ou menos às 20 horas, teve um desentendimento com a mesma, por motivos de ciúmes, fato acontecido na residência do irmão do acusado. Serenado os ânimos, acusado e vítima retiraram-se com destino a sua residência e ao passarem por uma das ruas do Alto desta cidade, o acusado que conduzia uma faca peixeira, investiu contra sua esposa Sebastiana Maria da Conceição, produzindo na mesma ferimentos descritos no Exame de Corpo de Delito fls.<sup>145</sup>

O primeiro aspecto que podemos problematizar em torno deste conflito é o fato de vítima e acusado não serem moradores do bairro do “Alto”, residindo, como nos evidencia o trecho da peça processual, na zona rural da cidade. Ambos passavam por ali segundo depoimento da vítima, a fim de “(...) realizar um pagamento a senhora *Genuína Gonçalves*”. Entretanto, com todo o desenrolar do delito, se dando em uma das

<sup>144</sup> Paraná confessou o furto e foi posto em liberdade durante o inquérito policial. Foi condenado, em 17 de outubro de 1979, a 2 anos e 8 meses de reclusão e a pagar multa de 2.800,00 cruzeiros.

<sup>145</sup> Processo crime nº 09- dez.1970.

ruas do “Alto”, a marca da violência e criminalidade acabaram ficando circunscritas ao interior daquele perímetro suburbano, que historicamente já conhecia as marcas da marginalização, discriminação e segregação social.

Não queremos dizer com isso que as práticas criminosas que ocorreram na cidade de Taperoá, durante o recorte temporal por nós pesquisado, fossem exclusividades do bairro Liberdade. Na verdade, durante a pesquisa no arquivo da Comarca local encontramos vestígios de grande índice de criminalidade em outras áreas da cidade, especialmente na zona rural onde grande parte da população se concentrava<sup>146</sup>. O que procuramos demonstrar através desses escritos é que tais práticas criminosas contribuíram, sobremaneira, para a fundamentação de estereótipos e representações sociais negativas em torno daquela territorialidade, que já possuía elementos construídos historicamente de segregação, marginalização e desigualdades sociais.

Sabemos que as relações cotidianas são passíveis de conflitos e que quando esses são considerados de grande complexidade, como no caso do homicídio, as representações geradas pelos cidadãos são proporcionais à gravidade, materialidade e motivação do delito. Mapeamos, pois, alguns homicídios ocorridos no bairro Liberdade a fim de problematizarmos a mistificação construída em torno daquela territorialidade ao longo dos anos.

Aos 16 de junho de 1973, José de Araujo da Silva, 19 anos, solteiro e residente no sítio Riacho do Carneiro, respondeu pelo irmão João Araújo da Silva, 22 anos, carpinteiro e também residente nesta localidade devido ao seguinte delito<sup>147</sup>:

Estava jogando sinuca, quando ouvi falar que tinham furado uma pessoa lá na mercearia de Martinho Cego. Ao chegar perto da referida casa, vi uma aglomeração, que o declarante dirigiu-se a fim de saber o que era, chegando no dito local presenciei um rapaz caído sobre o solo com uma vela na mão acabando de morrer, ouvindo neste momento uma mulher dizendo: Quem furou foi um irmão deste rapaz de bicicleta.<sup>148</sup>

Levado pelos policiais para prestar depoimento sobre o paradeiro do seu irmão, acusado do homicídio de Antônio Félix e que aquele momento encontrava-se

---

<sup>146</sup> Pelo censo de 1970, Taperoá possuía 12.366 habitantes residindo 3.501 na zona urbana e 8.865 na zona rural, segundo dados do IBGE.

<sup>147</sup> Processo Crime nº 12- jun.1973.

<sup>148</sup> Auto de qualificação do acusado.

foragido<sup>149</sup>, José de Araújo vai nos evidenciando a motivação que teria levado seu irmão a cometer aquele grave delito. Segundo o mesmo:

João disse para mim que se encontrava em companhia de seu amigo Antonio Gorducha na mercearia de Martinho Cego, a fim de ter um entendimento com o dito rapaz que morreu, a respeito de um negócio de um relógio que o mesmo tinha feito com seu amigo, Antonio Gorducha. O falecido revoltou-se contra meu irmão João dando murros no mesmo e tratando com palavrões de toda espécie, que nesse momento João sacou uma faca peixeira e furou o rapaz, retirando-se imediatamente para o Riacho do Carneiro.

O primeiro aspecto passível de análise nesse depoimento diz respeito à motivação do delito. Com base nos ditos de José, irmão do acusado, somos levados a crer que o desenrolar do conflito tenha se dado a partir da negociação mal realizada de um relógio entre a vítima e o amigo do acusado, Antônio Gorducha.

Tal motivação é considerada pelo Código Penal como torpe e banal, uma vez que este mecanismo jurídico representa, ou pelo menos deve representar as expectativas e anseios da sociedade, podemos induzir que esse delito fora recepcionado pela população taperoense pelo prisma da negatividade.

Entretanto, com base no depoimento concedido por uma das testemunhas do desentendimento, Antonio Gorducha, concluímos que o fato que possibilitou o desenvolvimento da querela entre os envolvidos não fora exatamente à negociação do referido relógio. Nos ditos do mesmo, encontramos:

Que o declarante fazendo negócio com Antônio Felix, teria que voltar ao mesmo a importância de cinco cruzeiros, pagando no mesmo momento. Que neste momento João Otaviano (João Araújo da Silva) disse para Antônio Félix “Você agora vai pagar uma bicada de cana aqui na mercearia de Manoel Celestino, porque quem recebe a volta da troca é quem tem direito de pagar a chamada.” Que Antonio Félix respondeu “Aqui nesta mercearia não, quer beber vamos para a mercearia de Martinho cego”; que João Otaviano continuou insistindo, só ia se fosse para Antônio Félix pagar uma garrafa de cerveja e Antônio dizia só pagar uma chamada de cana. (Grifos nossos).<sup>150</sup>

<sup>149</sup> Possivelmente o acusado encontrava-se foragido não só para livrar o flagrante delito, mas também porque tinha um mandato de prisão em aberto na justiça pela morte de Valdemar Francisco Maciel, conhecido como Dimas, no sítio Salgado.

<sup>150</sup> Declaração de Antônio Gorducha.

Nos parece que, o que de fato desencadeou o desentendimento entre os envolvidos no delito fora a negativa da vítima diante do pedido do acusado: a princípio pagar uma chamada de cana na mercearia de Manoel Celestino e, posteriormente, diante da recusa do mesmo, o pedido de uma garrafa de cerveja no estabelecimento de Martinho Silvério ( Martinho Cego). Como ambas as alternativas foram refutadas por Antônio Félix, restou-lhe apenas a alternativa de descansar “em sono profundo” na porta do citado estabelecimento comercial.

Ao analisarmos os depoimentos das testemunhas arroladas no processo, conseguimos perceber a comoção e indignação de algumas pessoas ao chegarem ao local do delito. Izabel Amaro Teto, 28 anos, moradora do bairro do Alto, antigo “Liberdade”, por exemplo, disse em depoimento ter chegado ao local do crime no momento em que Antônio Félix, “ (...) *encontrava-se acabando de morrer, já com as tripas para fora. E que ficou sabendo depois que o motivo daquele crime todo tinha sido por causa de uma simples troca de relógio*”.

Acreditamos, pois, que a prática desse delito, ocasionado como vimos por uma motivação banal, contribuiu sobremaneira para a construção de estereótipos negativos em torno daquele perímetro urbano, marcado historicamente, pela marginalização de espaços e pessoas e pela criminalidade. Mesmo envolvendo sujeitos que não residiam naquela localidade, o bairro do Alto acabou sendo construído discursivamente pelos cidadãos a partir do viés da marginalidade, alcoolismo e prostituição.

Outro crime envolvendo moradores daquele perímetro, que acabou legitimando essa associação do perímetro e seus habitantes a partir do prisma da criminalidade, nos chega através da denúncia da promotoria contra Francisco Pereira de Araujo, conhecido popularmente como Chico Leite, 42 anos, agricultor:

Aos 28 de fevereiro de 1947, o indivíduo encontrava-se na Rua Álvaro Machado, no prédio pertencente a João Casulo, onde realizava-se uma dança Carnavalesca Cambindas, já conhecido como perturbador da ordem pública, abelhudamente intrometeu-se naquela brincadeira, levando a efeito os seus requintes de permissividade, pois sem motivo justificado feriu de canivete mortalmente o pobre pai de família, ordeiro e pacato conhecido por todos EUCLIDES LEVINO<sup>151</sup>.

Posteriormente, trataremos das especificidades dessa manifestação cultural de nome Cambindas que encontrou na família Levino, moradores do “Liberdade” (Alto da

---

<sup>151</sup> Processo Crime nº 02- fev.1947.



Conceição), sua perpetuação ao longo do centenário de existência. Por hora evidenciaremos apenas algumas questões para um melhor entendimento sobre o desenrolar do delito.

Segundo Alves (2013), o referido folguedo possuía algumas normas de conveniência que deviam ser compartilhados entre os dançantes e os demais habitantes da cidade. Uma dessas práticas seria o envio do convite, por parte das famílias mais abastadas da cidade, a fim de receber o grupo dançante em suas residências no período carnavalesco.

De fato, no caso em questão, o delito ocorrera no prédio pertencente a João Casulo, comerciante do ramo algodoeiro que recepcionava naquela ocasião o grupo folclórico em seu prédio. Entretanto, no desenrolar do festejo, um atrito se desenvolveu entre Chico Leite e Euclides Levino este, filho do então mestre das Cambindas Delmiro Levino.

Segundo as testemunhas arroladas no processo, o acusado teria adentrado ao salão já embriagado e, dado a sua falta de conduta, teria sido convidado a se retirar por várias pessoas que lá se encontravam. Não atendendo ao pedido, Chico Leite passou a conduzir investidas às moças que ali estavam em busca de uma companhia dançante. Diante da negativa das referidas moças e percebendo a indignação do acusado, Euclides Levino teria lhe oferecido à filha de Vicente Preto para que ele pudesse dançar. Após dar duas voltas no salão com a citada moça, Chico Leite entregou-a novamente à Euclides, aparentando-se aborrecido e o chamou para conversar. Essa conversa acabou, entretanto, com o fim da vida de Euclides, morto por golpes de canivete.<sup>152</sup>

Não sabemos ao certo se querelas antigas existiam entre a vítima e acusado, nem se estes possuíam uma convivência amigável, infelizmente a peça processual não nos evidencia esses aspectos do cotidiano dos envolvidos. O que nos parece é que, devido à embriaguês do acusado e sua indignação diante das sucessivas recusas em praticar dado espaço, o mesmo tenha descarregado sua fúria no exato momento em que discutia com a vítima que, segundo a promotoria, era ordeiro e pacífico.

Cabe-nos, entretanto, evidenciar que essa prática delituosa ocorrida em um dado espaço, onde vários habitantes do “Liberdade” encontravam-se reunidos, uma vez que os integrantes do grupo mantinham um laço de familiaridade e vizinhança com os

---

<sup>152</sup> O referido acusado cumpriu apenas 1 ano de detenção pelo crime cometido. Seu defensor Dr. Abdon de Sousa Maciel conseguiu o SURSIS do acusado pela enfermidade que se encontrava e pelas provações que passava seus quatro filhos menores.

negros Levino, constituiu-se como mais um aspecto para justificar a perpetuação de representações negativas em torno daqueles moradores, construídos discursivamente ao longo dos anos como desordeiros, dados a vadiagem, a criminalidade e ao alcoolismo.

Porém, não devemos associar delitos desse tipo aos participantes do grupo Cambindas Novas de Taperoá, já que outros processos crimes, envolvendo aqueles brincantes não foram encontrados na comarca local. Inclusive, o processo por nos problematizado, no qual um dos membros da família Levino apresenta-se na condição de vítima, parece-nos ser o único passível de apreensão no recorte de tempo por nos pesquisado.

Queremos, com base nisso, afirmar que este evento apresenta-se isolado no amalgama de processos que reunimos, e que apesar de ter contribuído para marcar aquela territorialidade pelo prisma da negatividade, já que aqui consideramos os delitos ocorridos no interior daquele bairro e envolvendo seus moradores; dada manifestação cultural constitui-se enquanto folguedo de maior representação social naquela localidade e seus praticantes, reconhecidos socialmente pela prática folclórica que desenvolvem no dançar das Cambindas. A “contrapêlo”, esses moradores contribuíram para a construção de uma nova representação dos cidadãos taperoenses em torno dos “habitantes do Alto”. Representações essas, que, aliás, buscaremos analisar no capítulo seguinte.

### Capítulo III –AS CAMBINDAS NOVAS DE TAPEROÁ E AS PRÁTICAS CULTURAIS DO GRUPO DANCANTE

*A cidade tá em festa as  
Cambindas vai chegar/  
muito alegre e satisfeita para  
se apresenta/ As cambindas  
onde passa todos dizem  
prestar atenção/ os caboclos  
Levino/ Todos eles tem  
ação.<sup>153</sup>*

Não há como problematizar a historicidade do bairro Liberdade (Alto da Conceição) sem tratar do grupo dançante “As Cambindas Novas” de Taperoá. Essa indissociabilidade parece está internalizada na memória coletiva dos cidadãos taperoenses que associam essa prática cultural ao perímetro suburbano que tomamos como objeto de estudo. Acreditamos que isso aconteça devido a presença da família Levino, detentora secular desta manifestação cultural, enquanto moradores do referido bairro. Neste capítulo procuramos (re) contar a história das Cambindas na cidade de Taperoá e como esse folguedo possibilitou a formulação de uma identidade étnica e espacial em torno de seus participantes e, conseqüentemente, habitantes do “Liberdade”.

#### 3.1 A HISTÓRIA DO GRUPO CAMBINDAS NOVAS DE TAPEROÁ: O FOLGUEDO E SUAS MUITAS ESTÓRIAS.

Para Trigueiro e Benjamin (1978), a palavra Cambinda vem da adaptação popular do topônimo Cabinda, região do norte da Angola de onde vieram, em meados do século XVI, vários negros para o trabalho escravo no Brasil. A mesma denominação servia para nomear os cativos que desembarcaram em terras brasileiras, muitas vezes confundidos com os angolanos. Segundo salienta (Melo apud. Cascudo, 2006, p.12), “(...) os cabindas possuíam temperamento afável, eram bastante espertos e pareciam se adaptar a quaisquer circunstâncias, eram ainda conhecidos pelo seu bom humor e evitavam o trabalho pesado”.

---

<sup>153</sup> Trecho de uma das loas das Cambindas Novas de Taperoá.

Ainda sobre a perspectiva de Cascudo (1988), receberam a denominação Cambinda os primeiros grupos de Maracatú em Recife, de modo que, Cambinda seria a forma mais primitiva do atual Maracatú.

Entretanto, ao analisar a historicidade das “Cambindas Novas” de Taperoá, autores como Melo (2006) salientam a resistência da família Levino em aproximar essas duas manifestações culturais. Em uma das loas das Cambindas<sup>154</sup> conseguimos identificar a distinção elas e o Maracatú: *“As Cambindas vão saindo de encarnado e de azul, elas não são pastorinhas, nem também maracatu”*.

Contudo, a citada autora não descarta tal aproximação. Afirma que o folguedo teve início naquela localidade com a passagem do funileiro pernambucano João Melquíades pelo povoado de Batalhão. O mesmo, ali chegando, teria feito amizade com a família de negros Levino e lhes ensinado uma dança vinda das terras de seus ascendentes. Ao partir, teria dado a incumbência a João Levino de liderar o cortejo e dito ao mesmo que ele “(...) não podia entregar para outras pessoas de fora, só pro povo da família mesmo” (ALVES, 2013, p. 24).

Para demonstrar a possível proximidade entre Cambindas e Maracatú, Melo (op.cit) analisa a os escritos de Trigueiro e Benjamin (1978, p.4) que nos diz:

Segundo a tradição do grupo, o folguedo Cambinda Nova de Taperoá foi introduzido naquela localidade por um funileiro conhecido com João Melquíades, que migrava de Taquaritinga (Pernambuco) iniciado a brincadeira juntamente com o pai de Delmiro Levino, o mestre do folguedo, falecido em 1977.<sup>155</sup>

Desse modo, pode-se relacionar a proximidade geográfica e econômica entre os dois estados, bem como as trocas culturais oriundas dessas relações. O historiador Cavalcante Neto (2004, s/d) analisando a formação dos blocos carnavalescos na vila de Batalhão, salienta-nos sobre o intercâmbio cultural entre os dois estados:

Esta influência carnavalesca, provavelmente, adveio do contato que a vila Batalhão tinha com a capital pernambucana, uma vez que, era frequente o fluxo de transeuntes pela primitiva estrada

---

<sup>154</sup> As loas são canções compostas pelos próprios integrantes do grupo. Elas tratam do cotidiano do grupo Cambindas, algumas enfatizam o aspecto católico, outras os festejos carnavalescos. Há que se registrar a importância, enquanto compositora destas canções, da senhora Carminha Basílio, que segundo o mestre Pedro Delmiro (*in memória*) “fazia as músicas de cabeça, tinha um enorme talento”.

<sup>155</sup> Taquaritinga está localizada na mesorregião Agreste na microrregião Alto Capibaribe do Estado de Pernambuco, limita-se ao norte com a Paraíba, a sul com Toritama, Caruaru e Brejo da Madre de Deus, a leste com Vertentes e a oeste com Santa Cruz do Capibaribe.

real, afirmando o intercâmbio quer econômico ou cultural entre ambas. Também contribuiu para a incorporação desses festejos na Vila o fato que as famílias locais mais abastardas transferiam seus filhos para estudarem em Recife e quando nesses períodos de férias, sempre regressavam com novidades recifenses.

Nesse sentido podemos pensar, que o fato dos membros da família Levino negarem ou desconhecerem a aproximação entre as duas manifestações culturais se deva não só, com salienta Melo (op.cit.), a fragilidade da preservação da memória oral, uma vez que existem poucos registros documentais em torno da fundação do grupo Cambindas, mas também ao fato da memória ser passível de subjetividade. Segundo Meihy (1996), a memória pode ser definida como lembranças organizadas, seguindo uma lógica subjetiva, que articula elementos que nem sempre correspondem a fatos concretos. Desse modo, o ato de rememorar e relembrar, na perspectiva da metodologia da história oral, está imbuído de subjetividades, impregnado pelo seu caráter seletista que, por sua vez, pode ser espontâneo ou direcionado.

Existem algumas versões que procuram dar conta dos primeiros tempos do grupo dançante “Cambindas” na vila de Batalhão. Terceiro Neto (2002), aponta o ano de 1898 como data provável de fundação do grupo:

Chegou a Taperoá em fins do século XIX, João Melquíades, descendente de africanos. Veio de Pernambuco. Era flandeiro, com ascendentes vindos da província de Cabinda, na costa da Angola, mais precisamente ao norte da foz do rio Congo. Em 1898, ele convocou João Levino, também preto, para fundarem um bloco das cabindas, constituído somente por negros, com indumentária própria. Cantavam e dançavam segundo faziam os pretos de Cabinda, ao som de pífanos, realejo, maracás, pandeiros, zabumbas. O povo passou a chama-los “cambindas”, por fim vulgarizados para “cambindas”.

A partir de entrevistas realizadas com remanescentes do grupo, Melo (op.cit), observou que nenhum dos ex-participantes conseguiu apontar o ano exato da fundação das “Cambindas Novas” de Taperoá. Entretanto, torna-se quase unânime na memória coletiva desses sujeitos o centenário do referido grupo, que atualmente, segundo os membros da família Levino, conta com 117 anos de existência.

Podemos corroborar tal afirmação quando nos deparamos com a cronologia de mestres das “Cambindas”, que, segundo a tradição, é passada de pai para filho. O primeiro mestre como vimos, fora João Levino que, segundo consta na historiografia

teria aprendido a dança com João Melquíades e recebido a incumbência de preservar aquela manifestação cultural de matriz negra no seu núcleo familiar. Seguidamente, após 1907, ano da morte de João Levino, esteve à frente do folguedo seu filho Delmiro Martins Levino que liderou o grupo até 1977, quando faleceu aos 90 anos<sup>156</sup>. Com sua morte reinou à frente do grupo, por um pequeno intervalo de tempo, o seu sobrinho sexagenário João Martins Levino<sup>157</sup>, posteriormente substituído pelo filho primogênito de Delmiro, Pedro Levino Pereira, conhecido popularmente como Pedro Delmiro. Este último, por sua vez, como consta nos escritos de Alves (2013), começou a inserir, já na década de 1990, seu filho Ednaldo Levino Pereira<sup>158</sup>, conhecido popularmente como “Nêgo Nal”, na liderança do grupo, por encontrar-se fisicamente debilitado<sup>159</sup>.

Se levarmos em consideração que a entrada desses mestres no folguedo se dava ainda em idades iniciais da juventude (entre 15 e 20 anos) e que a maioria deles só deixava o grupo em idade avançada, como nos diz Melo (op.cit), por problemas de saúde que lhes impossibilitava o comando, podemos conjecturar a afirmativa que data em 100 anos de existência das “Cambindas” na cidade de Taperoá. Aliás, a única manifestação cultural de matriz africana e o grupo folclórico de maior tempo de existência no município<sup>160</sup>.

Há também que se relatar a perpetuação dos “negros” Levino à frente do grupo. Em alguns momentos percebemos que a história do grupo entrelaça-se à história da família, composta em sua maioria por negros residentes no antigo bairro Liberdade,

---

<sup>156</sup> Encontramos um requerimento de propositura da vereadora Laurita Vilar de Queiroz, solicitando aos seus pares a aprovação dos votos de profundo pesar pelo falecimento de seu Delmiro, em 07 de março de 1977. Neste, a legisladora demonstra a importância de seu Delmiro para o folclore nordestino e taperoense por ter fundado o grupo Cambindas. Equívocos a parte, já que sabendo que o grupo foi fundado pelo pai do mesmo, no documento confirmamos a idade da morte de seu Delmiro Levino, aos 90 anos.

<sup>157</sup> Segundo Melo (2006), Pedro Delmiro omitia a participação de João Martins Levino como mestre das “Cambindas” afirmando ter seu pai lhe passado o comando do grupo. Entretanto, existem registros do reinado de João Martins nos escritos de Trigueiro e Benjamin (1978), que afirmam ter o mesmo entrado na brincadeira ainda menino e assumido o comando do grupo aos 65 anos, quando do falecimento do seu tio. Melo (op. cit) ainda nos evidencia uma possível rivalidade entre os primos, já que após sair do comando das “Cambindas”, João Martins Levino teria fundado o “Campo Louro”, um grupo de carnaval para disputar com as “Cambindas”, fato este também negado por Pedro Delmiro que alegava que esse tipo de disputa era norma, principalmente no período de carnaval, onde os grupos cruzavam as bandeiras e elegia-se o melhor.

<sup>158</sup> Ednaldo Levino Pereira é o atual mestre das “Cambindas”.

<sup>159</sup> Pedro Levino Pereira faleceu em 2008.

<sup>160</sup> Existe um registro histórico visual, analisado por Melo (op.cit), que versa sobre a fundação das Cambindas. Segundo a fotografia, retirada no carnaval de 1981, quando a cidade estava sob a administração do interventor José de Assis, o grupo teria surgido em 1911, e naquela data se comemorava seus setenta anos. Este fato é contestado com veemência pela autora uma vez que o primeiro mestre do grupo João Levino Pereira, morreu em 1907, o que torna a possibilidade de surgimento em 1911 improvável.

atual Alto da Conceição. Este fato possibilitou, sobremaneira, que as “Cambindas” se tornassem uma das maiores manifestações culturais daquele perímetro suburbano, possibilitando à seus habitantes, representados socialmente de forma pejorativa e marginalizada, divertimentos em espaços antes impossibilitados, os quais trataremos mais adiante, bem como possibilitou-os uma construção identitária associada à cultura popular de matriz africana.

Essa análise torna-se passível a partir dos relatos orais de memória apresentado pelos antigos brincantes, como salienta Melo (op. cit), e que nós aqui corroboramos, pois entendemos que a história oral é um processo de recordação realizado por um sujeito individual, porém socialmente integrado. Desse modo, os relatos e os testemunhos possuem a função de inserir os sujeitos em uma comunidade específica, neste caso de pertencimento étnico e espacial.

Agora não são mais os “populares desordeiros” que praticam a cidade de forma marginalizada, mas os “negros do Alto” que praticam a mesma espacialidade territorial através da dança, da música e do ritmo contagiante, representando uma tradição cultural, algo de relevância cultural para a cidade. Em entrevista concedida a Melo (2006, p.6), em 2005, o antigo mestre Pedro Delmiro demonstra a importância das Cambindas para a cultura local: *“Olhe folclore aqui em Taperoá só tem Cambindas que é de cento e tantos anos, pode perguntar a Balduino, não tem Caririris<sup>161</sup>, nem Filhos do Sol<sup>162</sup>, isso tudo é pára-folclore, folclore só as Cambindas mesmo”*.

Quanto a isto, podemos evidenciar a importância das Cambindas como uma tática elaborada pelos dançantes a fim de praticarem a cidade pelo prisma da cultura, bem como possibilitar a outros munícipes o acesso ao bairro Liberdade, sejam eles das mais diversificadas classes sociais. Segundo relatos orais de memória<sup>163</sup> muitos membros da elite taperoense subiam as ruas do Alto exclusivamente para brincar Cambindas. Muitos, como salienta Ana Ramos, não resistiram aquela dança

---

<sup>161</sup> Fundado em 17 de abril de 1988, em Taperoá, o grupo folclórico “Os Cariris” têm como objetivo restaurar, preservar e divulgar as tradições de sua terra, levando a cultura nordestina e paraibana para o Brasil e o mundo. Seu nome veio da tribo indígena “KIRIRI”, que habitou e deu nome àquela região. Segundo Terceiro Neto (2002, p. 86) o referido grupo fora fundado pelo senhor Balduino Lelys de Farias, intelectual taperoense, autodidata e que transitou por vários ramos profissionais: comerciante de produtos farmacêuticos de essências vegetais, empresário madeireiro, museólogo (reformou o parque Arruda Camara, montou os museus do convento franciscano, da UNIPÊ e da SAELPA, todos na capital), teatrólogo e cineasta. Atualmente o grupo encontra-se sobre a administração do casal Claudete Vieira e Iranildo Moraes, residentes no bairro do Alto, possibilitando aos habitantes daquele perímetro mais uma prática de divertimentos e sociabilidades ligados ao âmbito folclórico.

<sup>162</sup> Não encontramos registros da fundação do Grupo Filhos do Sol, apenas que seu fundador teria sido o ex-bancário José Alves e que o mesmo esteve por muitos anos sob a administração do senhor Vava.

<sup>163</sup> Ana Maria Ramos, entrevista concedida a autora em 17/03/2015.

contagante, aquele ritmo envolvente, desequilibrado o projeto de homogeneização dos corpos nos espaços, que vinha sendo executada a várias décadas no município.

Há ainda que salientarmos, tomando como parâmetros o trabalho de Trigueiro e Benjamin (1978), a possibilidade do grupo “Cambindas Novas” de Taperoá fazer parte da festa de Nossa Senhora do Rosário, comemorado no período natalino na cidade. A mesma, para os autores, teve seu fim após um incidente ocorrido com o Rei do folguedo.

Esta versão é também problematizada nos escritos de Melo (2006) e Alves (2013), onde, segundo as mesmas, torna-se difícil precisar tal fato através dos relatos orais. Alguns remanescentes do grupo dançante, a exemplo de “seu” Pedro Delmiro desconhecem essa ligação. Outros, a exemplo da senhora Maria das Neves Martins Levino, sinalizam para essa aproximação. Segundo a mesma, existia na paróquia da cidade uma imagem de Nossa Senhora do Rosário doada pelo comerciante Zeca Simões e houve uma tentativa do mestre das “Cambindas”, Zé Martins, de implantar a festa em homenagem à santa na cidade, com o auxílio do seu primo Raulino, vindo de Santa Luzia, localidade onde existiam festividades para homenagear a santa.

Ainda existe outra versão que trata da origem do folguedo, relacionando-o com a abolição da escravatura no Brasil. Segundo essa vertente problematizada por Melo (op.cit), as Cambindas teriam surgido como comemoração do fim da escravatura realizado pelos escravos de nome Levino na fazenda Marreca.

Não há como precisarmos a veracidade dessas diferentes versões, nem mesmo as autoras aqui já citadas dedicaram-se a realizar esse feito. O nosso intuito nesse breve esboço foi mostrar, a partir dessa diferentes estórias, o surgimento do folguedo nesse município paraibano, o que contribuiu substancialmente para as práticas de sociabilidade e divertimento entre os moradores do Liberdade.

### **3.2 AS PRÁTICAS DANÇANTES DO GRUPO CAMBINDAS NOVAS DE TAPEROÁ.**

Comumente associamos o folguedo Cambindas à festa popular carnavalesca. Contudo, como vimos, a partir das várias versões que apontam para seus primeiros tempos Taperoá, notamos quenão foi neste festejo que o grupo teve sua origem. Parece-nos que essa associação encontra-se internalizada na memória coletiva dos



cidadinos, pois fora neste espaço onde o folguedo ganhou destaque e importância no cenário local.

Analisando etnograficamente as práticas culturais desse folguedo, a socióloga Alves (2013) identifica algumas normas de etiqueta compartilhadas pelos dançantes e os cidadãos taperoenses, especialmente os de classe mais abastada. Segundo a mesma, para que as “Cambindas” se apresentassem era necessário o chamamento através do convite devidamente confeccionado, entregue e respondido pelos cambindas. Só assim iniciavam-se os preparativos para a apresentação. Nesse sentido a mesma nos diz:

O convite partia em duas vias, a primeira seria a intenção desta casa em receber o cortejo, sendo assim, e sabendo deste interesse, ainda não explicado pelos nossos informantes, o mestre do grupo enviava uma carta para esta casa. O segundo momento era o retorno desta carta para o mestre, com o aceite do dono da casa. Esta circulação do convite garantia, segundo os participantes, de que as Cambindas não eram apenas bem vindas naquele local, elas seriam bem recebidas com comidas e bebidas. Era de bom grado que o dono da casa e seus convidados prendessem dinheiro no estandarte das Cambindas e quando não pudesse ou desejasse o cortejo, seria de bom tom que o mesmo depositasse no envelope da carta, uma certa quantia em dinheiro (p.48).

Através desse registro, identificamos práticas de sociabilidades partilhadas entre os dançantes e os membros da elite taperoense<sup>164</sup>. O grupo estabelecia códigos de conveniência em torno das apresentações e os mesmos deveriam ser respeitados pelos possíveis anfitriões. Era uma espécie de acordo regrado à uma dose de simbologia própria daquele folguedo.

Alves (op.cit) ainda nos evidencia que o intervalo entre o envio do convite e a resposta de aceite era rodeado de muita expectativa. Caso a carta retornasse sem nenhuma quantia em dinheiro, considerava-se que o grupo seria bem vindo àquela residência, garantindo, como vimos, os “comes e bebes” para todos os dançantes. A contribuição em dinheiro seria presa ao estandarte na própria casa do anfitrião, que na verdade servia para confecção das vestimentas dos cambindas. Se, por ventura, a carta

<sup>164</sup> Segundo Melo (2013) a lista de residência de pessoas ligadas à política que recebiam as “Cambindas” é extremamente salutar e demonstram que tal prática acontecia com base no rezeamento e disputa desses políticos no cenário da política local. A casa de Manoel de Farias Souza era uma delas. Conhecido pelos munícipes como seu Mandú, prefeito do município entre 1951 e 1955, há registros que indicam a apresentação das Cambindas em sua residência. Ainda podemos destacar as casas das famílias Queiroz e Pimenta como anfitriãs do folguedo. Ambos tiveram representantes à frente do executivo municipal.

retornasse com dinheiro, significava, segundo o código do folguedo, que o proprietário da residência não aceitava a apresentação do cortejo, ato esse visto com bons olhos pelos participantes, já que o proprietário, mesmo diante à negativa, reconhecera a importância e prestígio do folguedo, uma vez que realizara sua contribuição para as indumentárias e manutenção do grupo.

Nesse intervalo de tempo, entre o envio e o aceite da carta convite, o grupo dedicava-se aos ensaios e aprimoramento de suas músicas e passos. Era também parte do código realizar a melhor apresentação possível para seus expectadores, uma forma de recompensá-los com divertimento, pelo aceite, recepção, e contribuição financeira para com os custos de manutenção. Segundo nos evidencia Alves (op. cit.), quando o carnaval tornou-se competência do poder público municipal, restou à prefeitura compartilhar desses mesmos códigos de sociabilidade estabelecidos pelo folguedo. Atualmente, sob o comando do Mestre Nal, percebemos que o poder público local vem gradativamente relegando as “Cambindas” ao esquecimento. Não há espaços como outrora para que esse folguedo desenvolva suas práticas culturais, nem mesmo uma contrapartida financeira que possibilite a manutenção desse patrimônio folclórico local. Fato que é sentido e evidenciado pelo mestre e os demais dançarinos que ainda seguem o mesmo ciclo de perpetuação familiar indicada por João Melquíades naqueles primeiros tempos.

Outro aspecto relativo às práticas do grupo “Cambindas” que devemos evidenciar diz respeito às disputas entre os blocos de carnaval que se apresentavam naquele festejo. Conforme apresentamos anteriormente, após o falecimento do mestre Delmiro Levino (1977), esteve à frente do cortejo seu sobrinho José Martins Levino por um curto período de tempo, quando então o filho de Delmiro, Pedro Levino, assumiu a administração do folguedo. Este último, entretanto, não considera esta afirmativa como verdadeira, dizendo que recebera do seu pai a incumbência de chefiar o grupo.

Contudo, como demonstramos através dos escritos de Trigueiro e Benjamin (1978), Zé Martins chefiou o grupo por certo período de tempo, e não se sabe por que motivo passou a chefia para seu primo. Ao sair das “Cambindas” este, fundou o ‘Campo Louro’, grupo de carnaval que cantava marchinhas de frevo e vestia-se de marinheiros para se apresentar em seus cordões.

O fato é que Alves (2013), através dos relatos orais de memória, consegue recuperar alguns aspectos dessa prática de disputa que permeava esses dois grupos do período carnavalesco, demonstrando que a rivalidade entre ambos “(...) se dava por

meio da performance que seus dançarinos faziam um para o outro, momento descrito muitas vezes como cruzar as bandeiras” (p.37). Em uma de suas loas encontramos aspectos dessa rivalidade com outros grupos folclóricos:

*Oh Dama do Paço pisa macio (bis)*  
*Cambindas brilhantes tá no desafio (bis)*  
*Tá no desafio, tá desafiando (bis)*  
*É outra nação que vem cá chegando (bis)*  
*Oh cambindas do povo que vem cá buscar (bis)*  
*Coroa do rei para coroar (bis). (Grifos nossos)*

Mesmo não caracterizando disputa oficial, sem premiação previamente estabelecida, a cada carnaval a busca pelo primeiro lugar tornava-se desejo dos brincantes de ambos os grupos, como demonstra aos depoentes encontrados na obra da autora citada.

Cambindas era mais pesado, nessa época mesmo era três blocos, Cambindas, Campo Louro e um bloco da prefeitura. Agora quando Cambindas saiam à rua fechava, todo mundo saía de casa para acompanhar as Cambindas, aí fechava [...] tudinho ia pra rua grande, ali pronto, [...] pra cruzar bandeira pra ver quem tirava em primeiro lugar.<sup>165</sup>

Quanto à formação do grupo “Campo Louro” ter surgido do interior do próprio seio familiar dos Levino, acreditamos que, possivelmente, aí se encontre a resposta para omissão do antigo mestre Pedro Delmiro quanto à presença do seu primo José Martins, fundador do grupo rival, frente à administração do folguedo de matriz africana. Bem como salienta Melo (2006), o fato de omitir essa informação, relatada através de outras fontes históricas, emite uma tentativa de reafirmar a tradição do grupo “Cambindas Novas”, que por sua vez, teria o seu comando passado hereditariamente de pai para filho, ao longo de mais de um século de história.

No que concerne à formação dançante do grupo “Cambindas Novas” de Taperoá, o atual mestre Nal <sup>166</sup> nos evidencia, através do documentário exibido pelo programa Diversidade da TV Itararé em 2012, como se dá essa composição. Rei, rainha,

<sup>165</sup> Depoimento concedido a Alves pelo senhor José Augustinho dos Santos, conhecido popularmente como Zé Burrego, antigo integrante das “Cambindas”.

<sup>166</sup> Edvaldo Levino assumiu o comando do grupo no ano de 1997, devido à idade avançada e pouca saúde do seu pai.

vassalos, dama do paço, dama da boneca, porta estandartes, Leopoldina, mestre, contramestre e os cambindas constituem a parte dançante do folguedo, sendo esses últimos em maior número e divididos em dois cordões, o encarnado e o azul. Ainda compõem parte integrante do grupo os músicos que acompanham os dançantes<sup>167</sup>.

Segundo Melo (2006), nos escritos de Pellegrini Filho (1982) há referência a dois componentes não considerados como parte integrante do folguedo pelo pai do atual mestre Nal, (Pedro Delmiro), são eles o Matheus e o já citado Contra-Mestre. Segundo o mesmo, não há registros de nenhum desses personagens no seu grupo folclórico, afirmando que existe uma certa confusão popular entre as “Cambindas” e outras brincadeiras folclóricas, “(...) *mas isso não tem nada a ver com Cambindas*”.<sup>168</sup> O fato é que na formação apresentada pelo atual comandante do folguedo atualmente encontramos, como apontamos anteriormente, a presença do Contra-mestre representado pelo seu filho primogênito do mestre Nal, Cledinaldo Levino (conhecido popularmente como Keké) portanto, neto de Pedro Delmiro. Não sabemos ao certo se essa reformulação das práticas dançantes do grupo tenha ocorrido sob a administração do novo mestre ou se Pedro Delmiro, em idade avançada quando do momento da pesquisa tenha confundido algumas informações.

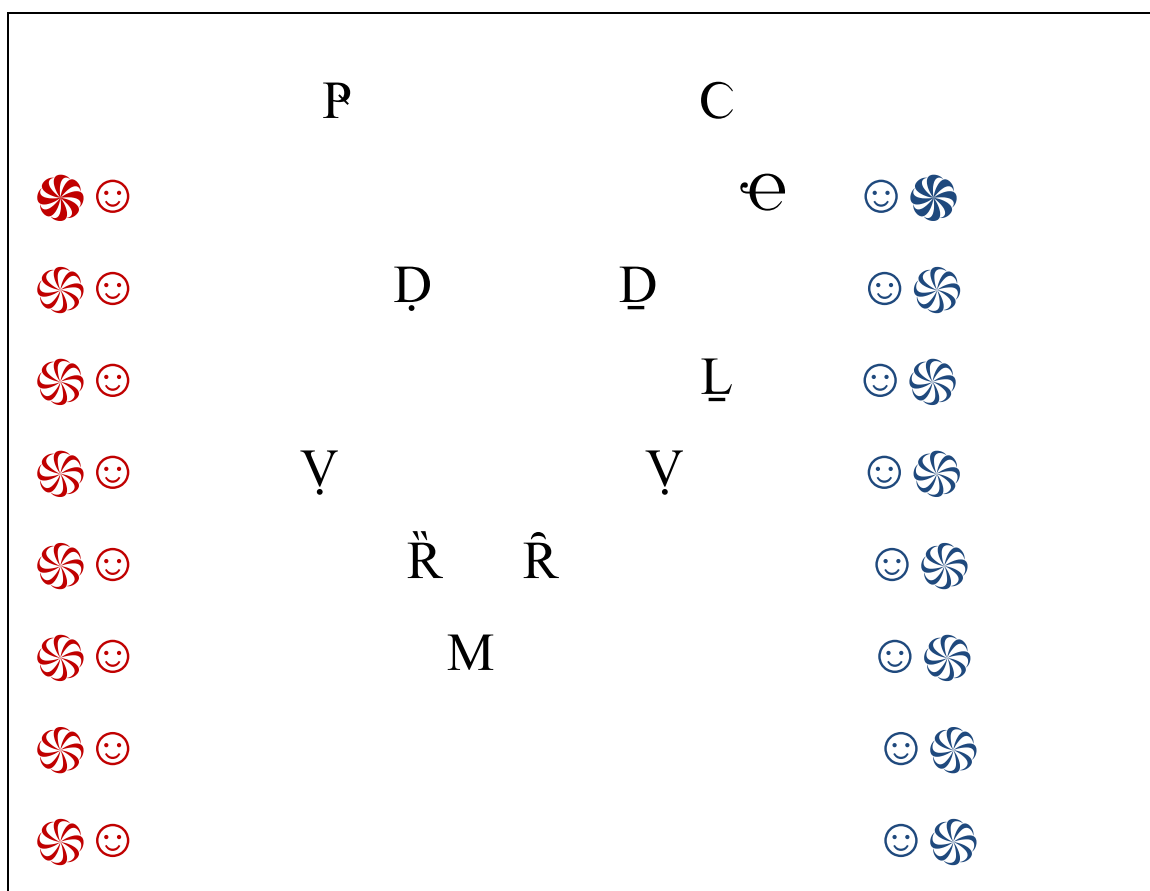
Segue, portanto, abaixo um quadro demonstrativo que melhor apresenta a formação do grupo dançante “Cambindas Novas” de Taperoá, dos dias atuais:

---

<sup>167</sup> Encontramos distinção na formação do cortejo analisados por Melo (2006) e Alves (2013). A primeira não faz referência aos personagens Dama da Boneca, Contra-mestre, Dona Leopoldina e Porta-estandarte de Nossa Senhora da Conceição.

<sup>168</sup> Palavras de seu Pedro Delmiro em entrevista concedida a Melo (2006).

## QUADRO 2



## Legenda:

- |          |   |          |                               |
|----------|---|----------|-------------------------------|
|          | Balizas do cordão Encarnado                                 |          | Cambindas do cordão encarnado |
|          | Balizas do cordão Azul                                      |          | Cambindas do cordão Azul      |
| <b>P</b> | Porta-estandarte da bandeira das Cambindas Novas de Taperoá |          |                               |
| <b>☉</b> | Porta-estandarte de Nossa Senhora da Conceição              |          |                               |
| <b>D</b> | Dama da boneca  | <b>C</b> | Contramestre                  |
| <b>D</b> | Dama do Passo   | <b>L</b> | Leopodina                     |
| <b>V</b> | Vassalos  | <b>Ř</b> | Rei                           |
| <b>Ř</b> | Rainha  | <b>M</b> | Mestre                        |

Esquema I: Fonte relatos orais do mestre Ednaldo Levino.

Analisando o esquema acima apresentado, percebermos que as majestades Rei e Rainha são guardados pelos demais membros do folguedo em todo o percurso e apresentação do cortejo. Nas palavras do próprio mestre Nal, “(...) *todos os cambindas dançam para louvar a realeza e a função dos vassalos é proteger o rei e a rainha com suas lanças*”<sup>169</sup>.

<sup>169</sup> Trecho retirado da entrevista do mestre Nal para o documentário produzido pela TV Itararé exibido em 2012.

Durante muitos anos as “Cambindas” eram compostas apenas por homens, de preferência negros e residentes no bairro Liberdade, aspecto esse que trataremos mais adiante. Com a inserção das mulheres no folguedo ocorreu à necessidade de alocá-las em um determinado espaço. Ao observamos a configuração do aspecto organizacional do grupo, podemos perceber que elas encontram-se sempre posicionadas na parte interior do quadrante, ou seja, mesmo ocupando vários espaços durante a coreografia, ao final de cada evolução, as mesmas voltam a posicionar-se no ponto inicial. Desse modo podemos pensar que essa prática representa uma forma de proteção e guarda para essas mulheres, que estão protegendo a realeza, mas ao mesmo tempo sendo guardadas pelos seus companheiros de dança.

Ainda podemos citar, como parte integrante do cortejo: as balizas, casal em ambos os cordões que serve de ponto de referência para os demais brincantes; a Dama da Boneca, que no código do folguedo é responsável por carregar a calunga; a Dama do Passo, que faz companhia a esta última; e dona Leopoldina, sempre em destaque com sua indumentária diferenciada fazendo referência à imperatriz brasileira. As portandartes têm como função apresentar aos espectadores as bandeiras do folguedo “Cambindas Novas”, composta por um cantador/trovador ao centro e com os dizeres Maracatu e Cambindas-1898- Taperoá-PB, abaixo, e a bandeira com a imagem de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do município.

Quanto à relação desse grupo folclórico com o sagrado, podemos perceber que os cambindas sempre procuram estabelecer um elo com a religião predominante no município, o catolicismo. Segundo nos relata Alves (2013):

Embora as Cambindas sejam vistas atualmente como uma dança brincada durante o carnaval, na pesquisa notamos claramente que estes não se viam como uma expressão estritamente carnavalesca e muito menos profana. Por diversas vezes a afirmativa de que brincar cambindas não era pecado foi constantemente repetida pelos cambindas. Se a dança não era vista como profana, os participantes procuravam reforçar tal impropriedade identificando no estandarte do grupo, a figura de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da cidade. Era costume do grupo ao sair para dançar carnaval se direcionar a porta da Igreja Matriz e cantar um canto de invocação a Virgem da Conceição, pedindo-lhe passagem e benção para prosseguir.

Essa proximidade do folguedo aos rituais católicos, predominantes enquanto prática pelos munícipes, é também evidenciada por Melo (2006) em seus escritos.

Segundo a mesma, há registros de que, ao saírem às ruas da cidade para realizarem suas apresentações, o primeiro ritual dos cambindas era se dirigir à porta da Matriz de Nossa Senhora da Conceição para prestar homenagem à padroeira e pedi-lhe proteção e permissão para brincar, como descreve uma das loas cantadas pelos participantes:

Canto de Invocação  
 Oh virgem da Conceição  
 Eu vim lhe pedir (bis)  
 Dá-me saúde  
 Para nós seguir (bis)  
 Oh virgem da Conceição  
 A vossa casa cheia (bis)  
 A cravos, a rosas  
 Fulô de laranjeira (bis)

Ainda segundo registros dos primeiros tempos do grupo, dos quais aqui tratamos anteriormente, o folguedo integrava o ciclo de festejos natalinos da cidade e tentou, inclusive, inaugurar no município um festejo em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, padroeira dos negros, evento esse confirmado por Trigueiro e Benjamin (1978) em seus escritos e alguns remanescentes do grupo dançante.

Por hora, resta-nos evidenciar as principais características das vestimentas dos integrantes desta manifestação cultural, apresentadas pelo próprio mestre Nal no documentário outrora citado e analisados por Melo (op. cit) em sua obra:

Os dançarinos cantam e dançam ao mesmo tempo, quase não usam instrumentos musicais, exceto bombos e maracás. Seus trajes são vestidos brancos (por isso chamados de baianas), com aventais encarnados ou azuis por cima, decorados com espelhos. Na cabeça trazem um chapéu decorado também com espelhos, além de fitas.<sup>170</sup>

Tais características apresentam-se nas imagens que se seguem:

---

<sup>170</sup> Essa citação sintetiza a indumentária trajada pelos cambindas, tanto do cordão vermelho, quanto do cordão azul.



Imagem I – “Cambindas Novas” de Taperoá, s/d. À direita o saudoso mestre Pedro Delmiro, as mulheres cambindas do cordão azul e os homens cambindas cordão vermelho; ao centro rei, rainha, vassalos e dama do passo; à esquerda, mulheres cambindas do cordão vermelho, homens cambindas do cordão azul e dona Leopoldina. Fonte: Arquivo da prefeitura municipal de Taperoá-Pb.



Imagem II- Cambindas Novas se apresentando pelas ruas de Taperoá. Na imagem podemos ver o cortejo descendo pelas ruas do bairro do Alto, antigo Liberdade. Nela também podemos visualizar a indumentária dos cambindas. Fonte: Arquivo da socióloga Érika Catarina de Melo Alves.



### 3.3 A HISTÓRIA DO FOLGUEDO ENTRELAÇADA À HISTÓRIA DA FAMÍLIA LEVINO: FORMAÇÃO DE IDENTIDADES ÉTNICAS E DE PERTENCIMENTO.

Dialogando com os estudos de Bourdier (2003), a fim de percebermos aspectos da formulação de uma identidade étnica em torno dos brincantes cambindas, reafirmadas através da tradição e transmitida através da oralidade, bem como com o auxílio dos escritos de Melo (2006), passamos a compreender que essa formulação de representação está para além do aspecto étnico, perpassando a noção de pertencimento à uma dada territorialidade. Ao analisar esse simbolismo, Bourdier percebe que a questão da identidade está pautada em critérios objetivos de representações mentais (como língua e sotaque) e representações objectuais (como emblemas, bandeiras e construções) que podem ser estruturantes e estruturadas.

A partir desse princípio, Melo (2006) evidencia seu pensamento afirmando que à medida que o grupo “Cambindas Novas” classificava-se como “(...) *grupo de negro, que não permitia a presença de brancos*” (p.29), acabava se apropriando de um discurso que o diferenciava dos demais grupos e ao mesmo tempo os identificava com a cultura negra.

Segundo os próprios relatos dos antigos dançantes, naqueles primeiros tempos não era permitida a presença de pessoas brancas ou mesmo morenas no folguedo<sup>171</sup>. Terceiro Neto (2002, p.174) relata-nos uma passagem extremamente singular para melhor compreensão desse processo de identificação étnica no interior do grupo:

João Melquíades não admitia brancos e nem mesmo morenos no grupo. Tinham que ser bem escuros. Professor José Campos, para entrar no folguedo, teve que se pintar de negro para participar das evoluções.

Essa prática pode ser analisada a partir de diferentes perspectivas. Evidentemente, uma delas seria pensar essa exclusividade étnica, enquanto condição para adentrar ao cortejo, como uma forma de construir uma identificação de pertencimento para os integrantes do grupo, ligados as matrizes afrodescendentes, já

---

<sup>171</sup> Não há consenso entre os antigos participantes sobre a data exata em que os brancos puderam participar do folguedo, contudo, há uma sinalização de que tal mudança deva ter acontecido no final do “reinado” de seu Delmiro Levino Pereira (1977).

que suas raízes estavam interligadas aos povos vindos do continente africano. Outra perspectiva estaria relacionada ao fato de nos seus primeiros tempos de existência, o próprio João Melquíades havia dado a incumbência a João Levino de perpetuar o folguedo apenas entre os seus, ou seja, entre os negros Levinos daquela localidade.<sup>172</sup>

Segundo Melo (2006, p.29):

[...] quando o grupo de Cambindas de Taperoá adotou o discurso étnico, estava criando um processo de identificação, ou seja, de reconhecimento no qual pretendia afirmar sua própria identidade. Isso ocorre tanto para que um indivíduo se identifique com o grupo, quanto para que o grupo identifique seus membros através de certo número de características (no caso específico destacamos a cor da pele e o pertencimento ou a aproximação com a família dos “Levinos”) na sociedade, ou ainda para que essa mesma sociedade identifique o grupo por meio desse conjunto de sinais.

Corroboramos sobremaneira, com a afirmativa proposta por Melo que percebe essa norma de conveniência estabelecida pelo grupo como uma forma de criar uma identificação de pertencimento para aqueles indivíduos com as suas matrizes étnicas. Entretanto, também acreditamos que essa formulação de identificação perpassa a noção de etnicidade, dialogando com questões de pertencimento não só da família, mais também da própria territorialidade onde aquela estava inserida, o bairro Liberdade.

Já discutimos em nosso texto a respeito da formulação de preconceitos e representações sociais negativas em torno dos habitantes daquele perímetro urbano, em especial daquelas que estavam circunscritas à região do meretrício. Identificamos assim, que existem territórios que ganham sentidos culturais ao ser demarcados simbolicamente, à medida que “(...) os homens usam símbolos ou signos para marcar e representar seus domínios territoriais” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p.7).

Desse modo, visualizamos o folguedo “Cambindas Novas” como um signo que passou a associar aquela dada territorialidade a representações positivas, uma vez que, representava uma manifestação de cunho folclórico, culturalmente aceito no âmbito social daquela localidade. Os populares, que outrora eram significados a partir de estereótipos preconceituosos, ligados muitas vezes à marginalidade, ao adentrarem ao cortejo passavam tanto a praticar a cidade de forma diferenciada, através do âmbito

---

<sup>172</sup> Vale salientar que existe na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição registros de batismo de escravos com nome Levino.

cultural, como eram visualizados pelos demais cidadãos pela ótica de novas sensibilidades.

Nesse sentido, acreditamos que determinado folguedo pode ser identificado como uma verdadeira barreira ao processo de higienização no município, que por sua vez, primava por territorializar espaços e homogeneizar vizinhanças. Acolhido recorrentemente em espaços próprios da elite e facilitando o acesso de munícipes das mais variadas classes sociais no perímetro do “Liberdade”, especialmente aos carnavais, as Cambindas acabaram contribuindo para a mistura de corpos socialmente distintos.

Essa relação só pode ser construída através da formulação dos próprios códigos internos do grupo. Ao manter a tradição de que o folguedo deveria perpetua-se entre a família dos Levino, em sua grande maioria residentes no bairro Liberdade (atual Alto da Conceição), dada manifestação cultural passou a representar socialmente aquela comunidade, contribuindo, assim, para que uma se tornasse sinônimo da outra.

Essa correlação nos é evidenciada através do depoimento do atual mestre do folguedo, Nal:

Olha pra brincar Cambindas de início só os negros mesmos, quem queria dançar e era branco, tinha que passar alguma coisa pra ficar preto também, e só dançavam os homens. Só depois é que foram aceitando brancos e mulheres, mas da comunidade mesmo<sup>173</sup>. (Grifos nossos)

Outro relato oral de memória também corrobora com nossa afirmativa. Quando perguntado como foi sua entrada no folguedo, Audi Ramos nos evidencia:

Quando entrei nas Cambindas eu acho que tinha uns 16 pra 17 anos, era muito reconhecido o grupo naquele tempo.[...] De preferência só dançava cambindas quem morasse aqui no Alto, como meu pai era amigo e morava na mesma rua do velho Pedro Delmiro, fui lá e comecei a ensaiar. Fiz apresentação e tudo antes de ir pra São Paulo.<sup>174</sup>

Acreditamos, assim, que o fato de permitir apenas aos membros da família Levino e habitantes do referido bairro a praticar tal folguedo, tenha contribuído para a formulação de identificação de pertencimento daqueles dançarinos com o perímetro suburbano em que estavam inseridos.

---

<sup>173</sup> Entrevista concedida a autora em 17/09/2014.

<sup>174</sup> Entrevista concedida a autora em 20/12/2014

Segundo Hall (2005, p.07), a questão da identidade cultural na pós-modernidade encontra-se em face de uma mudança estrutural. Há uma fragmentação e deslocamento das identidades culturais de classe, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade. Este acredita que "(...) as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado”.

Tomamos como base esse conceito para analisarmos a concepção de novas práticas culturais no interior do folguedo “Cambindas”, ao longo dos anos. A primeira delas, a qual já sinalizamos anteriormente, trata da inserção de homens brancos no interior grupo. Melo (2006) acredita que essa tradição tenha sido alterada com o passar dos anos, mas precisamente no final do reinado de Delmiro Levino Pereira (1977). É possível, inclusive percebermos, a presença de homens brancos representando papéis de destaque no folguedo, a exemplo do senhor José Agostinho dos Santos, conhecido popularmente como Zé Burrego, que ocupava o lugar de rei do cortejo.

Interessante também é obsevamos a ligação de proximidade e afetividade que esses homens mantinham com os “negros Levino”, no caso do senhor José Augustinho, amigo e vizinho do mestre Pedro Delmiro. Dessa forma, o que não deixou de ser particularidade inerente ao grupo, foi o fato desses dançarinos, inseridos com o passar do tempo, manterem laços de parentesco e vizinhança com os Levino, ou seja, branco que entrava para brincar “Cambindas”, necessariamente, provinham dessa rede de relações de afetividade e proximidade, leia-se habitantes do “Liberdade”. De outra forma seria praticamente impossível.

Devemos ainda destacar outra mudança ocorrida nas práticas culturais do referido folguedo. Segundo velhos remanescentes do grupo, nos primeiros tempos das “Cambindas” era proibida a presença de mulheres. Dançavam apenas homens e os papéis que representam a figura feminina eram interpretados pelos próprios homens travestidos de mulher. Segundo Melo (op.cit) a inserção do elemento feminino no folguedo só tornou-se realidade durante o reinado do mestre de Delmiro Levino (1977), por influência do seu filho Pedro Levino, que, por sua vez, pedia ao pai para realizar tal mudança porque “(...) *os rapazes queriam que as mulheres ajudassem a cantar as músicas do grupo e que assim também haveria possibilidade de paquerar as moças que ingressassem*” (p.30).

Devemos evidenciar que a proibição da presença feminina no folguedo correspondia à tradição perpassada pelos primeiros dançantes. Para o próprio mestre

Pedro Delmiro, “Cambindas” era um folclore exclusivamente de homens, vestidos com trajes de mulher, assim como acontecia nas “Cambindas” de Lucena<sup>175</sup> e que a inserção dessas novas participantes no cortejo havia ocorrido por insistência sua junto a seu pai que, por sua vez, presenciou os primeiros ensaios e acatou seu pedido<sup>176</sup>.

Para Melo (op.cit), contudo, a inclusão dessas mulheres no cortejo só foi possível graças ao pioneirismo das Carlotas nas festividades carnavalescas locais, durante a década de 1920. Segundo a mesma, até 1918 não era permitida a presença feminina em grupos carnavalescos. Só com a entrada da família das Carlotas nos festejos, mulheres a princípio mal vistas pela sociedade taperoense, tornou-se possível a inserção gradual de outras mulheres nesse festejo, o que nas “Cambindas” acontecerá apenas na década de 1970.

Essa reformulação nas tradições frente à presença feminina no folguedo também pode ser associado, segundo a autora, a criação do grupo “Campo Louro”, durante década de 1960, uma vez que, esse folguedo passou a acolher mulheres em ambos os cordões e era um dos principais rivais das “Cambindas” durante o carnaval.

O fato é que, inseridas as mulheres cambindas no cortejo, um aspecto em especial não deixou de garantir certa tradicionalidade ao folguedo. As mulheres que adentraram ao grupo, pertencentes ao perímetro do “Liberdade”, estavam interligadas aos Levino através da rede de afetividade, parentela e proximidade geográfica, aspecto que o grupo procurou manter desde seus primeiros tempos. Nas palavras do atual mestre Nal “(...) *as primeiras mulheres que passaram a brincar a Cambindas eram da própria comunidade*”<sup>177</sup>. Acreditamos que esse recrutamento tenha, não só contribuído para formulação de uma identificação étnica perante aquelas mulheres, mas também de pertencimento a uma dada localidade, além da construção de representações pelos demais cidadãos, associando-as às manifestações folclóricas de cunho cultural.

Resta-nos por hora, tratar do espaço de sociabilidades “Santa Cruz Esporte” Clube, fundado em 1962, nas adjacências daquele perímetro suburbano.

Ligado às práticas desportivas da cidade, mas precisamente ao time de futebol de mesmo nome, esse clube serviu como espaço de divertimento para os Cambindas em seus ensaios e, em períodos carnavalescos, para recepcionar a orquestra de frevo e os foliões da cidade. Quanto a este Alves (2013, p.25) nos fala:

---

<sup>175</sup> Para os participantes do grupo, apenas as “Cambindas” de Lucena possuem características e tradições semelhantes as suas.

<sup>176</sup> Relatos do antigo mestre Pedro Delmiro a Melo (2006), em 15/06/2005.

<sup>177</sup> Entrevista concedida a autora em 17/09/2014

Além de ser abrigo para os ensaios das Cambindas Novas, o Santa Cruz foi utilizado como Clube das Mães na década de 1990, é utilizado como sede da associação dos moradores daquele bairro, também ocorre neste local, frevos nos períodos de carnaval.<sup>178</sup>

Anteriormente à sua fundação, os cambindas realizavam seus ensaios as escondidas em áreas fora do perímetro urbano da cidade. Essa prática ocorria, segundo relatos dos antigos dançantes, para resguardar as “novidades” que estavam sendo ensaiadas, bem como para impossibilitar que os demais grupos rivais copiassem suas músicas e coreografias.

Quando o “Santa Cruz” foi construído na década de 1960, o prédio fora oferecido aos cambindas para realizar seus ensaios que, até então, não tinha sede própria, limitando suas reuniões e encontros às residências dos seus mestres. Este clube, por excelência, corresponde enquanto um dos principais espaços de sociabilidade<sup>179</sup> dos habitantes do referido bairro, que o praticavam, no dizer de Certeau, especialmente nas matinês de frevo durante o carnaval.

---

<sup>178</sup> O atual mestre da Cambindas, Ednaldo Levino Pereira e seus irmãos presidem a Associação dos moradores do Alto da Conceição.

<sup>179</sup> Podemos ainda citar enquanto espaço de sociabilidade no interior daquele bairro o bar Redondo, anteriormente localizado a Rua Cícero de Farias, onde hoje encontra-se erguida uma praça. Este bar ficava próximo à residência do senhor Agamenon, conhecida popularmente como Senzala, espaço frequentado por populares, habitualmente ébrios, daquela localidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Problematizar um objeto de estudo indissociável ao cotidiano do seu pesquisador não é, a princípio, uma tarefa fácil. Primeiro, porque já existe internalizada no autor uma formação previamente estabelecida de conhecimento e convivialidade com o seu objeto e, segundo, porque muitos colaboradores, devido ao grau de conhecimento com o escritor, acabam se abstendo em revelar suas memórias mais íntimas, especialmente quando tais sujeitos exerceram no passado a função de meretrizes.

Foram essas algumas das dificuldades que encontramos no desenrolar desta pesquisa, que, acreditamos, impulsionaram ainda mais o nosso interesse em problematizar esse passado da história do nosso município. Através da nossa perspectiva histórica, buscamos compreender como um bairro, dentre os demais perímetros suburbanos daquela localidade, foi sendo construído ao longo dos anos pelo prisma da marginalização e segregação social.

Acredito que o historiador é impulsionado pelo tempo presente para assim interpretar eventos ocorridos no tempo passado. Foi exatamente isso que aconteceu conosco anos atrás. Quando no momento da conclusão do curso de História no ano de 2011, momento no qual apresentamos um trabalho que tinha como objetivo problematizar o processo de transferência da zona de meretrício daquela localidade para o Bairro Liberdade, começamos a perceber que o ato de desterritorializar espaços, ditos anti-higiênicos, como o cabaré, apresentava-se como um dos fatores que contribuíram para estigmatização daquele perímetro suburbano. Somado a isso, recorrentemente escutávamos as expressões de alguns conterrâneos como *“aquele negro do Alto”* ou *“cabaré de Bilindia”*, associando de forma pejorativa sujeitos históricos daquela territorialidade a práticas mal afamadas pelo bojo social.

Enfim, como nos dizia um amigo em um momento de descontração no “Bar do Alto”, ao olhar para populares que bebiam e dançavam sem pudor algum na frente do estabelecimento: *“É por uns e outros que o bairro do Alto é tão mal visto na cidade.”* Percebi, então, que todo aquele estigma e representações negativas estavam para além da contemporaneidade e que poderiam ser historicizados, se possível fosse, por meio de diversificadas fontes.

Como estas foram passíveis de localização, apresentamos à nossos pares um trabalho que teve como intuito primeiro, perceber como e porque tais estereótipos pejorativos foram sendo construídos ao longo dos anos em torno de determinado perímetro em uma cidade que contém tantos outros bairros populares como o “Liberdade”.

Desse modo, entendemos que o ato de (des) territorializar espaços, considerados impróprios e incongruentes com as normas sanitárias em voga no início do século XX, contribuíram para reconfiguração dos espaços urbanos brasileiros, permitindo a formação de bairros populares e segregados dos centros urbanos.

No caso da pequena cidade de Taperoá, como vimos, os espaços ditos anti-higiênicos foram, nas primeiras décadas do século XX, transferidos e/ou contruídos para o bairro Liberdade: hospital, cemitério e a zona de meretrício. Está última desterritorialização, marcada pelo acirramento entre o chefe do executivo Abdon de Sousa Maciel, e a autoridade religiosa Pe. Edgar Toscano de Brito, quanto à conveniência e/ou transferência do cabaré para áreas mais afastadas do centro urbano, distanciando-se, pois, do símbolo máximo da religião católica: a igreja.

Entendemos, nesse sentido, que o bairro Liberdade, já povoado por populares naqueles idos, reuniu os requisitos básicos para recepcionar os ditos espaços higiênico e moralmente impróprios, especialmente em seu perímetro mais alto e visualmente isolado do olhar dos demais cidadãos.

Com isso, passamos a entender que uma das razões que contribuiu para a estigmatização de determinado bairro se deve, sobremaneira a presença de ditos ambientes em suas cercanias, principalmente no que concerne as práticas cotidianas vivenciadas nos mesmos.

Como até os dias atuais o agora denominado bairro do Alto carece de investimentos da iniciativa pública, especialmente no que diz respeito a sua urbanização, sanitarismo e lazer, recorreremos a nossas fontes históricas para entendermos que tipo de melhoramentos urbanos foram executados na cidade de Taperoá entre as décadas de 1940 a 1970. Essa problematização permitiu-nos perceber tamanho isolamento e esquecimento das autoridades públicas perante aquela territorialidade, que recebeu, ao longo das citadas décadas, tímidas interferências da gestão pública. Entendemos assim, que a falta de financiamento do setor público frente ao bairro contribuiu para reafirmar o lugar social de determinado espaço e, por consequência, de seus moradores na cartografia urbana da cidade.



Inversamente proporcional, contudo, foram os investimentos dispostos pela edilidade, na figura do prefeito José Ribeiro de Farias (1963-1968/1973/1976), a outro perímetro suburbano da cidade: o Bairro “São José”. Devido à ligação particular entre o gestor público municipal e o bairro, já que a família Farias detinha terras naquela localidade, o bairro “São José” acabou concentrando em suas cercanias espaços públicos diversos, sejam eles ligados ao lazer (Campo de Futebol), aos divertimentos (Clube Celso Mariz), a educação (Escola Municipal Pedro de Farias), e ao comércio (Mercado Público Municipal).

No que concerne aos incipientes investimentos no “Liberdade”, mapeamos apenas a concessão de duas obras públicas pontuais: a construção da Lavanderia pública, à rua Coronel Dorgival Vilar, construído possivelmente na gestão de Manoel de Assis Melo (1969-1972); e da Escola Municipal Odacy Vilar, contemporânea, por sua vez, ao fechamento da zona de meretrício.

Quanto ao meretrício, dedicamos um capítulo a fim de problematizarmos seu cotidiano, suas interfaces, seus mistérios e particularidades. A prostituta, como sabemos, era vista na sociedade burguesa como a escória social, o que de mais sujo poderia existir em uma cidade que se pretendia higienizada e moralmente limpa. Entretanto, a mesma possuía uma função social, como nos atenta Margareth Rago, indispensável naquele contexto para iniciar os jovens rapazes no mundo da sexualidade e realizar práticas sexuais impróprias às mulheres moralmente higienizadas,

Nesse sentido, cruzando fontes orais e processos crimes para atravessarmos o paredão que dividia o bairro Liberdade entre a parte geograficamente mais plana e higienicamente limpa e seu o perímetro mais elevado, considerado impróprio, segundo as normas moralistas da sociedade burguesa. Analisamos, nessa perspectiva, as práticas de sociabilidades próprias daquele ambiente, seus códigos de conveniência e suas normas, que muitas vezes procuravam adequar-se minimamente aos ditames sociais em voga. Evidentemente que analisar o cotidiano do meretrício significa tratar de conflitos amorosos, violências, bebedeiras, algazarras e traição, mas também significa recuperar relacionamentos amorosos, sentimentos maternos e a história de mulheres que encontraram na prostituição um caminho para sobreviver na vida.

Discutimos também os preconceitos e representações sociais negativas que foram criadas em torno dessas mulheres ao longo do período de funcionamento da zona de meretrício, bem como as diversas táticas que essas elaboraram no sentido de driblar a segregação social e o isolamento espacial que a cidade, dita moderna, propunha a elas.

Sob esta perspectiva levantamos a teoria de que a marginalização social do bairro deve-se sobremaneira, a presença destes espaços ditos anti-higiênicos no seu perímetro, especialmente a zona de meretrício e seus os sujeitos sociais.

Ademais, estabelecemos diálogo com os processos crimes em que figuraram como réus alguns moradores do bairro Liberdade, bem como delitos que se desenvolveram naquela localidade, a fim de percebermos por que até os dias atuais, existe uma grande associação da criminalidade aquele perímetro suburbano.

Sabemos que a dimensão da violência encontra-se internalizada no cotidiano dos bairros populares há várias décadas e que tais práticas vêm se agravando com o passar dos anos, especialmente nos grandes centros urbanos. No caso em especial da cidade de Taperoá, percebemos que existiram práticas de criminalidade no bairro Liberdade, e que seus moradores cometeram delitos em outras áreas da cidade. Entretanto, localizamos também um grande índice de delitos ocorridos em outros bairros populares da cidade e, especialmente, na sua zona rural, que neste período, possuía um contingente populacional bastante expressivo.

Algumas hipóteses nesse sentido podem facilitar nosso entendimento perante tal associação. Primeiro, podemos conjecturar que nem todos os crimes ocasionados no viver do cotidiano dos populares “do Liberdade” chegaram as malhas da justiça, e por essa razão, não nos foi possível angariar o número excessivo de processos que pretendíamos no início da pesquisa. Percebemos também, que o arquivo da comarca local vem passando por um recente processo de catalogação e organização e que, provavelmente, a má gestão dos arquivos nas gestões anteriores, possa ter contribuído para o desaparecimento e degradação de algumas fontes históricas.

Nesse sentido, acreditamos que a criminalidade enquanto prática social urbana existiu no bairro Liberdade, bem como em outros perímetros da cidade. Entretanto, devido à construção discursiva de marginalização e segregação social daquele espaço e, principalmente, devido à presença da zona de meretrício naquela localidade, que também possuía uma dimensão interligada a violência, o bairro e, por consequência, seus moradores acabaram ganhando a má fama de cidadãos afeitos a criminalidade.

Por fim, procuramos demonstrar o aspecto cultural do bairro Liberdade. Associado no imaginário coletivo dos cidadãos como um espaço suburbano marcado pela marginalização, prostituição e criminalidade, o mesmo é também reconhecido pelos taperoaenses como o bairro que perpetuou ao longo dos anos remanescentes culturais dançantes de matriz afrodescendente.

O folguedo ‘Cambindas Novas’ de Taperoá vêm se perpetuando no interior da família Levino, em sua grande maioria moradores do referido bairro, com o passar dos anos e possui tradições seculares que vão desde o recebimento-envio de convites antes das apresentações, a organização do cortejo onde os brincantes sempre procuram guardar e proteger a realeza, a disputa com outros grupos da cidade e a transmissão hereditária do comando do folguedo no interior da citada família.

Neste sentido, procuramos demonstrar através desses escritos, que muitas das práticas realizadas pelos dançantes do grupo “Cambindas” contribuíram, sobremaneira, para a formação e perpetuação de uma identidade étnica e de pertencimento de lugar entre os moradores do bairro Liberdade, uma vez que, como vimos até o final do reinado do mestre Delmiro Levino (1977) apenas negros, habitantes daquele perímetro, poderiam brincar nas “Cambindas”.

De todo modo, conseguimos perceber que, apesar do forte discurso de pertencimento étnico, ocorrera ao final do reinado do citado mestre uma reinvenção das tradições do folguedo, à medida que homens de cor branca passaram a ser aceitos no cortejo. O que, entretanto, não se modificou nas práticas de sociabilidade do grupo, foram às relações de afetividade entre os dançarinos e os negros da família Levino, pois permaneceu, enquanto pré-requisito de aceitação, a relação de proximidade familiar e afetividade do dançarino com o mestre que estivesse à frente do folguedo.

Conjecturamos, nesse sentido, que além da construção de uma identificação étnica para aqueles participantes, tais práticas possibilitaram uma identificação de pertencimento de lugar para seus habitantes, uma vez que a maioria dos dançarinos eram moradores do bairro Liberdade.

Sob esta perspectiva, entendemos que o ato de brincar Cambindas para muitos moradores do “Liberdade”, significava também ser visto com outros olhos pelos demais cidadãos, já que tais práticas folclóricas contribuíram para a construção de novas representações para os moradores daquele perímetro. Se no “Liberdade” existia espaços ditos anti-higiênicos, prostituição e criminalidade, também, ocupava em sua territorialidade o maior e mais reconhecido grupo folclórico da cidade.

Dito isto, esperamos que este trabalho tenha correspondido aos ditames teóricos e metodológicos desta academia, bem como contribuído para a escrita historiográfica do município de Taperoá, tão carente no tocante à problematização dos seus eventos históricos. Partimos do pré-requisito historiográfico que analisa a cidade pela sua própria fala e concluímos que eloquentemente elas gritam os critérios de segregação,

acesso, interdição, preconceito, hierarquização social e espacial que a própria sociedade fundamenta, justifica e põe em execução. No caso do trabalho ora apresentado, concluímos, pois, que a prática de desterritorialização de espaços está para além da contemporaneidade e torna-se possível historicizá-las com base nos discursos dos mais variados sujeitos históricos.

## LISTA DE MAPAS.



Mapa 1. Parte baixa da cidade de Taperoá (Área central).



Mapa 2. Bairro Liberdade (Alto)



Mapa 3. Bairro São José



Mapa 4. Perímetro suburbano do município (AABB- Hotel Pedra do Reino)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRES, José Luciano de Queiroz. **A Fabricação do mito João Pessoa: batalhas de memória na Paraíba (1930-1945)**. Campina Grande: EDFCG, 2013.

ALBERTI, Verena. “História dentro da História”. In: **Fontes Históricas**. PISNKY, Carla Bassanezi (org). São Paulo: contexto, 2005. p.155-202.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2007.

ARANHA, Gervácio Batista. “Seduções do moderno na Parahyba do norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1825)”. In. **Parahyba no Império e na República**. Estudo de história social e cultural. 2ª ed. João Pessoa: Idéia, 2005.

ARENDRT. H. **Crises da República**. São Paulo: Perspectivas, 1973.

ALVES. Érika Catarina de Melo. “**Ela já vem pronta para se apresentar**”: Uma etnografia sobre as práticas e disputas em torno das Cambindas Novas de Taperoá. Trabalho de conclusão de curso- Universidade Federal de Campina Grande, 2013.

BACELLAR, Carlos. “Uso e mau uso dos arquivos”. In: **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2014.

BARBOSA, Jivago Correia. Obras de Assistencialismo no Governo José Américo (1951-1956). Anais do XXVI Simposio Nacional de História- ANPUH, 2011.

BARROS, José D'Assunção. **Cidade e História**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BEGUIN, François. As máquinas inglesas do conforto. In: **Espaço e Debates n ° 34**. São Paulo: Cortez, 1991, p. 39-54.

BRESCIANI, Maria Stella. “As sete portas da cidade”. In. **Espaço & Debates: Cidade e História**, Revista de Estudos Regionais e Urbanos: São Paulo, Ano XI, n. 34, 1998.

\_\_\_\_\_. “História e historiografia das cidades em percurso.” In: FREITAS, Marcos Cezar (org). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

BORDIEUR, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 6º ed. 2003.

BASSANESI, Maria Silvia. Os eventos vitais na reconstituição da história In: **O Historiador e suas fontes**. PRISNKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina. (org). São Paulo: contexto, 2005. p.111-153.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 6º Ed. Belo Horizonte; Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. Transformações urbanísticas e representações modernas: A cidade de Taperoá-PB nas primeiras décadas do século XX. In: **I Colóquio Internacional de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. Brasil e Portugal: Nossa História Ontem e Hoje**. Recife, 2007 v. 1. p. 01-15.

\_\_\_\_\_. A mulher docente e a educação feminina: O caso da Vila de Taperoá-PB nas primeiras décadas do século XX. In: II Seminário Nacional de Gênero e Práticas Culturais: Culturas, Leituras e Representações, 2009, João Pessoa. **II Seminário Nacional de Gênero e Práticas Culturais: Culturas, Leituras e Representações**. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. **A Invenção do Cotidiano. -Tomo II - Morar, Cozinhar**; Petrópolis; Vozes; 2008

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1980.

CHAUÍ, Marilena. “Participando do debate sobre mulher e violência”. In: Franchetto, Bruna, Cavalcanti, Maria Laura V. C. e Heilborn, Maria Luiza (org.). **Perspectivas antropológicas da mulher 4**, São Paulo, Zahar Editores, 1985.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **La vida de los ombres infames**. La Plata; Argentina: editora Altamira, 1996.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. São Paulo: Editora Graal, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso**. São Paulo. Edições Loyola, 1996.

GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciais. In: **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 8ª Ed. São Paulo: Editora DP&A, 2005.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos In: **Fontes Históricas**. PISNKY, Carla Bassanezi (org). São Paulo: contexto, 2005. p.111-153.

MAYOL, Pierre. O Bairro. In: **A Invenção do cotidiano**, Vol. 2. Petrópolis: Vozes, 1996.

MARINS, Paulo César Garcez. “Habitações e vizinhanças: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”. In: **História da vida privada no Brasil**. 3v. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARIZ, Celso. **Através do Sertão**. Parahyba. 1910.

\_\_\_\_\_. **Memória da Assembléia Legislativa**. João Pessoa. 1987.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MELO, Paula Regina Alves de. **O Centenário grupo Cambindas Novas de Taperoá: a dança construindo identidades**. Trabalho de conclusão de curso- Universidade Estadual da Paraíba, 2006.



MENESES, Lená Medeiros de. **Nas trilhas do progresso: Pereira Passos e as posturas municipais (1902-1906)**. In SOLLER, Maria Angélica, e MATOS, Maria Izilda S. (orgs.). *A cidade em debate*. São Paulo: Editora Olho D'água, 1999, pp. 109 - 127.

NASCIMENTO, Uelba Alexandre. **O doce veneno da Noite**. Prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950). Campina Grande, EDUFPG, 2008.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. **Façamos a família à nossa imagem: A Construção de Conceitos de Família no Recife Moderno (Décadas de 20 e 30)**. Doutorado em história, UFPE-CFCH, Recife 2002.

OLIVEIRA, Izabelle Mayara Ramos. **A Cidade de Taperoá e a higienização social: O caso da Zona de Meretrício (1936-1939)**. Trabalho de conclusão de curso- Universidade Federal de Campina Grande, 2011.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a História da Paraíba**. Vol. 02. João Pessoa: Editora Universitária/UFPG, 1977.

RAGO, Luiza Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar: Brasil (1890-1930)**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. **Os prazeres da noite: a prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930**. 2 ed. São Paulo. Paz e Terra, 2008.

REIS, João José. **A morte é uma festa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ROBERTS, Nickie. **As Prostitutas na História**. Rio de Janeiro: Record, 1988.

SOUSA, Fabio G. R. B. de. **Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande 1920-1945**. Doutorado em História, Campinas, Unicamp, 2001.

SOUZA. Antonio Clarindo Barbosa de. **Lazeres Permitidos, Prazeres Proibidos: Sociedade, Cultura e Lazer em Campina Grande (1945 – 1965)**. 2002. Tese (DOUTORADO EM História do Brasil) – UFPE, Recife.

SEVCENKO, Nicolau. **História da Vida Privada no Brasil**. Vol.3. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

TERCEIRO NETO, Dorgival. **Taperoá- crônicas para uma História**. João Pessoa: UNIPÊ, 2002.

TRIGUEIRO, Meira Osvaldo; BENJAMIN, Roberto. **Cambindas da Paraíba**. Caderno de Folclore (26), 1978.

## JORNAIS

Jornal *A UNIÃO*, 17 dezembro 1939.

Jornal *A UNIÃO*, 25 janeiro 1938.

Jornal *Voz da Borborema*, 19 maio 1931.

Jornal *Voz da Borborema*, 30 maio 1931.

Jornal *Voz da Borborema*, 05 fevereiro 1938.

Jornal *Voz da Borborema*, 12 abril 1939.

### **ARQUIVOS**

Arquivo fotográfico de Reuza Ribeiro de Queiroz e Faustino Teatino Cavalcante Neto, Taperoá - PB.

Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Taperoá.

Arquivo Paroquial da Secretária da Igreja Nossa Senhora da Conceição, Taperoá.

Arquivo do Forum Desembargador Maneol Taigy.

Arquivo da Câmara Municipal de Taperoá- Casa “Corsino de Farias Sousa”.

### **ENTREVISTAS**

Aldeci Ramos, 49 anos, Assistente Social. Depoimento concedido em 24/01/2015

Audi Ramos, 48 anos, Operário. Depoimento concedido em 20/12/2014

Ednaldo Levino, 45 anos, funcionário público. Depoimento concedido em 17/09/2014

Estelita Matilde Ramos, 78 anos, aposentada. Depoimento concedido em 30/09/2014

Maria Antonia da Conceição, 95 anos (in memória). Depoimento concedido em 21/11/2013

Maria de Lourdes da Silva, 59, anos ex-meretriz. Depoimento concedido em 11/12/13 e 20/05/14

Reuza Ribeiro de Queiroz, 88 anos ( in memória). Depoimento concedido em 17/07/2013

### **OUTRAS FONTES**

Documentário sobre as “Cambindas Novas” de Taperoá exibido pelo programa Diversidade da Itararé em 2012.